

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

Vanessa Aparecida Ferranti

**O RIO SOROCABA (RE)CONSTRUÍDO PELO JORNAL CRUZEIRO DO SUL:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA AMBIENTAL DE 2021 A 2023**

Sorocaba/SP

2026

Vanessa Aparecida Ferranti

**O RIO SOROCABA (RE)CONSTRUÍDO PELO JORNAL CRUZEIRO DO SUL:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA AMBIENTAL DE 2021 A 2023**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência para obtenção do título de Mestra em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Augusto Caruso Profeta

Sorocaba/SP

2026

Ficha Catalográfica

F423r Ferranti, Vanessa Aparecida
O rio Sorocaba (re)construído pelo jornal Cruzeiro do Sul : uma análise da cobertura ambiental de 2021 a 2023 / Vanessa Aparecida Ferranti. -- 2026.
184 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Augusto Caruso Profeta.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2026.

1. Sorocaba, Rio, Bacia (SP) – Cobertura jornalística. 2. Cruzeiro do Sul (Jornal). 3. Educação ambiental. 4. Meio ambiente – Sorocaba – Aspectos sociais. I. Profeta, Guilherme Augusto Caruso, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Vanessa Aparecida Ferranti

O RIO SOROCABA (RE)CONSTRUÍDO PELO JORNAL CRUZEIRO DO SUL: UMA
ANÁLISE DA COBERTURA AMBIENTAL DE 2021 A 2023

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência para obtenção do título de Mestra em Comunicação e Cultura.

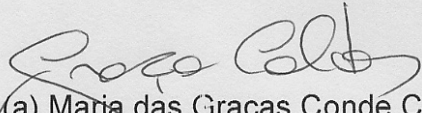
Aprovado em: 24/02/2026

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Guilherme Augusto Caruso Profeta

0000-0002-9914-9301

Universidade de Sorocaba


Prof.(a) Dra. (a) Maria das Graças Conde Caldas
0009-0008-7629-2835

Universidade Estadual de Campinas


Prof.(a) Dr.(a) Monica Martinez
0000-0003-1518-8379
Universidade de Sorocaba

Dedico esta dissertação a minha mãe,
a mulher mais corajosa que conheço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço grandiosamente a todos que me apoiaram e contribuíram para a construção deste trabalho.

À minha família, minha mãe Elisabeth Ribeiro, meu pai Antônio Vanderlei Ferranti e minha irmã Mônica Aparecida Ferranti, que me guia e sempre me incentivou a prosseguir nos estudos, mesmo diante de tantas dificuldades, expressei um reconhecimento profundo por todo o suporte e exemplo.

Ao meu namorado, César Guazelli, pelo amparo constante nos momentos de desafio, pela serenidade que me traz e pela força que me inspira a seguir em frente.

Ao professor Dr. Guilherme Profeta, cujo incentivo foi decisivo para que eu ingressasse no mestrado, agradeço não apenas pela motivação inicial, mas também pelo suporte contínuo ao longo desta jornada.

Registro um agradecimento especial à professora Dra. Monica Martinez, que me acolheu desde o primeiro momento em que ingressei na Academia. Agradeço a disponibilidade em integrar minha banca de qualificação; sua perspectiva, tanto como pesquisadora quanto como jornalista, foi, sem dúvida, uma inspiração.

À professora Dra. Graça Caldas, sinto-me honrada por contar com sua participação na banca. Sua trajetória e contribuição à área são referências fundamentais, e certamente suas observações enriqueceram este trabalho.

Agradeço também aos demais professores do programa e aos meus colegas de jornada, principalmente Vernihu Oswaldo, Evenize Batista, Gabriel Toueg, Ranieri Costa e Rafael Filho. Com amigos a jornada ganha um significado diferente e fica mais especial.

Estendo minha gratidão ao professor Dr. Celso Silva, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, e ao professor Dr. Rodrigo Barchi, por compartilhar generosamente seu conhecimento, promovendo diálogo entre as áreas de comunicação e educação.

Ao professor Dr. Roger dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Educação, sou grata pelas valiosas contribuições e orientações que ampliaram as perspectivas deste trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade de Sorocaba e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por fomentarem a pesquisa científica e viabilizarem meus estudos.

“Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres, e deles virão as soluções. Essas soluções não serão obra de gênios, políticos ou tecnocratas, mas de cidadãos e cidadãs.”

(Marcos Reigota)

RESUMO

A pesquisa tem como tema a cobertura jornalística do jornal Cruzeiro do Sul sobre o Rio Sorocaba e é guiada pela seguinte questão norteadora: “Quais temáticas estão associadas ao Rio Sorocaba quando ele é representado nos textos de jornalismo impresso do jornal Cruzeiro do Sul?”. Deste modo, o objetivo geral deste estudo é contribuir para compreender como se dá a produção de significados sobre o Rio Sorocaba na cobertura do jornal Cruzeiro do Sul. Entre os objetivos específicos deste trabalho estão: identificar padrões na cobertura jornalística e identificar possíveis lacunas nessa cobertura; identificar se o material produzido pode ser considerado jornalismo ambiental e, ainda, educação ambiental. A revisão de literatura foi organizada da seguinte forma: considerações sobre água, crise hídrica e sustentabilidade, aspectos do Rio Sorocaba, apresentação sobre educação ambiental, bem como as teorias do jornalismo, os conceitos de jornalismo ambiental, educação midiática e leitura crítica de textos jornalísticos, além do histórico do jornal Cruzeiro do Sul. Os principais autores utilizados foram Wilson Bueno (2007), ao abordar o jornalismo ambiental; Marcos Reigota (2004) na discussão sobre educação ambiental; Nelson Traquina (2005) no campo das teorias do jornalismo; e Marta Marandino (2017), com reflexões sobre educação formal, não formal e informal. Em relação aos aportes metodológicos, destacamos que foi aplicada a Análise de Conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin (1977), sobre dois *corpora* distintos: todos os textos que contêm o termo “Rio Sorocaba” entre os anos de 2021 e 2023 e, igualmente, todos os textos que contêm o termo “Rio Sorocaba” entre os anos de 1991 e 1993, de modo a comparar as categorias temáticas de dois momentos com um intervalo de 30 anos. Ao identificar como se dá a produção de significados sobre o Rio Sorocaba na cobertura do jornal Cruzeiro do Sul, e também relacionar os achados com a teoria sobre jornalismo ambiental e educação ambiental, foi possível contribuir para a reflexão crítica sobre o jornalismo ambiental praticado na Região Metropolitana de Sorocaba. Os principais resultados indicaram que a cobertura recente prioriza acontecimentos relacionados às consequências do transbordamento ou da baixa vazão do rio, como enchentes, estiagens e transtornos urbanos. Verificou-se também que, entre 2021 e 2023, o jornal raramente adota práticas de jornalismo ambiental e não utiliza diversidade de fontes. Os dados obtidos e sistematizados a partir dessa análise poderão orientar a comunidade jornalística da região, além de direcionar o trabalho de professores que intencionem se utilizar de leituras jornalísticas em aulas voltadas à educação ambiental.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Educação Ambiental. Rio Sorocaba.

ABSTRACT

This research focuses on the journalistic coverage by the newspaper *Cruzeiro do Sul* on the Sorocaba River, and is guided by the following research question: “Which themes are associated with the Sorocaba River when it is represented as part of stories published by the newspaper *Cruzeiro do Sul*?” Therefore, the main goal of this study is to help understand how meanings about the Sorocaba River are produced within the coverage of *Cruzeiro do Sul*. These are the specific goals of this study: to identify patterns and possible gaps in the journalistic coverage; to determine whether the material produced can be considered environmental journalism and, beyond that, environmental education. The literature review was organized as follows: considerations on water, water crisis, and sustainability; aspects of the Sorocaba River; concepts of environmental education; journalism theories and environmental journalism; media literacy and critical reading of journalism; the history of the newspaper *Cruzeiro do Sul*. The main authors used were Wilson Bueno (2007), addressing environmental journalism; Marcos Reigota (2004), regarding the discussion on environmental education; Nelson Traquina (2005), in the field of journalism theories; and Marta Marandino (2017), with reflections on formal, non-formal, and informal education.

Regarding the methodological framework, Content Analysis was applied from the perspective of Laurence Bardin (1977) to two distinct *corpora*: all texts containing the term “Sorocaba River” between 2021 and 2023 and, likewise, all texts containing the term “Sorocaba River” between 1991 and 1993, in order to compare the thematic categories of two periods separated by a 30-year interval. By identifying how meanings about the Sorocaba River are produced by and within the coverage of *Cruzeiro do Sul*, and by relating the findings to theories of environmental journalism and environmental education, it was possible to contribute to a critical reflection on environmental journalism practiced in the Metropolitan Region of Sorocaba (RMS, in the Portuguese acronym). The main results indicated that recent coverage prioritizes events related to the consequences of river overflow or low water levels, such as floods, droughts, and urban disruptions. It was also observed that, between 2021 and 2023, the newspaper rarely adopts environmental journalism practices and does not employ a wide range of sources. The data obtained and systematized from this analysis may help guide the regional journalistic community, as well as inform the work of teachers who intend to use journalistic readings in classes focused on environmental education.

Keywords: Environmental journalism. Environmental education. Sorocaba River.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocorrências de dissertações e teses com palavras-chaves consultadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	27
Tabela 2 - Categorias de 2021 a 2023	124
Tabela 3 – Cobertura por cidades de 2021 a 2023	126
Tabela 4 – Fontes utilizadas de 2021 a 2023	127
Tabela 5 – categorias de 2021	127
Tabela 6 – Cobertura por cidades em 2021	129
Tabela 7 – Fontes utilizadas em 2021	130
Tabela 8 – Categorias de 2022	130
Tabela 9 – Cobertura por cidades em 2022	132
Tabela 10 – Fontes utilizadas em 2022	133
Tabela 11 – Categorias de 2023	133
Tabela 12 – Cobertura por cidades em 2023	135
Tabela 13 – Fontes utilizadas em 2023	135
Tabela 14 – Tendência das categorias	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição dos corpora por ano	41
Quadro 2 - Publicações por mês – 2021	48
Quadro 3 - Publicações por mês – 2022	48
Quadro 4 - Publicações por mês – 2023	49
Quadro 5 - Publicações por mês – 1991	49
Quadro 6 - Publicações por mês – 1992	50
Quadro 7 - Publicações por mês – 1993	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte da tabulação gerada para categorizar o corpus	42
Figura 2 – Recorte das palavras-chave da tabulação que geraram as categorias	43
Figura 3 – Fotografia do Rio Sorocaba na Avenida Dom Aguirre em Sorocaba	73
Figura 4 – Homem pesca no Rio Sorocaba em Sorocaba	73
Figura 5 – Pescador na margem esquerda do Rio Sorocaba em Sorocaba	74
Figura 6 – Antigo percurso do Rio Sorocaba segundo mapa de 1941	76
Figura 7 – Recorte de texto jornalístico sobre morte de motociclista em Sorocaba	137
Figura 8 – Recorte de reportagem sobre desassoreamento no Rio Sorocaba	138
Figura 9 – Recorte de reportagem sobre desassoreamento no Rio Sorocaba	139
Figura 10 – Recorte de reportagem sobre assoreamento do Rio Sorocaba	139
Figura 11 – Recorte de reportagem sobre alagamentos em Sorocaba	140
Figura 12 – Recorte da coluna do leitor sobre transbordamento do Rio Sorocaba	142
Figura 13 – Capa do jornal Cruzeiro do Sul sobre alagamentos em Sorocaba	142
Figura 14 – Recorte de reportagem sobre fortes chuvas em Sorocaba	143
Figura 15 – Recorte de editorial sobre chuva	143
Figura 16 – Recorte de capa de jornal sobre forte chuva e alagamento em Sorocaba	144
Figura 17 – Recorte de reportagem sobre forte chuva e alagamento em Sorocaba	145
Figura 18 – Recorte de reportagem sobre estiagem em Sorocaba	146
Figura 19 – Recorte de notícia sobre mortandade de peixes no Rio Sorocaba	147
Figura 20 – Recorte de reportagem sobre manutenção na Represa de Itupararanga, em Votorantim	148

Figura 21 – Recorte de jornal sobre exposição do Rio Sorocaba	149
Figura 22 – Recorte de jornal sobre corrida realizada às margens do Rio Sorocaba	149
Figura 23 – Recorte de jornal da coluna “Olha o Passarinho”, do suplemento infantil Cruzeiroirinho	150
Figura 24 – Recorte de jornal sobre a poluição no Rio Sorocaba	156
Figura 25 – Recorte de jornal sobre limpeza de córregos	157
Figura 26 – Recorte de jornal com trecho da fala de uma das entrevistadas	158
Figura 27 – Recorte de jornal sobre limpeza de córrego	158
Figura 28 – Recorte de jornal sobre chuvas intensas em Sorocaba	159
Figura 29 – Recorte de jornal sobre passeio de ambientalistas no Rio Sorocaba	160
Figura 30 – Recorte de jornal sobre projeto de despoluição do Rio Sorocaba	160
Figura 31 – Recorte de título sobre o projeto de despoluição do Rio Sorocaba em Piedade	161
Figura 32 – Recorte de título sobre o projeto de despoluição do Rio Sorocaba em Tatuí	161
Figura 33 – Recorte de título sobre data de início do projeto de despoluição do Rio Sorocaba	162
Figura 34 – Recorte de editorial sobre a despoluição do Rio Sorocaba	162
Figura 35 – Recorte de editorial sobre passeio no Rio Sorocaba	163
Figura 36 – Recorte de editorial sobre problemas climáticos	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorías de 2021 a 2023	125
Gráfico 2 – Categorías de 2021	129
Gráfico 3 – Categorías de 2022	132
Gráfico 4 – Categorías de 2023	134

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica

Impacto potencial de pesquisa

Título da dissertação: O Rio Sorocaba (Re)construído pelo jornal Cruzeiro do Sul: uma análise da cobertura ambiental de 2021 a 2023

Impacto científico: A pesquisa contribui para o campo da Comunicação e, mais especificamente para o jornalismo ambiental, pois tem como objeto de análise a cobertura sobre o Rio Sorocaba do maior jornal da Região Metropolitana de Sorocaba, veículo de grande alcance na RMS.

Além disso, o Rio Sorocaba, além de ser um importante curso d'água para a região, está envolto de uma polêmica no município de mesmo nome, pois a Prefeitura pretende construir mais uma avenida às margens do rio. Ambientalistas protestam e tentam paralisar o andamento das obras. Com isso, nota-se a importância do jornalismo ambiental neste momento e neste cenário no município de Sorocaba.

Do ponto de vista científico, o trabalho faz um alerta e propõe a discussão entre os profissionais da área, ao articular os estudos de jornalismo com a educação ambiental e evidenciar como a forma de noticiar o meio ambiente pode influenciar a compreensão pública sobre fenômenos complexos, como a crise hídrica e as mudanças climáticas.

Ao identificar que a ausência de vozes especializadas tende a limitar a contextualização dos problemas ambientais, a pesquisa aponta para possíveis relações com a falta de profundidade do debate público e com a dificuldade de enfrentamento do negacionismo climático.

Além disso, o estudo se insere em uma perspectiva interdisciplinar, ao dialogar com autores da Comunicação, da Educação Ambiental e das teorias do jornalismo, contribuindo para o entendimento de como os meios de comunicação não apenas refletem, mas constroem determinadas “naturezas” socialmente compartilhadas. Como desdobramento, a pesquisa também propõe caminhos para a qualificação da cobertura jornalística ambiental, reforçando o papel do jornalismo como instrumento de formação cidadã e de promoção de uma leitura crítica da realidade socioambiental.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
	1.1 O encontro com o rio.....	23
	1.2 Estado da questão.....	26
	1.3 Justificativa.....	36
	1.4 Objetivos.....	38
	1.4.1 Objetivo geral.....	38
	1.4.2 Objetivo específico.....	38
2	METODOLOGIA	39
	2.1 Aplicação.....	40
	2.2 Matriz de categorização com regras de inclusão.....	43
	2.3 Processo de categorização do <i>corpus</i>	47
3	ÁGUA, CRISE HÍDRICA E SUSTENTABILIDADE.....	53
	3.1 Alguns desastres ambientais.....	58
	3.2 Sustentabilidade	61
4	O RIO SOROCABA	65
	4.1 História.....	66
	4.1.1 Cidade nasce ao redor do rio.....	67
	4.1.2 A Represa de Itupararanga.....	69
	4.1.3 Mudanças no rio em Sorocaba	74
	4.1.4 Enchentes	77
	4.1.5 O rio hoje	79
5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	82
	5.1 Histórico da educação ambiental.....	83
	5.2 Conceitos.....	84
	5.2.1 Espaços para a educação ambiental.....	86
	5.2.2 A educação ambiental aplicada na pedagogia freiriana.....	87

6	JORNALISMO	89
	6.1 Taxonomia das Teorias do Jornalismo.....	90
	6.1.1 A teoria do espelho.....	90
	6.1.2 A teoria da ação pessoal/gatekeeper.....	91
	6.1.3 A teoria organizacional.....	93
	6.1.4 As teorias de ação política.....	94
	6.1.5 As teorias construcionistas.....	96
	6.1.5.1 A teoria construcionista estruturalista.....	97
	6.1.5.2 A teoria construcionista interacionista.....	98
	6.2 Comunicação ambiental e jornalismo ambiental	99
	6.2.1 O jornalismo ambiental e suas funções.....	102
	6.2.2 Cobertura ambiental.....	106
	6.3 Objetivos para alcançar a educação começa na formação do jornalista.....	112
	6.4 Educação midiática e leitura crítica de textos jornalísticos.....	117
	6.4.1 Educação midiática como direito.....	118
	6.4.2 Textos jornalísticos.....	121
	6.5 Histórico do jornal Cruzeiro do Sul.....	122
7	ANÁLISES.....	124
	7.1 Corpus de 2021 a 2023.....	124
	7.2 Discussão.....	136
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS	170
	ANEXO.....	181

1 INTRODUÇÃO

Televisão, periódicos, rádio, capas de revistas e, logo, a internet. O consumo, quase até exagerado, por conteúdos veiculados nos meios de comunicação sempre foi algo que permeou a minha vida. Na residência de meus pais, acordávamos e dormíamos com a TV ligada, praticamente o quinto membro da família composta por quatro pessoas. Também era impossível passar por uma banca de jornal sem parar, ler as manchetes e comprar pelo menos uma das famosas “revistinhas” com conteúdo de celebridades e “testes de personalidade”, muito famosas nos anos 2000. No entanto, o consumo por esses conteúdos não era apenas entretenimento. Também carregava curiosidade.

Uma das intenções era entender como tudo aquilo era produzido. Anos depois, me formei em jornalismo pela Universidade de Sorocaba (Uniso). Trabalhei em TV, jornais e produzi conteúdo para a internet.

Após conhecer e compreender as técnicas e práticas que fazem a engrenagem dos veículos de imprensa girar, como um grande meio de produção, cada um com suas ideologias, outra inquietação surge: “como os meios de comunicação impactam a vida das pessoas?”.

Na universidade, durante a produção da monografia sobre a cobertura do programa ‘Conexão Repórter’ em relação aos crimes de pedofilia e abuso sexual na Igreja Católica, na época transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), descobri na análise de conteúdo uma nova ambição. Dessa forma, entendi que deveria realizar mais desse trabalho para continuar nessa jornada com a intenção de abordar diferentes temáticas que considero importantes.

Em novembro de 2023, surgiu o convite do professor doutor Guilherme Augusto Caruso Profeta para participar do processo seletivo da Bolsa Observatório (BOB) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), projeto “Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba: contribuições para a sustentabilidade social e ambiental” (Uniso).

Esse projeto já contava com 20 propostas de desenvolvimento pré-formuladas pelos respectivos orientadores, em diversas áreas do conhecimento e compreendendo os quatro programas de pós-graduação da Uniso, incluindo Comunicação e Cultura. Ao ser aprovada no programa, comecei a ler conteúdos sobre a temática meio ambiente.

Uma das pesquisas que me norteou e me fez refletir sobre questões ambientais foi um dos estudos realizados pelo meu orientador, o qual foi analisado, em 2023, o conteúdo da cobertura ambiental da Folha de S. Paulo. (Profeta, 2024).

O *corpus* analisado compreendeu um mês construído entre os meses de abril e novembro de 2022, em que o pesquisador categorizou a cobertura em oito grupos temáticos: “Política e/ou legislação ambiental” (11% da cobertura no mês construído), “Mineração” (7%), “Desmatamento” (15%), “Emissão de gases causadores do efeito estufa e/ou mudanças climáticas” (18%), “Questões indígenas” (11%), “Crise da biodiversidade” (15%), “Cobertura da COP27” (15%) e “Poluição” (7%).

É importante destacar que não houve, a partir do *corpus* construído [...], uma categoria específica para a crise hídrica e, dentre os textos classificados na categoria ‘crise da biodiversidade’, somente um fez referência à vida aquática, (Profeta, 2024). O professor lembra também que esse é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e um dos tópicos essenciais para compreender (e mitigar) o impacto das ações humanas sobre os ecossistemas.

A partir dessa inquietação, relacionada à crise hídrica, e pela vontade de realizar e disseminar conteúdos sobre jornalismo ambiental, este trabalho analisou a cobertura jornalística do jornal Cruzeiro do Sul, um dos principais veículos de comunicação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), sobre o Rio Sorocaba, entre os anos de 2021 e 2023 com a seguinte pergunta norteadora: “quais temáticas estão associadas ao Rio Sorocaba quando ele é representado nos textos de jornalismo do jornal Cruzeiro do Sul?”.

Além disso, foi elaborado um *corpus* de controle, a fim de comparar os achados em um período de 30 anos, entre 1991 e 1993. Esse segundo período foi escolhido por ser um momento de forte debate ambiental marcado, principalmente pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Conhecida também como Eco-92, o evento é considerado a conferência ecológica mais influente de todos os tempos. Sediada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, o encontro foi realizado em comemoração aos 20 anos da Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972. Na ocasião, autoridades de todo o mundo estiveram

presentes. A conferência é um marco e foi um divisor de águas para os assuntos ambientais.

Ainda em relação a pesquisa, o objetivo geral do trabalho foi: “compreender como se dá a produção de significados sobre o Rio Sorocaba na cobertura do jornal *Cruzeiro do Sul*”. Já os objetivos específicos contemplaram: 1) identificar todos os textos do jornal entre 2023 e 2021 em que aparecem o termo “Rio Sorocaba”; 2) identificar padrões na cobertura a partir de categorização; 3) compreender se os textos sobre o Rio Sorocaba no jornal podem ser considerados jornalismo ambiental; 3) compreender se os textos sobre o Rio Sorocaba no jornal podem ser considerados materiais de educação ambiental; 4) verificar se houve mudanças na cobertura sobre o Rio Sorocaba em um período de 30 anos, com comparações entre o *corpus* dos anos de 2021 a 2023 e um *corpus* de 1991 a 1993, período da Eco-92; 4) produzir pautas jornalísticas experimentais para a produção de futuras reportagens para suprir as lacunas identificadas.

Para facilitar a compreensão do percurso teórico e analítico desenvolvido nesta pesquisa, a dissertação organiza-se em 8 capítulos, sendo o oitavo as considerações finais.

Após esta introdução, apresento uma das experiências que tive com o Rio Sorocaba, e adiante os principais conceitos relacionados à água, crise hídrica e sustentabilidade. No Capítulo 3 há um panorama histórico do rio, destacando sua importância para a formação e transformação urbana de Sorocaba. O Capítulo 4 aborda a educação ambiental a partir de seus fundamentos históricos, conceituais e pedagógicos. O Capítulo 5 dedica-se ao campo do jornalismo, às teorias que o estruturam, ao jornalismo ambiental e à educação midiática, além de contextualizar historicamente o jornal *Cruzeiro do Sul*. O Capítulo 6 descreve a metodologia, detalhando a construção do *corpus*, as regras de categorização e os procedimentos de análise. No Capítulo 7 são apresentados os resultados e discussões referentes aos *corpora* de 2021 a 2023 e de 1991 a 1993.

Nesse capítulo também são apresentadas algumas reportagens selecionadas ao longo da análise. Esses materiais têm função exclusivamente ilustrativa, servindo para contextualizar os achados e exemplificar as categorias previamente estabelecidas, sem pretensão de exaustividade ou de validação empírica adicional, devendo ser compreendidas como recortes interpretativos.

Por fim, o Capítulo 8 reúne as considerações finais, retomando os achados da investigação e apontando caminhos para a produção de conteúdos jornalísticos orientados pela perspectiva educacional e ambiental.

Entre os principais achados desse estudo, nota-se que o veículo de comunicação analisado prioriza materiais relacionados ao rio sobre os problemas que a população enfrenta a partir do seu transbordamento ou do baixo nível de seu manancial, devido à grande quantidade de chuva ou a falta dela.

A partir dos conceitos de jornalismo ambiental e educação ambiental, propostos por Bueno (2007) e Reigota (2004) respectivamente, pode-se considerar que o jornal Cruzeiro do Sul entre os anos de 2021 e 2023, na maioria das vezes, não adotou as funções do jornalismo ambiental (que estão descritas na sessão “6.2.1 O jornalismo ambiental e suas funções”) e, tampouco a abordagem da educação ambiental.

Ao comparar os dois *corpora* em um período de 30 anos, é plausível considerar que o veículo de comunicação parece ter sido mais crítico no passado, considerando uma maior quantidade de matérias, naquela ocasião, com cobranças ao poder público, principalmente relacionadas à despoluição do Rio Sorocaba. Essa afirmação é empregada tendo em vista a função política utilizada pelo veículo de comunicação no passado, com base na ideia de jornalismo ambiental de Bueno (2007), não no sentido político-partidário.

É importante também esclarecer que ideia inicial dessa dissertação, era produzir conteúdo jornalístico para suprir as possíveis lacunas encontradas sobre a cobertura do rio na Região Metropolitana de Sorocaba, no entanto, devido a falta de tempo hábil para essa produção, as reportagens não foram concluídas. Dessa forma, as sugestões de pautas foram anexadas ao final deste trabalho. Essas deverão ser desenvolvidas posteriormente pela autora desta pesquisa para publicação na revista de jornalismo científico Uniso Ciência.

Vale ressaltar que duas matérias sobre o Rio Sorocaba foram escritas pela autora desta dissertação durante a elaboração da pesquisa: uma publicada em 9 de setembro de 2025 no jornal Cruzeiro do Sul (também anexada), e outra para publicação da revista Uniso Ciência (material que está com o editor da revista), no entanto, até a entrega deste trabalho, em 24 de janeiro de 2026, a reportagem ainda não havia sido publicada.

A intenção é que esses textos sejam disponibilizados para a utilização de professores em sala de aula, como material didático, devidamente recontextualizados para tal fim a partir de um processo de transposição didática (Chevallard, 2013), a exemplo do que se sabe que já acontece com textos de jornalismo científico: (Profeta, 2021, 2022, 2023).

1.1 O encontro com o rio

Para respeitar as práticas mais comuns e recomendadas à escrita acadêmica, optei por escrever esta dissertação na terceira pessoa, no entanto, por se tratar de um capítulo em que abordarei a minha experiência pessoal com o Rio Sorocaba, acredito que será mais enriquecedor o texto neste momento, especificamente, aparecer na primeira pessoa. Dessa forma, peço licença para apresentá-los a minha trajetória e o meu encontro com o rio.

Nasci e fui criada no bairro Paineiras, periferia de Sorocaba, localizada na Zona Norte. Até fevereiro de 2025, morava nessa região, em uma avenida bastante movimentada – ali, carros sobem e descem a todo momento, motociclistas empinam as suas motocicletas e ônibus e caminhões passam pela rua. Uma rotina comum para quem vive no bairro.

Ao descer essa avenida, até o seu fim, você encontra o Rio Sorocaba. Ao seu redor, tem uma pista de caminhada, uma pracinha com alguns brinquedos para as crianças, e até pouco tempo, apenas uma ponte para passar a pé. Do outro lado, está a avenida Ulisses Guimarães, uma via utilizada pelos moradores da Zona Norte como alternativa para seguir em direção a Zona Leste, industrial e ao centro.

Desde que me conheço por gente, vi o Rio Sorocaba, mas nunca me interessei por ele. O rio estava ali, era algo natural, mas não me lembro de ter parado para observá-lo.

Quando comecei a realizar a pesquisa, me questioneei se estaria no caminho certo ao aceitar esse projeto, afinal, os meus anseios sempre foram outros, mas, a cada dia, comecei a olhar, aos poucos, para o manancial da nossa cidade.

Ao passar de carro pela marginal Dom Aguirre, tentava observar, sempre que possível, o rio de longe. Corri, por algumas vezes, em volta dele. Influenciada pelo meu namorado César Guazzelli, um apaixonado pela natureza, visitamos e nos banhamos em águas doces pela região e fora dela. Tentei compreender como os rios, lagos e cachoeiras agem. Aos poucos, fui sentindo crescer o desejo em

conhecer o Rio Sorocaba de verdade e com as pesquisas fui me encantando e diria que também me revoltando com algumas situações que encontrei.

Em 16 de março de 2025, um domingo, por volta das 13h, descendo a tela do meu celular no Instagram vi o anúncio da Prefeitura de Sorocaba sobre o passeio de barco que aconteceria em 22 de março, Dia Mundial da Água e Dia do Rio Sorocaba. Fui me inscrever, no entanto, era necessário levar um barco. Encaminhei o comunicado aos colegas de mestrado.

Na ocasião, eu, Evenize Batista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação e Cultura no Programa (PPGCC) da Uniso e integrante do Bob, e Gabriel Toueg, mestrando do programa com a elaboração de uma pesquisa que não analisa nenhum aspecto do Rio Sorocaba, fomos até o local e conseguimos um barco. Ao conversar com as pessoas que ali estavam, Evenize encontrou um grupo de Laranjal Paulista chamado Rionidos, que aceitou nos receber. Eu e Evenize fomos em um barco chamado Barone, de três membros do grupo que terão os nomes preservados. O trio foi nos contando histórias e suas sabedorias sobre o rio.

O Rionidos é uma associação e existe no papel desde 2014. Atualmente, há 11 integrantes no grupo, mas nesse dia estavam nove pessoas. O Gabriel foi em outro barco, também de um dos integrantes.

O nome Rionidos vem do encontro entre o Rio Sorocaba e o Rio Tietê, que ocorre em Laranjal Paulista. Antes de fazer a subida no rio, pessoas se reuniram em volta dele. Representantes da Prefeitura estavam presentes, mas havia também ativistas e artistas, que protestavam contra a construção da Marginal Direita¹, e cantavam e dançavam músicas sobre o Rio Sorocaba. Vários cenários acontecendo ao mesmo tempo – uma imersão ao rio. Um grande processo de comunicação.

Antes de entrar no barco, ao ver os artistas cantando, fiquei emocionada e percebi quantas pessoas estão lutando para manter o rio vivo. Ao entrar no barco, senti um forte balançar e o meu sentimento foi de medo, afinal, poderia cair. Um dos

¹ Em fevereiro de 2023, foi aberta uma licitação, com custo de cerca de R\$ 33 milhões, para a construção de uma avenida na margem direita do Rio Sorocaba, lado oposto da atual Avenida Dom Aguirre. Ambientalistas e ativistas ambientais são contra a construção da via, pois, segundo eles, haverá corte de árvores de uma mata urbana. Especialistas também criticam a ação, pois a região trata-se de uma área alagável. Até a entrega desta dissertação, preparativos para as obras estavam em andamento. O Ministério Público acompanha o caso.

senhores, que nos acompanhou no trajeto, nos orientou a ficarmos calmas e disse que as balançadas eram comuns. Colocamos os coletes e nos sentamos. Quando o barco andou, senti meu coração disparar e uma forte alegria. Saímos às 9h25, na altura da Usina Cultural, região do Corpo de Bombeiros.

Olhar no rio de dentro dele é bem diferente ao vê-lo da marginal. Observamos pássaros ao redor, das árvores que margeiam. Na mesma árvore em que uma ave estava, também havia lixo enroscado nela. Em alguns momentos podemos ver pneus jogados, tênis boiando, garrafas plásticas, uma delas retirada do rio pelo nosso colega Gabriel.

A presença do homem está ali. Há partes do trajeto que não é possível sentir o cheiro, mas quando passamos pela altura da Estação de Tratamento do SAAE, por duas vezes, sentimos um forte odor de esgoto, e há alguns canos abertos para o rio. Vimos árvores frutíferas, flores coloridas e duas capivaras escondidas atrás do mato. Ao chegarmos na altura da região do Parque das Águas e da avenida Quinze de agosto, áreas alagáveis em Sorocaba, enxergamos um amontoado de terra retiradas do rio. Acima, está a máquina que faz o trabalho.

Chegamos ao final, comemos com as pessoas que participaram do passeio, os lanches oferecidos pela prefeitura. Algumas pessoas nos levariam de carro onde o evento começou, no entanto, o grupo ofereceu uma carona de barco e não exitamos em aceitar.

Na volta, um dos senhores disse que queria compartilhar um pouco da emoção que sente e, assim, acelerou o barco. O vento no rosto e as águas pingando no corpo traz uma sensação de liberdade, traz renovação e me fez esquecer, por alguns minutos, do mundo fora do rio, da Sorocaba que não para de crescer ao seu redor.

Esse passeio me fez entender que o Rio Sorocaba está vivo. Mas sim, a vida divide espaço com dejetos e sujeira que encontramos pelo caminho. Durante esse trajeto, muitas pessoas, de fora, pararam para olhar, pois é uma cena inusitada, diferente do dia a dia que estamos acostumados.

A ideia desse relato não é romantizar o rio, afinal, há muitos problemas atualmente em torno dele no município de Sorocaba, mas não por causa dele. Um lugar, com curso d'água, que ao longo da história foi modificado e seu espaço constantemente diminuído, de forma proposital, uma hora começa a reagir. Mas

quando você ‘entra’ no rio, você percebe que ainda há o que fazer, mas não há muito tempo.

Então, acredito que essa pesquisa é mais uma oportunidade de chamar a atenção para o rio e encorajar a imprensa a mostrar a importância dele para o nosso bem-estar, para a nossa qualidade de vida, e para a nossa sobrevivência.

Sorocaba vive um momento complicado de sua história, de polarização, disputas políticas e com um prefeito afastado por suspeitas de corrupção na saúde, e o rio no meio desses impasses, podendo passar por intervenções humanas mais uma vez.

Espero que esse trabalho chegue aos veículos de comunicação da região e que possamos, como jornalistas, olhar para o rio de maneira ampla, múltipla. Além disso, acredito que possamos discutir maneiras de fazer uma cobertura com o objetivo de conscientizar cobrar mais incisivamente o poder público em relação ao meio ambiente.

Vemos hoje uma cidade que sofre com enchentes constantes e um calor extremo. Há no município grupos engajados com o meio ambiente, principalmente em defesa do rio, mas as políticas públicas sobre essas questões ainda são escassas na cidade.

Olhar para o rio e para o meio ambiente é ter empatia com nós mesmos.

1.2 Estado da questão

Uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), realizada pelo professor doutor Guilherme Profeta (como parte do levantamento de dados para o projeto original), referente a trabalhos incluídos no sistema até o dia 8 de novembro de 2023, revelou 57 trabalhos contendo o termo “Rio Sorocaba”, publicados entre os anos de 1991 e 2023, em diferentes áreas do conhecimento — Biotecnologia; Ciências Ambientais; Ecologia; Engenharia Civil; Engenharia Nuclear; Engenharia Sanitária; Engenharia, Tecnologia e Gestão; Geociências; Geografia; Saneamento Ambiental. Nenhum deles, contudo (ao menos não dentre os disponíveis na base de dados da Capes), tratou da cobertura jornalística ou de representações midiáticas do Rio Sorocaba, justificando assim a originalidade de tratar dessa temática no âmbito do projeto “Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba: contribuições para a sustentabilidade social e ambiental”.

Em janeiro de 2024, a mesma busca foi realizada pela autora desta dissertação e o número foi menor. Buscando pelo termo “Rio Sorocaba”, foram identificadas 50 pesquisas, igualmente, em outras áreas do conhecimento. Nenhuma investigação foi encontrada, novamente, no âmbito da comunicação.

Diante disso, optou-se pela pesquisa da palavra-chave "jornalismo ambiental". Ao utilizar esse termo, surgiram 78 resultados, sendo 35 da área da comunicação. Também foram realizadas buscas com a palavra-chave: “jornal Cruzeiro do Sul” (2). Foram procurados, ainda, os termos: “Análise de Conteúdo” (11.548, sendo 104 na área da comunicação); Análise de Conteúdo cobertura jornalística – sem aspas (63) e “jornal impresso”, com 371 resultados, sendo 48 no campo da comunicação.

Tabela 1 - Ocorrências de dissertações e teses com palavras-chaves consultadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Palavras-chave	Áreas do conhecimento de forma geral	Área da comunicação
“Rio Sorocaba”	50	0
“Jornalismo ambiental”	78	30
“Jornal Cruzeiro do Sul”	2	2
“Análise de Conteúdo”	11.548	104
Análise de Conteúdo cobertura jornalística	63	33

Fonte: Elaboração Própria

A partir desse material, foram selecionadas oito dissertações e duas teses com as seguintes temáticas: análise da cobertura ambiental no jornalismo independente; comunicação e meio ambiente no contexto da sala de aula; análise da cobertura ambiental em portais nacionais; critérios de noticiabilidade no jornalismo ambiental; jornalismo ambiental e o processo educacional com estudantes do ensino médio; análise da cobertura midiática sobre a mortalidade de peixes na imprensa escrita; análise de conteúdo da cobertura do futebol em jornais

nacionais; jornalismo ambiental no ensino superior; análise de discurso do caderno Mais cruzeiro do Jornal Cruzeiro do Sul; análise da cobertura sobre AH1N1 em jornais regionais.

Esses trabalhos foram escolhidos a princípio para auxiliar no entendimento da pesquisadora sobre determinados assuntos e na produção da pesquisa, já que abordam diferentes temáticas dentro do campo da comunicação, do jornalismo, do meio ambiente e do jornalismo ambiental, além de usar, em sua maioria, a Análise de Conteúdo.

Silva (2020), em “(Não) cobertura jornalística sobre meio ambiente nas plataformas digitais: A Crítica e Em Tempo”, investigou a cobertura sobre o meio ambiente nas versões eletrônicas de ambos os jornais da cidade de Manaus, capital do Amazonas.

O objetivo geral do trabalho foi analisar o conteúdo e a periodicidade dos textos jornalísticos sobre meio ambiente nessas plataformas entre os anos de 2015 e 2017, para mostrar a influência dos Ecosistemas Comunicacionais nos processos comunicacionais da notícia. Já os objetivos específicos foram: levantar aspectos históricos do jornalismo, relacionar matérias locais com agendas ambientais ou ausência delas e identificar agendas ambientais de Manaus. A metodologia utilizada foi a dos Ecosistemas Comunicacionais, de natureza quali-quantitativa. Dessa forma, a análise foi dividida em três etapas: pesquisa bibliográfica, coleta de dados e entrevistas e análise e interpretação de dados. Ainda conforme Filardi da Silva (2020), a partir do estudo realizado, identificou-se a existência, pouco expressiva, de agendas ambientais locais e internacionais nas notícias. A investigação apontou também que as publicações sobre meio ambiente nos veículos analisados são baixas se comparadas a outras editorias como economia, política e esporte.

A partir dos dados coletados, acredita-se que essas matérias são produzidas em quantidades menores, pois estão associadas por interesses profissionais, econômicos, pessoais e políticos, em um primeiro momento, da direção dos veículos de comunicação, e em segundo, do departamento de jornalismo dessas empresas. A pesquisa poderá contribuir para compreender de que forma as pautas ambientais são tratadas em jornais fora do Estado de São Paulo e, assim, colaborar para uma maior conscientização sobre a importância da cobertura jornalística ambiental em todo o país.

Franco de Souza (2022), na dissertação “Processos Midiativistas de jornalismo ambiental: análise de cobertura jornalística da Amazônia Real”, analisou a cobertura jornalística da iniciativa independente. O veículo, segundo a pesquisadora, concentra as suas pautas em conteúdos ambientais. Para a investigação, Franco Souza (2022) partiu da hipótese de que “as narrativas dessas mídias têm maior probabilidade de se expandirem e se apoderarem das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para produzir estratégias ativistas por meio de linguagens e plataformas diversas”. (Franco de Souza, 2022, p. 10).

A pesquisa foi realizada por meio de uma metodologia qualitativa fundamentada na obra *Análise de Cobertura Jornalística: um protocolo* de Gislene Silva Maia (2011). Dessa forma, foram analisadas as marcas de apuração, marcas da composição do produto e caracterização contextual socioambiental aplicadas em oito reportagens da editoria de meio ambiente do veículo.

A pesquisa identificou proximidades da Amazônia Real com o modelo de mídia convencional, se comparado ao formato e às fontes, no entanto, as reportagens apontaram uma quebra de padrão no conteúdo jornalístico em relação a de outros veículos, pois este se aprofunda nas problemáticas ambientais. O trabalho considera que o jornalismo ambiental midiativista possa estar em construção.

Esta pesquisa pode contribuir para a elaboração desta dissertação, principalmente, quando for produzido conteúdo jornalístico das lacunas, se encontradas, no jornal *Cruzeiro do Sul*. A partir da pesquisa de Franco de Souza (2022), acredita-se que será possível compreender melhor o termo “jornalismo ambiental midiativista” e aplicá-lo nas reportagens produzidas.

Na dissertação “Comunicação e meio ambiente nas salas de aula: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do sul do Brasil”, Gern (2017) utiliza-se de uma visão epistemológica e sociológica sobre o meio ambiente, referenciando Enrique Leff (2012) e uma perspectiva construcionista do jornalismo, utilizando Miguel Rodrigo Alsina (2009), partindo da compreensão de que o jornalismo ambiental pode proporcionar um conhecimento aprofundado e significativo sobre a preservação do meio em que vive a sociedade. O objeto do estudo foi a formação universitária de jornalistas, com o objetivo de entender como a questão ambiental está presente nos cursos de graduação da área na região Sul do Brasil. A pesquisa foi realizada com 23 universidades dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (76% do total). A pesquisadora buscou visualizar como

as instituições inserem o meio ambiente nos currículos dos cursos em questão e em suas ementas. Os métodos utilizados foram entrevistas com professores e questionários on-line semiabertos com alunos, para a coleta de dados quantitativos e qualitativos na visão dos estudantes.

A pesquisa compreendeu que o tema meio ambiente está presente em boa parte dos cursos de jornalismo do Sul do País. Também foi identificado que apenas uma instituição trabalha o tema de forma transversal. O estudo ressalta, ainda, que a abordagem do meio ambiente nas disciplinas é destacada pela sua natureza holística e abrangente, integrando a questão ambiental às áreas social, econômica, cultural, política e outras.

Para a pesquisadora, os resultados mostraram-se suficientes e de acordo com os preceitos teóricos defendidos na pesquisa, relacionados à cobrança estabelecida nas diretrizes curriculares aprovadas em 2013 e exigidas em 2015.

Um dos objetivos deste trabalho é produzir conteúdo de jornalismo ambiental para ser utilizado, posteriormente, em sala de aula. A pesquisa de Gern (2017), será possível compreender melhor de que forma a abordagem é trabalhada pelos professores do curso de jornalismo.

Na dissertação “Jornalismo ambiental e mídia: a cobertura do garimpo da Serra da Borda pelos portais G1 e Folha de S.Paulo”, Correa (2023) realizou uma Análise de Conteúdo, utilizando Laurence Bardin (2011), em conjunto com a Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013), das publicações dos portais citados no título do trabalho entre 1º de outubro de 2015 e 30 de outubro de 2016.

Segundo o pesquisador, evidenciou-se uma falta de abordagem profunda e complexa sobre o meio ambiente, pois uma pequena parte das notícias, quatro (10,25%) das 39 pautadas, no período de 01 outubro de 2015 a 30 de outubro de 2016, demonstrou características específicas de jornalismo ambiental, elencadas por Girardi (2018). São elas:

- 1) ênfase na contextualização na tentativa de expor as relações entre causas e consequências, assim como das articulações dos diferentes campos sociais;
- 2) Pluralidade de vozes com o intuito de romper com a lógica de construção baseada no pensamento único e dar visibilidade a um verdadeiro diálogo de saberes;
- 3) Assimilação do saber ambiental, que envolve de uma nova abordagem para a prática jornalística.
- 4) Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor – além de ser frequente, a produção jornalística ambiental deve permitir que as pessoas se sintam pertencentes a esse problema a fim de tomar atitudes que modifiquem o contexto;
- 5) Comprometimento com a qualificação da informação, ou seja, preocupação em construir notícias que desvelam as conexões entre economia, política, cultura, ambiente, etc., que nem sempre são visíveis, e

indiquem soluções, saídas; e 6) Responsabilidade com a mudança de pensamento”, (Gern *apud* Girardi, 2018, p.7)

A maioria das reportagens analisadas priorizou fontes oficiais e não explorou questões mais complexas, como os impactos ambientais em nível macro ou a precaução diante de riscos iminentes, como o uso do mercúrio na mineração.

Além disso, a análise revelou uma tendência à mercantilização da notícia, com o jornalismo policial dominando as pautas, muitas vezes relegando questões ambientais a segundo plano. Esses resultados apontam para a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e crítica por parte dos meios de comunicação, bem como para uma reflexão sobre os valores e interesses que moldam a cobertura jornalística contemporânea. Além de utilizar o mesmo método de pesquisa a qual iremos trabalhar, o trabalho pode auxiliar com informações pertinentes sobre o jornalismo ambiental, principalmente, com essas características elencadas por Girardi. Identificando se esses mecanismos foram usados na cobertura do jornal *Cruzeiro do Sul*. Na tese “Critérios de noticiabilidade no Jornalismo Ambiental: a Amazônia como um campo discursivo”, Ângelo (2020) destaca que a Amazônia é tema de alcance mundial, no entanto, precisa de debates mais profundos no âmbito público. Dessa forma, foi realizado um mapeamento de seis jornais, sendo um regional, três nacionais e dois estrangeiros. A investigação foi realizada por meio da Análise de Conteúdo. Foram identificados quais os critérios de noticiabilidade e gêneros jornalísticos são mais utilizados pelos profissionais para a produção de textos pautados na Amazônia. Ao todo, foram analisadas 625 matérias.

A partir dessas análises o pesquisador compreendeu que a Amazônia tem diversas características que devem ser mais exploradas pelos jornalistas. Ele ressalta que atualmente o bioma é visto como fonte inesgotável de recursos e lucros, mas também precisa ser compreendido sob uma perspectiva de Habitat, tanto social quanto ecológico.

Nos resultados, o trabalho mostrou a não percepção do critério de noticiabilidade proximidade geográfica. O jornal *A Crítica* está localizado na região amazônica, no entanto, utiliza-se de textos produzidos por assessorias de imprensa de instituições de pesquisa, deixando, muitas vezes, de explorar graves problemas sociais e culturais que ocorrem dentro do território.

Além de outros resultados, o estudo confirmou a hipótese de que faltam políticas públicas para as comunidades que residem no local. Foi observado também

que os veículos utilizam bastante do critério de notoriedade, um exemplo são os tuítes de celebridades relacionados a temas que impactam a Amazônia, explorados com frequência pela mídia. Além disso, conforme o pesquisador, veículos nacionais optam por profissionais que estão presentes nas grandes redações para a coleta de dados para a produção de reportagens sobre a temática ao invés de utilizar profissionais locais da Amazônia para as coberturas.

A pesquisa apresentada acima pode colaborar para esta dissertação, pois, além de utilizar-se do mesmo método “Análise de Conteúdo”, mostra a importância do jornalismo ambiental para conservar e desenvolver ações não somente na Amazônia, mas assim, como outros biomas e outros espaços naturais, assim como o rio Sorocaba.

Já na tese “A contribuição do processo educacional aos princípios do jornalismo ambiental: uma proposta de reflexão epistemológica a partir da experiência com estudantes de ensino médio”, Steigleder (2021) discute as relações entre as perspectivas do Jornalismo Ambiental e da Educação Socioambiental. O objetivo que norteia a pesquisa é: “como o Jornalismo Ambiental, no contexto da experiência em Educação Socioambiental, pode contribuir para a formação da consciência ambiental dos sujeitos? Como procedimento metodológico para apuração dos dados, na área da Educação, a pesquisadora realizou entrevistas em profundidade com estudantes, professores e coordenadora de projeto; grupo focal com estudantes e análise de conteúdo com os dados obtidos. Também foi realizada análise documental sobre a comunidade e um estudo de recepção, com questionários e grupos de discussão que envolveram jovens estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

Entre os resultados obtidos pela pesquisa está que embora existam limitações para os estudantes praticarem o jornalismo dentro de sala de aula, a familiarização com as reflexões e práticas do jornalismo pode enriquecer a experiência de aprendizado. Assim, a pesquisadora acredita que uma fusão transdisciplinar entre comunicação e jornalismo e educação e meio ambiente promova o desenvolvimento de uma pedagogia do jornalismo ambiental.

Acredito que essa pesquisa é uma forma de nos mostrar um método para trabalhar o jornalismo ambiental como material em sala de aula, como identificar o que falta para esses conteúdos serem implementados nas escolas e universidades e como ele pode ser aplicado no dia a dia pelos professores.

Pian Nobre (2011), em sua dissertação “Mídia impressa e meio ambiente: um estudo da cobertura da mortandade de peixes no estuário do rio Potengi, Natal-RN”, teve como objetivo avaliar como ocorreu a cobertura da mídia impressa sobre um evento que envolveu a mortandade de peixes no rio citado em 2007. A pesquisa também caracterizou as formas de abordagens nas editoriais e nos gêneros jornalísticos. Além disso, o pesquisador identificou as fontes utilizadas na matéria e como elas foram utilizadas, a presença de registros nas publicações e verificou, ainda, como alguns conteúdos e conceitos técnicos ambientais foram explorados para explicar as causas da mortandade e apurar as responsabilidades.

Entre as considerações finais, o pesquisador compreendeu que a imprensa potiguar desempenhou um trabalho importante na cobertura, na busca pelo agente causador e ressaltando as punições que poderiam ser estabelecidas a ele, perante a Lei. No entanto, o caso teve mais visibilidade nas primeiras cinco semanas, com a publicação de 86% dos 220 textos analisados. Pian Nobre (2011) observou que outros assuntos foram ganhando mais notoriedade, enquanto a mortandade caía no esquecimento. O pesquisador acredita que esse fenômeno acontece pela falta de interesse dos receptores sobre o tema ao longo do tempo e, assim, o jornal dá mais espaço àquilo que terá mais audiência.

Também foi identificado que a cobertura sobre o caso em questão foi feita, por vezes, de uma forma sensacionalista, com foco na denúncia, mas com pouco aprofundamento em dados científicos e poucas abordagens educativas, deixando de contribuir para o senso crítico do leitor sobre o assunto.

A cobertura também enfatizou os problemas causados ao homem por conta da mortandade e pouco abordou os problemas gerados para a vegetação e outras espécies.

Por também tratar de uma mídia impressa sobre um caso ambiental, essa pesquisa pode auxiliar a encontrar hipóteses de padrões que possam ser localizadas, também, no jornal *Cruzeiro do Sul*, objeto da análise.

Em a “Torcida única no futebol paulista: uma análise da cobertura da ‘Folha de S. Paulo’ e do ‘O Estado de S. Paulo’”, Orlando (2019) teve como objetivo averiguar como ambos os jornais cobriram a implementação da política de torcida única no futebol paulista, que entrou em vigor em abril de 2016, partindo da hipótese de que os veículos promoveram uma cobertura limitada e pouco questionadora acerca do tema. Para obtenção dos resultados, por meio da Análise de Conteúdo,

proposta por Bardin (2016), o pesquisador realizou uma pré-análise dos textos publicados que citavam “torcida única” entre 4 de abril de 2016 e 9 de abril de 2018. O mesmo deve ser feito nesta pesquisa. Os resultados obtidos passaram por mais duas etapas de análise, a exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Também foram realizadas entrevistas em profundidade. A partir dos dados coletados, o pesquisador entendeu que a cobertura dos veículos foi correta e constante, no entanto, com pouca profundidade e falta de questionamento. Embora, a princípio, a dissertação pareça não ter similaridade com o presente trabalho por não se tratar de jornalismo ambiental, a pesquisa foi escolhida pois, por meio dela, é possível visualizar de forma mais clara a metodologia Análise de Conteúdo, também utilizada neste trabalho.

Por fim, para compor o Estado da Questão deste trabalho, foram realizadas leituras flutuantes de pesquisas encontradas a partir das palavras-chave “jornal Cruzeiro do Sul” e “Cruzeiro do Sul”.

Sanches (2017), na dissertação “Comunicação e arte contemporânea: uma análise do discurso do caderno Mais Cruzeiro do Jornal Cruzeiro do Sul de Sorocaba”, abordou o jornalismo cultural e buscou responder a seguinte pergunta norteadora: de que maneira o Jornalismo Cultural praticado pelo Jornal Cruzeiro do Sul de Sorocaba trata a arte contemporânea praticada na cidade? (Sanches, 2017, p. 11)

Dessa forma, o objetivo do trabalho foi verificar como se configura o tratamento da informação relativa à divulgação das artes visuais em Sorocaba veiculadas pelo caderno entre os anos 90 e 2014.

Para a realização das análises foi utilizado o método Análise de Conteúdo, fundamentada em Pêcheux na França e no Brasil por Orlandi. Na pesquisa, foi identificado que o caderno Mais Cruzeiro, do jornal Cruzeiro do Sul, optava na época por um jornalismo de caráter informativo, com conteúdo de agenda cultural. Para a pesquisadora, a investigação foi importante para conduzir os meios de comunicação a uma abordagem jornalística mais aprofundada, capaz de oferecer conteúdo mais bem elaborado e não somente a publicidade dos eventos, transformando o jornal em um espaço de argumentação em torno das práticas culturais noticiadas.

Marques da Silva (2012), também teve como objeto de estudo o jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, na dissertação “Comunicando a saúde: a gripe causada pelo vírus AH1N1 e a cultura do jornalismo em três jornais regionais”, e,

ainda, analisou os jornais Diário da Região, de São José do Rio Preto, e Vale Paraibano, de São José dos Campos. Usou-se a Análise de Conteúdo e o Jornalismo Comparado, como metodologias, além da Agenda-setting, como amparo para o trabalho.

As análises foram realizadas em 322 unidades jornalísticas publicadas em agosto de 2009, durante a pandemia da doença. Para sustentar a pesquisa, foram utilizados autores como Laurence Bardin, Maxwell McCombs e José Marques de Melo, além de Mauro Wolf, Guy Debord e Jean Baudrillard, entre outros.

Foram verificados itens como a apuração das notícias, fontes mais utilizadas para a coleta de dados, recursos que os jornais utilizaram para a publicação de um assunto de grande interesse naquela ocasião e qual foi a relação entre os conteúdos publicados e a manifestação dos leitores por meio de cartas enviadas aos jornais. Concluiu-se na pesquisa que a abordagem mais utilizada pelos periódicos foi em relação às medidas para o controle da gripe. Em seguida, aparecem materiais sobre a disseminação da e as mortes diárias provocadas pela AH1N1.

Por fim, outro tema bastante publicado foi sobre as denúncias e situações de medo relacionadas à doença. Com isso, conclui-se que o material publicado nestes jornais, nessa ocasião, contribuiu para o pânico na sociedade durante a pandemia.

Os dois últimos trabalhos citados contribuem para verificar quais pesquisas já foram realizadas sobre o veículo de comunicação jornal Cruzeiro do Sul. Notou-se que entre as pesquisas disponíveis no catálogo da CAPES, o tema meio ambiente não foi abordado utilizando-se desse impresso com abrangência na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS).

As pesquisas citadas no Estado da Questão serão de grande contribuição a este trabalho, afinal, por meio delas foi possível compreender o que já foi discutido no âmbito científico sobre jornalismo ambiental. Também foi possível verificar que há pesquisa sobre o rio Sorocaba em outras áreas. Dessa forma, apresenta-se a relevância de investigar o assunto nas mídias da região do ponto de vista da comunicação.

Apesar de utilizar-se de dissertações com outros olhares, como a temática das torcidas únicas e, ainda, a comunicação dentro da sala de aula, esses materiais servirão para compreender de forma mais clara a metodologia Análise de Conteúdo, também utilizada neste trabalho, e, evidenciar de que forma o jornalismo ambiental

pode ser aplicado na educação, já que ao fim do mestrado, esse material será disponibilizado aos professores que desejam utilizar o conteúdo em sala de aula.

1.3 Justificativa

O jornalismo está em todos os lugares – na televisão, no rádio, nos portais, na rua e, atualmente, principalmente, nas redes sociais. Uma pesquisa, realizada pela empresa global de mediação e análise de audiências Comscore, mostrou que o Brasil é o país da América Latina que mais consome notícias pelas redes sociais. Os dados foram divulgados em 2025. Segundo o levantamento, em 2024 ocorreram 6,4 bilhões de interações nessas plataformas para o consumo de conteúdo jornalístico (Comscore, 2024).

Apesar das transformações pelas quais a área passou ao longo dos anos, especialmente com o surgimento de novos meios de comunicação e a cobrança por mais agilidade ao divulgar a notícia, o jornalismo continua tendo como um de seus princípios fundamentais a defesa dos direitos dos cidadãos, por se tratar de uma profissão de natureza social (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007).

De acordo com o inciso VII do artigo 12, do Capítulo III do Código de Ética dos Jornalistas, o profissional da imprensa deve “defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007, p. 3).

Para dar conta dessa ampla demanda, o campo se divide em editorias, ao focar diferentes temáticas, como política, economia, cultura e esporte. Cada uma delas com seus objetivos e funções.

Uma das possíveis temáticas abordadas é a ambiental. No entanto, é importante evidenciar que nem toda cobertura sobre meio ambiente é considerada jornalismo ambiental, na visão de Bueno (2007). Para ser elencada nessa especialidade, o autor considera que três funções básicas devem estar presentes nos materiais produzidos pelos jornalistas: a função informativa; a função política (no sentido de mobilização e fiscalização); e a função educacional (compreendendo o jornalismo também como uma possibilidade de educação informal).

Dessa forma, ao entender o jornalismo como uma poderosa ferramenta que pode mobilizar grupos e transformar ações da sociedade por meio da

conscientização, foi necessário para esta pesquisa identificar quais temas a grande imprensa aborda ao produzir conteúdos voltados ao jornalismo ambiental.

Na esfera regional, ao realizar uma busca por teses e dissertações para a construção do Estado da Arte, constatou-se a carência de investigações na área da comunicação, pelo menos entre os trabalhos disponíveis no catálogo de Tese e Dissertações da Capes, que abordem as questões relacionadas ao Rio Sorocaba. Assim, nota-se um dos aspectos importantes desta pesquisa.

Sobre o Rio Sorocaba, conforme destacado por Fábio Navarro Manfredini, Manuel Enrique Gamero Guandique e André Henrique Rosa no livro "A História Ambiental de Sorocaba", publicado em 2015 pelo Instituto de Ciência e Tecnologia Unesp – Campus Sorocaba, o manancial “é reconhecido como o afluente mais significativo da margem esquerda do rio Tietê, com extensão de 180 km em linha reta e 227km em seu trajeto total”. (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015, p. 42).

A bacia do Rio Sorocaba também possui uma diversidade de condições ambientais devido às várias funções desempenhadas pelo rio.

Além disso, o manancial abastece onze municípios. (Cruz, 2013 *apud* IPT, 2006).

Diante deste cenário, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para despertar a atenção da sociedade e das entidades desses municípios para a necessidade do desenvolvimento de iniciativas voltadas para as políticas públicas ambientais, especialmente do Rio Sorocaba, importante para a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), pois, além de haver vida na própria água com os peixes e animais que vivem as suas margens, incluindo a sua vegetação, também é um bem natural essencial para a sociedade.

É importante ressaltar que esta pesquisa faz parte da Bolsa Observatório (BOb) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), projeto “Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba: contribuições para a sustentabilidade social e ambiental” (Uniso).

Além da comunicação, o projeto engloba outras áreas da universidade. Todas tratam sobre a temática meio ambiente de acordo com o contexto determinado pela área de concentração de cada programa.

Dessa forma, nota-se a importância do projeto, o qual municiará a comunidade acadêmica com pesquisas sobre questões ambientais em diferentes aspectos. Nota-se, também, a relevância especificamente desta pesquisa, pois, o

trabalho dissemina mais informações sobre o Rio Sorocaba e, ainda, estimula a reflexão de diversos aspectos sobre o manancial, como vegetação, espécie, e a própria importância do rio para a vida da população.

Acredita-se, ainda, que a pesquisa contribui para a área da comunicação, em especial, o jornalismo. Ao compreender como se dá a produção de significados sobre o Rio Sorocaba na cobertura do jornal *Cruzeiro do Sul* e relacionar esse material com o jornalismo ambiental e, ainda, com a educação ambiental, é possível contribuir para a reflexão dos próprios profissionais da Região Metropolitana de Sorocaba em relação às coberturas ambientais, pois a dissertação identifica se a cobertura do jornal sobre o rio pode ser considerada jornalismo ambiental e se a educação ambiental está presente nessas coberturas, entendendo o jornalista como um importante agente de conscientização na sociedade.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

“Compreender como se dá a produção de significados sobre o Rio Sorocaba na cobertura do jornal *Cruzeiro do Sul*”.

1.4.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar todos os textos do jornal entre 2023 e 2021 em que aparecem o termo “Rio Sorocaba”
- 2) Identificar padrões na cobertura a partir de categorização.
- 3) Compreender se os textos sobre o Rio Sorocaba no jornal podem ser considerados jornalismo ambiental.
- 4) Compreender se os textos sobre o Rio Sorocaba no jornal podem ser considerados materiais de educação ambiental.
- 5) Compreender as mudanças na cobertura sobre o Rio Sorocaba em um período de 30 anos, com comparações entre o *corpus* dos anos de 2023 a 2021 e um *corpus* de 1991 a 1993, período da Eco-92.
- 6) Produzir sugestões de pautas jornalísticas para suprir as lacunas identificadas.

2 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para essa dissertação foi a Análise de Conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin (1977), pois o método se mostra eficaz a investigar práticas jornalísticas, principalmente em grandes quantidades, como é o caso desta pesquisa. A partir de tabulações e categorizações, os materiais foram organizados de maneira que se possa enxergar padrões, mais facilmente, de temáticas que se repetem e, com isso, realizar as interpretações, com base na técnica do método, por meio da quantificação. Para isso, o passo a passo proposto por Bardin (1977) foi utilizado com as etapas das análises.

A pré-análise é o primeiro passo para a sistematização. Essa é a etapa em que um plano, um cronograma é realizado, para o desenvolvimento dos próximos passos. Para isso, ela possui três objetivos principais: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores para o embasamento da interpretação final.

Todos esses fatores devem estar presentes, mas não precisam ser pensados necessariamente nessa ordem. Em seguida, deve ser realizada uma leitura flutuante do material escolhido. Ou seja, um primeiro contato com os documentos, a fim de conhecer e penetrar as primeiras impressões acerca do material.

Já os documentos podem ser escolhidos previamente à definição do objetivo da análise ou posteriormente. É importante, ainda, obter clareza sobre o campo do *corpus*. Avaliar a necessidade de realizar entrevistas, aplicar questionários ou, compreender, por exemplo, se a análise tratará de uma determinada quantidade de reportagens e editoriais.

Tendo esses fatores em mente, é fundamental que o pesquisador não exclua nenhum conteúdo daquele período que foi definido para a análise. Se isso ocorrer, essa ação deve constar na pesquisa com uma justificativa plausível. Trata-se da regra da exaustividade.

Já a regra da representatividade irá escolher uma amostra daquele material, desde que seja uma parte representativa do universo do conteúdo inicial. Há ainda outras regras que devem ser seguidas, como as da homogeneidade e pertinência.

A homogeneidade ressalta a importância de escolher critérios iguais ao analisar os conteúdos. Trata-se de uma técnica utilizada principalmente para obter resultados globais ou comparar os resultados entre si.

Na regra de pertinência, Bardin (1977) destaca a relevância de selecionar documentos que, de fato, são fonte de informação e auxiliam a responder o objetivo da pesquisa. Nesse momento, também é primordial preparar o material, antes de iniciar a análise, como enumerar o conteúdo, organizá-lo em pastas e transcrever entrevistas.

Após a finalização dessa etapa, é possível começar a exploração do material, a partir da codificação desses dados. “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Bardin, 1977, p. 103-104).

Para organizar a codificação, o pesquisador deve, no caso de uma análise quantitativa e categorial (como é a análise dessa dissertação), definir o recorte: a escolha das unidades; a enumeração (escolha das regras de contagem); e a classificação e a agregação (escolha das categorias).

O processo de categorização consiste em agrupar os dados codificados em categorias temáticas que façam sentido para a análise. É um momento em que o pesquisador organiza as informações que surgiram do material, de forma a facilitar a interpretação e a construção de significado.

Bardin (1977) destaca que essas categorias precisam ser exclusivas, exaustivas e pertinentes, ou seja, cada elemento deve ser encaixado em apenas uma categoria, todas as informações relevantes devem ser contempladas, e o agrupamento precisa estar alinhado com os objetivos da pesquisa.

A construção das categorias pode ser feita de forma a priori, com base em conceitos teóricos já definidos, ou a posteriori, a partir do que emerge do próprio material durante a análise.

Por fim, ocorre o tratamento e interpretação desses resultados a partir da inferência. Essa etapa deve ocorrer de forma crítica e reflexiva. Neste momento, o pesquisador faz relações teóricas e contextuais para interpretar os resultados, articulando as categorias identificadas com os objetivos da pesquisa.

2.1 Aplicação

O *corpus* analisado foi escolhido a partir dos seguintes critérios: (1) os textos precisavam ter sido publicados pelo Cruzeiro do Sul entre os dias 1º de janeiro de

2021 e 31 de dezembro de 2023 para o primeiro *corpus* e entre os dias 1º de janeiro de 1991 e 31 de dezembro de 1993 para o segundo *corpus*, em qualquer editoria ou seção; (2) deveria conter no texto o termo “Rio Sorocaba”, pelo menos uma vez. Dessa forma, foi realizada uma busca com esses parâmetros no acerto digital do veículo de comunicação. Esse processo resultou em 457 textos entre 2021 e 2023, sendo 154 em 2021, 122 em 2022 e 181 em 2023.

Em seguida, na etapa de organização e “higienização” dos dados brutos, 54 textos foram descartados, pois tratava-se de chamadas de capa e, menções incluídas nas colunas “Mais lidas” e/ou “Frases do dia”, fazendo referência a textos que já constam na tabulação de uma mesma edição.

Essa medida foi necessária para não ocorrer duplicidade na contagem, pois essas ocorrências não constituem textos independentes, mas são referências ao mesmo texto em dois pontos diferentes de uma mesma edição. Sendo assim, o primeiro *corpus* final contempla 142 textos em 2021, 103 em 2022 e 158 em 2023, totalizando 403. O segundo *corpus*, entre 1991 e 1993, constava, de forma preliminar, 247 textos, sendo 47 em 1991, 69 em 1992 e 131 em 1993. Após a exclusão pelos mesmos critérios relatados acima, o *corpus* foi finalizado com 230 textos: 40 em 1991, 61 em 1992 e 129 em 1993.

Quadro 1 - composição dos *corpora* por ano

Ano	Textos
2021	142
2022	103
2023	158
1991	40
1992	61
1993	129
Total	633

Fonte: Elaboração Própria

Em seguida, ocorreu a organização do material, codificação e categorização dos dados e interpretação dessa categorização.

Com isso, os textos foram reunidos em uma planilha dinâmica, com nome do conteúdo publicado, categoria (definida posteriormente), data de publicação,

editoria, tipo de texto, municípios da cobertura, quantidade de parágrafo, fontes, se a linguagem está na primeira pessoa e palavras-chaves (a fim de facilitar a categorização), possibilitando o cruzamento dos dados referente a amostra e achados qualitativos do processo.

Figura 1 – Recorte da tabulação gerada para categorizar o *corpus*

Título da reportagem	CATEGORIA	Ano
Sorocaba teve dia com alagamentos	Enchentes	2023
Região enfrenta problemas e Mairinque decreta emergência	Enchentes	2023
UM DIA NA HISTÓRIA: Sorocaba se despede de Dom Aguirre	Localização	2023
Bom senso e prudência no trânsito	Localização	2023
Campanha pede descarte ambiental correto	Campanha (serviço)	2023
Manga pede intervenção estadual	Monitoramento do nível do rio	2023
Estado descarta intervenção em Itupararanga	Monitoramento do nível do rio	2023
Alerta surpreendeu Comitê e a Prefeitura de Votorantim	Monitoramento do nível do rio	2023
Entidades ambientais dizem que não há perigo iminente	Monitoramento do nível do rio	2023
Defesa Civil monitora 88 áreas de risco em Sorocaba	Enchentes	2023
CBA aumenta hoje vazão na represa	Monitoramento do nível do rio	2023
Barragens podem entrar em estado de atenção	Monitoramento do nível do rio	2023

Fonte: Reprodução de Tabela de Elaboração Própria

Figura 2 – Recorte das palavras-chave da tabulação que geraram as categorias

palavras-chave
chuva; alagamento; quedas de árvores; transbordamento; interdição; alerta
chuva; emergência; Mairinque; alagamentos; alerta; defesa civil
bispo Dom Aguirre; morte; história; Sorocaba; bispo, Igreja Católica; avenida; marginal rio Sorocaba
trânsito; motoristas; mudanças; avenidas; semáforos; condutores; reclamações; marginal rio Sorocaba
meio ambiente; lixo; descarte; campanha; rio; fauna; vegetação; doenças; denúncias
prefeito; Rodrigo Manga; intervenção estadual; represa de Itupararanga; escoamento; monitoramento; água; ofício; vazão;
Estado; órgãos públicos; represa de Itupararanga; risco; desabamento; CBA; vistoria; alagamentos; intervenção; pedido; nível
Prefeitura de Sorocaba; Prefeitura de Votorantim; Fabíola Alvez, Governo do Estado, entidades ambientais; não tem risco de
Comitê Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê; Crise Hídrica; CBA; Represa de Itupararanga; vertimento; água; vazão;
áreas de risco; Defesa Civil; monitoramento; alagamentos; inundações; famílias; assistência; ocorrências; prevenção; mitiga
represa; CBA; vazão; defluência; reservatório; Grupo de Trabalho de Crise Hídrica; controle; cheias; Comitê de Bacia Hidrogr
estado de atenção; barragens; rio Sorocaba; CBA; chuvas; intensas; afluência; água; eventos externos; vazão; Plano de Ação
nível; rio Sorocaba; Saee; CBA; praça Lions; avenida Dom Aguirre; alagamentos; vazão; volume; chuvas; menor; represa; Itup

Fonte: Reprodução de Tabela de Elaboração Própria

Todos os textos foram lidos e, durante esse processo, foi criada uma lista de palavras-chaves com base no conteúdo do material. Essa listagem foi inserida na planilha e, a partir dela, as categorias surgiram organicamente, sem a necessidade da criação de categorias priori. Os textos foram então aglutinados nessas categorias, que receberam também regras para a inserção desses textos.

A seguir consta o processo de categorização. A leitura dos textos, com a elaboração de uma lista de palavras-chave, permitiu a criação de 25 categorias. As regras de cada uma delas estão listadas na sequência:

2.2 Matriz de categorização com regras de inclusão

1) Enchentes: Textos incluídos nesta categoria abordam o transbordamento do Rio Sorocaba, geralmente como consequência de chuvas. Nestes textos costumam aparecer termos como “enchentes”, “transbordamentos”, “alagamentos” ou outros análogos. Os textos focam nos transtornos à vida cotidiana causados pelas águas do rio “invadindo” espaços urbanos. Entram nesta categoria apenas enchentes que já ocorreram (excetuando assim quaisquer previsões de enchentes vindouras).

2) Localização: Textos incluídos nesta categoria mencionam o Rio Sorocaba apenas como um ponto de referência. Nestes textos, o rio não é o foco principal, mas meramente um marcador geográfico utilizado para situar o leitor no ambiente (por exemplo: algo aconteceu ou está localizado *ao lado* do rio, *às margens* do rio etc.).

3) Campanhas (serviço): Textos incluídos nesta categoria promovem ações institucionais voltadas ao meio ambiente (geralmente alguma atividade de conscientização). Tais textos costumam estar focados em serviço (informações úteis), geralmente incluindo informações práticas (datas e horários, endereços, números de telefone ou outras informações de contato, chamadas para alguma ação voluntária etc.), não raros destacados ao final das matérias.

4) Monitoramento do nível do rio/ barragens e suas condições (cheia): Textos incluídos nesta categoria têm como foco o acompanhamento (por parte dos órgãos responsáveis) do nível do Rio Sorocaba, de barragens e das condições estruturais dessas represas relacionadas ao rio, relacionados ao período de cheia, seja devido ao alto volume de chuvas num dado período ou por conta do escoamento de reservatórios. Estes textos podem mencionar o *risco* de enchentes (se as enchentes ainda não aconteceram, eles serão incluídos nesta categoria, e não em “Enchentes”). Os monitoramentos que englobam essa categoria não precisam, necessariamente, ter sido protagonizados por órgãos responsáveis. Os dois assuntos, rio Sorocaba e barragens, estão aglutinados nessas categorias, pois são mencionados em muitos textos um com complemento de outro.

5) Monitoramento do nível do rio/ barragens e suas condições (seca): Textos incluídos nesta categoria têm como foco o acompanhamento (por parte dos órgãos responsáveis) do nível do Rio Sorocaba, de barragens e das condições estruturais dessas represas relacionadas ao rio, englobando o monitoramento em períodos de seca, seja devido ao baixo volume de chuvas num dado período ou por conta da falta de escoamento de reservatórios. Estes textos podem mencionar o *risco* de falta d'água na região devido ao baixo nível do rio. Os monitoramentos que englobam essa categoria não necessariamente precisam ter sido protagonizados por órgãos responsáveis. Nessa categoria aparecerão também a diminuição na vazão de defluência das represas e barragens ao Rio Sorocaba por conta do pouco volume de água.

6) Desassoreamento e/ou outras obras e serviços preventivos: Textos incluídos nesta categoria têm como foco obras de desassoreamento do Rio Sorocaba (ou seja, obras destinadas à retirada de sedimentos do rio, de modo a restaurar a sua capacidade original e melhorar o seu fluxo) e/ou outras obras e serviços públicos em geral, conduzidos no próprio rio ou em seus afluentes ou arredores, geralmente com intuito preventivo. Também podem ser incluídos nessa categoria textos que criticam/denunciam a execução ou a falta desses serviços.

7) Captação de água: Textos incluídos nesta categoria têm como foco a captação de água do Rio Sorocaba ou de outros reservatórios desde que a ação impacte, seja de maneira positiva ou negativa, o manancial.

8) Descarte inadequado: Textos incluídos nesta categoria têm como foco o descarte inadequado de itens sólidos no Rio Sorocaba, como lixo e objetos diversos, até mesmo cadáveres animais ou humanos

9) Datas comemorativas: Textos incluídos nesta categoria mencionam o Rio Sorocaba em função de alguma data comemorativa (aniversário de alguma cidade, o Dia da Água, o Dia do Rio Sorocaba, o Dia do Meio Ambiente etc.).

10) Fauna e flora: Textos incluídos nesta categoria têm como foco a biodiversidade do Rio Sorocaba, incluindo informações sobre diferentes espécies de plantas e animais.

11) Registro de eventos políticos e/ou menção ao rio em nomes de instituições: Textos incluídos nesta categoria têm como foco eventos políticos, como encontros e/ou reuniões entre instituições e/ou autoridades políticas. Em alguns casos, o debate não é sobre o Rio Sorocaba em si, mas o termo aparece na

nomenclatura de um órgão específico (especialmente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê).

12) Projetos de lei: Textos incluídos nesta categoria têm como foco projetos de lei, geralmente no âmbito das Câmaras Municipais da RMS, em que o Rio Sorocaba seja nominalmente referenciado ou em cujas discussões/repercussões ele seja mencionado.

13) Qualidade da água e poluição: Textos incluídos nesta categoria têm como foco o estado da água do Rio Sorocaba, sejam as conclusões positivas ou negativas (ou ainda textos em que a qualidade não é objetivamente determinada, mas é de alguma forma discutida).

14) Projetos de despoluição: Textos incluídos nesta categoria têm como foco projetos de despoluição do Rio Sorocaba, seja em referência a processos que ocorreram no passado, estão em andamento no presente ou são anunciados para o futuro.

15) Acidentes/incidentes no ou envolvendo o rio: Acidentes e incidentes que acontecem dentro, às margens ou que de alguma forma envolva o rio. Exemplos: quedas de veículos e pessoas, afogamentos, pessoas que se jogam, pessoas que são arrastadas pelo rio, desde que não seja por enchentes.

16) Rodízio e economia de água: A categoria contempla a implantação de rodízio ou medidas de economia de água nas cidades, desde que de alguma maneira o Rio Sorocaba também seja citado. Os textos podem avisar sobre futuras medidas, que o rodízio está em andamento ou sobre o seu fim. Nessa categoria também aparecem textos relacionados a discussões sobre o consumo de água. Trata-se de uma consequência da estiagem, assim como as enchentes são consequências nos dias de fortes chuvas.

17) Pesca irregular: A categoria abrange textos sobre pesca irregular, incluindo a fiscalização realizada por órgãos competentes e a apreensão de peixes e materiais decorrentes dessas ações.

18) Cultura, lazer, esporte e entretenimento: Textos incluídos nesta categoria mencionam o Rio Sorocaba como um objeto representado numa peça teatral, num livro, num documentário ou em qualquer outro produto da indústria cultural. Essa mesma categoria também engloba textos em que o rio é mencionado como um local de lazer, esporte e/ou entretenimento.

19) Do leitor: desassoreamento e/ou outras obras e serviços públicos: Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre obras e serviços públicos. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Desassoreamento e/ou outras obras e serviços públicos preventivos”.

20) Do leitor: enchentes: Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre enchentes. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Enchentes”.

21) Do leitor: descarte inadequado: Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal

22) Do leitor: Monitoramento do nível do rio/ barragens e suas condições (cheia): Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre o monitoramento do rio e condições das barragens em casos de cheia. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Monitoramento rio (cheia)”. Os monitoramentos que englobam essa categoria não necessariamente precisam ter sido protagonizados por órfãos responsáveis.

23) Do leitor: Monitoramento do nível do rio/ barragens e suas condições (seca): Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre o monitoramento do rio ou das condições das barragens em casos de seca. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Monitoramento rio (seca)”. Os monitoramentos que englobam essa categoria não necessariamente precisam ter sido protagonizados por órfãos responsáveis.

24) Do leitor: qualidade da água e poluição: Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre a qualidade da água e poluição no Rio Sorocaba. Dependendo

dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Qualidade da água e poluição”.

25) Do leitor: acidentes/incidentes envolvendo o rio: Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre acidentes e ou incidentes que ocorrem dentro, às margens ou que envolvam o rio. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Acidentes/ incidentes envolvendo o rio”.

26) Outros: Textos incluídos nesta categoria não atendem aos requisitos de inclusão de nenhuma das categorias anteriores.

2.3 Processo de categorização do *corpus*

Em relação à categorização dos dois *corpora*, os textos com menções ao Rio Sorocaba entre 2021 e 2023 tiveram uma média de 6,1 parágrafos (6,4 em 2021; 5,6 em 2022 e 6,07 em 2023), e entre 1991 e 1993 a média foi de 6 parágrafos (5,1 em 1991, 9 em 1992 e 4,8 em 1993).

Para fins comparativos, os textos mais longos entre 2021 e 2023 têm 21 parágrafos. Um material é de 2023 e fala que obras de mobilidade segue o cronograma; nesse texto também é abordada as possíveis obras da marginal direita do rio. O segundo texto é de 2022 e tem praticamente o mesmo assunto. Nele consta que obras viárias prometem ‘mudar’ Sorocaba no sentido de mobilidade urbana. Já entre 1991 e 1993 os textos mais longos têm 54 parágrafos e foram publicados em 1993, um na edição de 30 de agosto e o outro na edição de 13 de setembro. Ambas são entrevistas no formato pingue-pongue (pergunta e resposta) com os dois candidatos à Prefeitura na época, Renato Amary e Paulo Mendes, com as propostas de governo. Em contrapartida, dezenas de textos (108 no *corpus* mais recente e 35 no *corpus* mais antigo) contém apenas um parágrafo. A maioria trata-se das colunas “Um Dia na História” (que relembra casos antigos) e “Do Leitor” (opinião dos leitores sobre os assuntos), além de notas de informação livre. No segundo *corpus*, há várias notas curtas, principalmente na editoria de cultura. Os meses que ocorreram as maiores quantidades de publicações foram: agosto e outubro em 2021 (20), março em 2022 (24) e fevereiro em 2023 (29) e março em 1991 (9), agosto em 1992 (18) e setembro em 1993 (20).

Quadro 2 - Publicações por mês – 2021

Mês	Publicações
Janeiro	8
Fevereiro	6
Março	11
Abril	3
Maio	8
Junho	7
Julho	17
Agosto	20
Setembro	18
Outubro	20
Novembro	8
Dezembro	16

Fonte: Elaboração Própria (dados da pesquisa, 2024)

Quadro 3 - Publicações por mês – 2022

Mês	Publicações
Janeiro	12
Fevereiro	7
Março	24
Abril	13
Maio	5
Junho	4
Julho	2
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	8

Fonte: Elaboração Própria (dados da pesquisa, 2024)

Quadro 4 - Publicações por mês – 2023

Mês	Publicações
Janeiro	17
Fevereiro	29
Março	22
Abril	16
Maio	11
Junho	10
Julho	6
Agosto	14
Setembro	8
Outubro	12
Novembro	4
Dezembro	9

Fonte:Elaboração Própria (dados da pesquisa, 2024)

Quadro 5 - Publicações por mês – 1991

Mês	Publicações
Janeiro	3
Fevereiro	2
Março	9
Abril	2
Maio	4
Junho	4
Julho	0
Agosto	3
Setembro	5
Outubro	3
Novembro	4
Dezembro	1

Fonte:Elaboração Própria (dados da pesquisa, 2024)

Quadro 6 - Publicações por mês – 1992

Mês	Publicações
Janeiro	5
Fevereiro	3
Março	4
Abril	2
Maio	3
Junho	4
Julho	10
Agosto	18
Setembro	4
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	2

Fonte: Elaboração Própria (dados da pesquisa, 2024)

Quadro 7 - Publicações por mês – 1993

Mês	Publicações
Janeiro	10
Fevereiro	3
Março	8
Abril	10
Maio	10
Junho	22
Julho	13
Agosto	12
Setembro	20
Outubro	4
Novembro	6

Dezembro	11
----------	----

Fonte:Elaboração Própria (dados da pesquisa, 2024)

A maioria dos textos (271, equivalente a 67% do *corpus*) de 2021 a 2023 aparece na editoria “Cidades”, em seguida está editorial (68 textos, que equivale a 17% do *corpus*). Na sequência consta “Artigos” (26, equivalente a 6% do *corpus*), Cruzeiroiro (17, equivalente a 4% do *corpus*) e “Mais Cruzeiro” (12, equivalente a 3% do *corpus*). Cinco ocorrências não têm editoria e duas aparecem na editoria de “Esportes”. Há uma ocorrência em uma editoria especial chamada “Casa e Acabamento”.

No segundo *corpus*, de 1991 a 1993, a editoria que mais aparece também é “Cidades” (108, equivalente a 47% do *corpus*). 50 ocorrências (22%) que se assemelham aos conteúdos da editoria de “Cidades” estão sem editoria, ou seja, sem o chapéu que indica a qual grupo ela pertence. Na sequência está “Arte e Lazer e Cultura” (22, equivalente a 10% do *corpus*), que estavam separadas, mas para a contabilização foram agrupadas, e Editorial” (15, equivalente a 7% do *corpus*). Em seguida uma editoria especial: “Poluição” (5, equivalente a 2% do *corpus*), e na sequência “Esporte” (4, equivalente a 1,7% do *corpus*). Outra editoria especial, “Sorocabanos olhares”, com crônicas de leitores, tem três ocorrências (1%), seguida de “Saneamento” (2), “Retrospectiva (2), “Os eleitos” (2), e nacional e turismo com uma aparição cada, que representa menos de 1% do *corpus*.

Em relação à amplitude regional da cobertura, 365 textos (equivalentes a 91% do *corpus*) dizem respeito ao município de Sorocaba com destaque na cobertura entre 2021 e 2023. Desse número, 44 fazem menção a algum outro município da RMS. De maneira geral, 22 dos 27 municípios da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) são mencionados no período: Araçoiaba, Boituva, Capela, Itu, Mairinque, Salto de Pirapora, Votorantim, Alambari, Iperó, Sarapuí, Araçariguama, Alumínio, Ibiúna, Tatuí, Salto, Tietê, Itapetininga, Cerquilha, Porto Feliz, Jumirim, Piedade, São Roque. Em relação aos anos de 1991, 1992 e 1993, Sorocaba aparece 41 vezes como foco da cobertura (equivalente a 18% do *corpus*). Desse número, nove ocorrências mencionam alguma outra cidade, além de Sorocaba. De modo geral, 17 municípios da RMS foram mencionados no período: Araçoiaba, Araçariguama, Boituva, Cesário Lange, Cerquilha, Ibiúna, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, Porto Feliz, Salto de Pirapora, Sarapuí, São Roque, Tatuí, Tietê, Votorantim.

Após apresentar o levantamento dos dados, inicia-se a etapa de discussão. Nesse momento, os números referentes aos padrões encontrados nos textos foram interpretados e discutidos. Também nesse capítulo foram apresentados exemplos de reportagens selecionadas ao longo da análise com função exclusivamente ilustrativa, servindo para contextualizar os achados e exemplificar as categorias previamente estabelecidas, sem pretensão de exaustividade ou de validação empírica adicional, devendo ser compreendidas como recortes interpretativos.

3 ÁGUA, CRISE HÍDRICA E SUSTENTABILIDADE

A água atravessa a história das sociedades como elemento vital, simbólico e espiritual. Presente nas mais diversas culturas, religiões e mitologias, ela representa a origem da vida, a purificação, a renovação e o movimento. A água sustenta a existência, molda territórios e ajudou a criar civilizações, tendo em vista que muitas delas foram erguidas em volta de mares e rios, como é o caso de Sorocaba.

Povos ancestrais já reconheciam sua potência. Chevalier e Gheerbrant (1988, p.15), destacam que a água é associada a três temas dominantes: “fonte de vida, meio de purificação e centro de regenerescência”, encontrados nas mais antigas tradições.

Para algumas culturas, por exemplo, a água é um ser vivo, dotado de espírito. O povo Krenak enxerga o Rio Doce — “Watu”, em sua língua — como um avô, uma pessoa, e não como apenas um recurso à disposição humana (Krenak, 2019).

Entre os povos de matriz africana, rios, cachoeiras e oceanos são territórios sagrados onde habitam divindades como Oxum e Iemanjá, associadas à fertilidade, à cura e ao nascimento (Rangel; Gomberg, 2016). No cristianismo, a água aparece nos rituais de batismo como símbolo de renascimento e purificação espiritual (Goedert, 2004). Ela também surge no folclore brasileiro, em lendas como a do Boto Cor de Rosa e da sereia Iara, conhecida também como mãe d’água (Corrêa, 2000). Já na Ásia, a água é símbolo de fertilidade, regeneração, pureza, graça e virtude (Chevalier e Gheerbrant (1988).

Esses exemplos demonstram que, ao longo da história, as culturas construíram relações com a água e com a natureza.

Essa centralidade simbólica se conecta a um fato: a água é indispensável para a vida. Cerca de 70% do corpo humano é composto por água, e ela constitui o principal componente de todos os seres vivos. (Marchetti; Santos, 2020).

Apesar de abundante na superfície da Terra, sua disponibilidade para o consumo humano é limitada. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, s.d.) estima que 97,5% da água do planeta é salgada. Dos 2,5% de água doce, 69% estão concentrados em geleiras de difícil acesso, 30% em lençóis subterrâneos e apenas cerca de 1% corre em rios e lagos, justamente a mais utilizada pela população mundial.

A disparidade entre oferta e demanda se torna ainda mais significativa diante do crescimento populacional: em 2022, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou que a humanidade atingiu a marca de 8 bilhões de habitantes (CNN, 2022).

Esse cenário de pressão sobre um recurso finito é agravado por um modelo de desenvolvimento que historicamente tratou a água como bem infinito e mercadoria. Isso ocorreu não somente com a água, mas com os recursos naturais como um todo.

Reigota (1995) ao abordar questões ambientais na América Latina, evidencia a chegada de Colombo, há mais de 500 anos, como um marco histórico dos tempos modernos, com base no pensamento de Hegel. Afinal, a quantidade e o tipo de recursos existentes no continente latino-americano foram determinantes para a colonização dos espanhóis, portugueses, holandeses, franceses e ingleses.

Já a herança deixada foi a ideia de desenvolvimento econômico a partir da exploração de terras e da monocultura agrícola, sem se preocupar com o fim dos recursos naturais.

Uma bagagem que traz malefícios até os dias atuais. Outra dura marca deixada, essa com sangue, foi o não direito à cultura e à vida dos povos indígenas, que culminou em um dos maiores genocídios da história. (Reigota, 1995).

Já Latour (2020) argumenta que as sociedades modernas se orientam por uma lógica que separa natureza e cultura. Conforme o antropólogo (2020), no início dos anos 1990, após a queda do Muro de Berlim, o que muitos consideram como uma vitória contra o comunismo, um novo momento se iniciava, a “desregulamentação”, que, para Latour (2020), dá sentido, de forma pejorativa, à palavra “globalização”.

Nesse período ocorre a exploração de desigualdades e um movimento para negar a “mutação climática” – termo utilizado por Latour de forma opcional ao invés de crise, por compreender que a segunda expressão dá o entendimento de que a situação irá passar, dessa forma, apesar de aparentemente pessimista, o autor prefere se apropriar de “mutação”.

A fala de Latour (2020) pode ser evidenciada também por meio de dados. Essa desigualdade de recursos é vista, por exemplo, na África. Segundo o relatório “O Valor da Água”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura (Unesco, 2021), o continente possui quase 9% do total mundial de água doce, no entanto, a distribuição do recurso ocorre de maneira desigual.

De acordo com o relatório, os seis países mais ricos em água da África Central e Ocidental detêm de 54% dos recursos hídricos do continente. Já os 27 países mais pobres, possuem 7%.

O acesso de qualidade a água é um assunto debatido mundialmente. O sexto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) até 2030 é garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos (Nações Unidas Brasil, s.d). Contudo, no caso da África, por exemplo, segundo o relatório da Unesco (2021), o desafio de efetivar a iniciativa está relacionado ao rápido crescimento populacional, a governança inadequada da água e os arranjos institucionais insuficientes, o desmatamento e a falta de verba para investimento em abastecimento e saneamento.

Já o Brasil detém das maiores reservas de água doce do planeta (ANA, 2023), no entanto, apesar de abundante, a distribuição também é desigual nos territórios. 68,5% dos recursos hídricos do país estão na região norte, que habita 8,3% da população. A região sudeste possui 6% do total de água do país e abriga 42,1% da população. A região nordeste, que possui a maior concentração de pessoas, com 27,8% da população, contém apenas 3,3% do volume de água do país (Trata Brasil, 2018). Região essa que, inclusive, sofre com frequência com as secas severas (Smallbone C, Paes LES, 2022).

Os problemas ligados à água também vão muito além do desperdício. Envolvem processos de degradação ambiental, como a contaminação de aquíferos por agrotóxicos, o uso inadequado de técnicas de irrigação, a pressão exercida pela mineração e a intensa apropriação promovida por setores industriais e pelo agronegócio.

No caso da agricultura, o consumo é expressivo: estima-se que cerca de 80% da água utilizada no mundo seja direcionada a essa atividade, principalmente para irrigação (Rodrigues; Schuler, 2016 *apud* Nunes, 2024).

As atividades industriais, por sua vez, também exercem forte pressão sobre os recursos hídricos, já que muitos dos produtos considerados essenciais no cotidiano dependem de grandes quantidades de água em suas etapas de fabricação (Rodrigues; Schuler, 2016 *apud* Nunes, 2024).

No entanto, apesar dos enormes desafios, estudiosos observam que os problemas hídricos e ambientais, de uma maneira mais geral, poderiam ter sido evitados.

Dados como os já mencionados em relação a quantidade de água no Brasil dão suporte ao pensamento de Luis Antonio Bittar Venturi, professor *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP*.

Para Venturi (2021) não existe crise hídrica, mas sim crise de gerenciamento hídrico. “Um gerenciamento negligente e ineficiente, que permite, por exemplo, que o menor índice de acesso à água potável ocorra na Região Amazônica, exatamente onde há mais água... no mundo” (Venturi, 2021, s.p).

Em um artigo publicado no periódico da USP, o professor avalia dados de séries históricas e traz como exemplo o ano de 1963, quando choveu somente 887 milímetros na cidade de São Paulo, enquanto a média seria de 1.450 mm. Com isso, a represa Billings, reservatório com 100 anos que abastece o ABC Paulista e a Zona Sul de São Paulo, praticamente secou.

No entanto, no ano seguinte, em 1964, a precipitação foi de 1.239,3 mm. Com isso, ações naquele momento não “precisariam”, na visão das autoridades, serem tomadas. Situações que se repetiram por anos.

Venturi (2021) também menciona os dados de 2013 e 2014, quando em dois anos choveu 1.497,3 mm. Contudo, a afirmação que ainda se tinha era de que a maior estiagem ocorreu nos anos 1980.

O curioso é que o Sudeste é uma região úmida, mas ainda assim, a cidade de São Paulo, além de sofrer com enchentes em determinadas épocas do ano, vive racionamentos.

Antes disso, em 1983 ocorreu exatamente o fluxo oposto. Naquele ano choveu 2.228 mm, sendo 330 mm em fevereiro, e 230 mm em junho. As médias para os meses eram de 220 mm e 55,5 respectivamente.

Segundo Venturi (2021), embora o Brasil disponha de ampla disponibilidade hídrica, grande parte dessa água encontra-se comprometida pela poluição. Ele aponta que a cidade de São Paulo, por exemplo, continua degradando importantes mananciais, como Billings, Guarapiranga e os rios Tietê, Pinheiros, Aricanduva e Tamanduateí, enquanto busca fontes cada vez mais distantes e relativamente preservadas, como São Lourenço, Piracicaba e Paraíba do Sul.

Para o autor, essa lógica revela um profundo desequilíbrio na gestão dos recursos hídricos, evidenciado também pelo Projeto Tietê, que, mesmo após décadas, ainda não conseguiu recuperar plenamente o rio.

O estudo “Observando os Rios 2025”, realizado entre janeiro e dezembro de 2024 pela Fundação SOS Mata Atlântica, lançado em março de 2025, mostrou que os resultados referentes ao maior rio paulista ainda são preocupantes.

Segundo o relatório (2025), a mancha de poluição diminuiu de 207 quilômetros em 2024 para 174km em 2025, uma redução de 15,9%. Contudo, houve queda expressiva no total de pontos de monitoramento em que a água era considerada de boa qualidade: de três para um (1,8%); a maioria das áreas continuou na categoria regular (61,8%); 27,3% dos pontos foram classificados com qualidade ruim e 9,1% péssima. Não há registro de área com classificação ótima. (SOS Mata Atlântica, 2025),

Os estudos da fundação mostram também as mudanças do Tietê ao longo dos anos. Entre 2016 e 2021, houve melhora, com aumento nos trechos de qualidade regular e boa e redução da mancha de poluição, que atingiu sua menor área em anos recentes: 85 km.

Porém, em 2022, o resultado foi totalmente o oposto: a mancha voltou a crescer e chegou em 2024 a 207 km. As áreas com água boa também diminuíram. A pesquisa também olhou para outros mananciais da Mata Atlântica. No total, foram realizadas 1.160 análises em 145 pontos de coleta distribuídos em 112 rios e corpos d'água, localizados em 67 municípios de 14 estados.

Desses, 11 trechos (7,6%) tiveram qualidade boa registrada; 109 (75,2%) regular; 20 (13,8%) ruins e 3,4% péssima. Nenhum ponto registrou qualidade ótima. O instituto pontua que o cenário é preocupante, mas ainda assim, 83,8% dos locais analisados, possuem água que podem ser utilizadas em diversas situações, como agricultura, indústria, abastecimento humano, consumo animal, lazer e esporte.

Apesar de ainda ter água disponível para o consumo, o relatório concluiu (SOS Mata Atlântica, 2025) que o Brasil está longe de garantir água limpa em quantidade suficiente para todos os brasileiros, com isso, a meta ODS 6, de Água Potável e Saneamento até 2030 para todos, também estaria distante.

Outro aspecto observado são as legislações voltadas à água. Uma iniciativa importante é a aprovação do Senado referente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/21, para a inclusão de água potável entre os direitos e

garantias fundamentais da Constituição, no entanto, até novembro de 2025, quando esse texto foi escrito, ainda não havia avançado na Câmara dos Deputados.

A SOS Mata Atlântica também pede revisão na classificação de rios na Classe 4 da Resolução 357/05:

Essa categoria, na prática, permite e legitima a poluição de rios, contrariando princípios constitucionais e a própria Lei de Crimes Ambientais. Investir em saneamento básico não é uma opção, mas uma necessidade urgente. Com tantas tecnologias disponíveis atualmente, é ainda mais inaceitável que cerca de metade da população no país não tenha acesso a serviços básicos de saneamento. Faltam apenas oito anos para a meta de universalização, e vemos poucas ações concretas – com exceção das privatizações de companhias de saneamento, frequentemente apresentadas como solução definitiva. (SOS Mata Atlântica, 2025, p. 35).

Na mesma linha de raciocínio, Venturi (2021) destaca que, apesar da riqueza natural do país, milhões de brasileiros permanecem sem acesso a condições adequadas de abastecimento: cerca de 11 milhões não têm água potável e aproximadamente 40 milhões convivem com fornecimento irregular. O quadro se agrava pelo fato de que apenas 43% do esgoto produzido nacionalmente é coletado e tratado.

De acordo com o autor, enfrentar a crise hídrica exige medidas estruturais, como obras de transferência de recursos hídricos, programas de convivência com a seca, ampliação do tratamento de esgoto, fortalecimento dos sistemas de distribuição e interligação entre reservatórios, recuperação das matas ciliares e políticas que promovam o uso racional da água.

Para Venturi (2021), a solução passa por planejamento técnico, investimento contínuo e gestão eficiente, e não por expectativas de que a chuva, por si só, resolva problemas.

Ele observa ainda que, com a chegada de períodos chuvosos, o debate sobre a “crise hídrica” costuma ser substituído por discussões sobre enchentes e deslizamentos. Venturi (2021) critica o fato de que explicações estruturais, como ocupações irregulares, impermeabilização do solo e assoreamento dos rios, são frequentemente substituídas por justificativas simplistas, resumidas à ideia de que apenas “choveu muito”.

3.1 Alguns desastres ambientais

As discussões sobre sustentabilidade também revelam injustiças ambientais que vão além da falta de água. Esses conflitos mostram que os impactos da degradação ambiental não recaem de forma igual sobre todos.

Como lembra Krenak (2019), a devastação do Rio Doce após o rompimento da barragem da Samarco não representou apenas um desastre ecológico, mas a violação profunda do modo de vida de comunidades inteiras. A morte do rio significou a perda de vínculos, de territorialidade, de memória e de continuidade cultural.

A população em situação de vulnerabilidade social, de todo o planeta, também é a mais afetada. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento apontam que cerca de 80% das pessoas mais pobres do mundo estão concentradas em regiões diretamente atingidas por eventos climáticos severos (CNN, 2025).

No Brasil, as tragédias relacionadas ao clima são frequentes. Em maio de 2024, mais de 180 pessoas morreram após tempestades que afetaram mais de 2,3 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul, o equivalente a cerca de 95% das cidades do estado. Mais de 70 mil pessoas tiveram residências destruídas (CNN, 2024).

Assim como a água, o fogo também tomou conta de áreas no Brasil. Segundo um relatório do Serviço de Monitoramento da Atmosfera Copernicus (Cams), agência do programa espacial da União Europeia, em 2024 a Amazônia e o Pantanal tiveram as piores queimadas dos últimos 20 anos (BBC News Brasil, 2024).

Em novembro de 2025, um tornado atingiu os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Guarapuava, no Paraná. Em Rio Bonito do Iguaçu, pelo menos 90% dos imóveis foram destruídos. Sete pessoas morreram (G1, 2025).

Dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), revelaram que em 2024 o Brasil registrou 1,13 milhão de pessoas desabrigadas e desalojadas por desastres climáticos, o maior número desde o início da série histórica, em 1991 (G1, 2025).

Situação que dialoga com o pensamento de Latour (2020) em “Onde Aterrorizar? Como se orientar politicamente no Antropoceno, partindo de uma ideia de que faltará terra para habitar, tendo em vista um uso exacerbado e uma onda de negacionismo que invadiu o mundo nos últimos anos.

Para ele, as chamadas “classes dirigentes”, as elites, percebendo no decorrer da história que não haveria lugar na terra e tampouco igualdade de prosperidade para todos, decidiram se refugiar para “fora do mundo”, ao invés de resolver o problema, a partir da ideia do negacionismo, encabeçado pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump (Latour, 2020). Trata-se de um jogo de interesses econômicos, políticos e de território.

A hipótese é que não entenderemos nada dos posicionamentos políticos dos últimos cinquenta anos, se não reservarmos um lugar central à questão do clima e à sua degeneração. Sem a consciência de que entramos em um Novo Regime Climático, não podemos compreender nem a exploração das desigualdades, nem a amplitude das desregulações, nem a crítica da globalização e, nem, sobretudo, o desejo desesperado de regressar às velhas proteções do Estado nacional - o que se costuma chamar, um tanto erroneamente de “ascensão ao populismo” (Latour, 2020, p. 10 - 11).

Em contrapartida, ocorrem também negociações diplomáticas que vão contra o negacionismo climático. A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) é um dos exemplos, que ocorreu em novembro de 2025 em Belém, no Pará, e gerou grande expectativa no decorrer do ano.

A COP-30 encerrou-se após 13 dias de negociação com a aprovação unânime de 29 documentos pelos 195 países participantes, consolidando o chamado Pacote de Belém. Esse conjunto de decisões estabelece diretrizes estruturantes para temas como transição justa, financiamento climático, igualdade de gênero, inovação tecnológica e fortalecimento da cooperação internacional. (Agência Brasil, 2025).

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não participou da conferência. (G1, 2025).

Entre os resultados mais expressivos está a criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, mecanismo financeiro que propõe remuneração contínua a países que conservam florestas tropicais, articulando preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

A conferência também registrou avanços institucionais, como o fato de 122 países terem atualizado ou apresentando suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), e a proposição de 59 indicadores voluntários voltados ao monitoramento da Meta Global de Adaptação, abrangendo água, saúde, segurança alimentar, ecossistemas e infraestrutura.

Por outro lado, a proposta do Mapa do Caminho para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, considerada prioridade diplomática brasileira, não alcançou consenso, embora tenha obtido apoio de 80 a 85 países. O tema continuará em debate sob liderança do presidente do Brasil, que permanecerá à frente da COP até 2026. (Agência Brasil, 2025).

3.2 Sustentabilidade

A palavra sustentabilidade é usada com frequência em reportagens, campanhas institucionais e peças publicitárias, por exemplo. No entanto, muitas vezes, o termo utilizado de forma até desenfreada, não tem o seu conceito explicado ou explorado, tornando o uso da palavra generalizado e retirando de seu significado pilares importantes que devem aparecer, principalmente para que ocorra um debate amplo sobre o tema e a partir disso a conscientização.

O Laboratório de Sustentabilidade (Lassu) do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Universidade de São Paulo (USP), lembra que o termo foi incorporado no vocabulário politicamente correta de empresas, organizações da sociedade civil e meios de comunicação de massa, por vezes ligado ao aspecto da ecologia.

No entanto, é importante prestar atenção ao uso da palavra, principalmente devido aos seus pilares que englobam atenção às questões sociais, ambientais e econômicas da sociedade. Ou seja, a sustentabilidade não está ligada apenas à ecologia, trata-se de um conceito com diversas camadas, que atinge desde o local até o planetário (Laboratório de Sustentabilidade, s.d).

O termo sustentabilidade nasce ligado às ciências ambientais, mas foi ganhando novas camadas e significados à medida que a crise ecológica foi se aprofundando (Rocha, 2023). Em linhas gerais, sustentabilidade remete à ideia de manter algo em equilíbrio por um longo período, evitando a exaustão dos recursos naturais e buscando preservar o funcionamento dos ecossistemas dos quais a vida depende (Rocha, 2023; Venades, 2020).

Do ponto de vista histórico, a noção contemporânea de sustentabilidade surge em decorrência de diversos acontecimentos. Um marco importante é o texto *Blueprint for Survival*, publicado em 1972 no jornal ambiental britânico *The Ecologist*,

que chamou atenção para a urgência e a dimensão dos problemas ambientais em escala global (Rocha, 2023).

No mesmo ano, a Conferência de Estocolmo, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) incorpora essa preocupação e inaugura uma agenda internacional sobre meio ambiente. A partir dela é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), responsável por monitorar a situação ambiental do planeta, com prioridades que hoje incluem desastres e conflitos, gestão de ecossistemas, governança ambiental, substâncias nocivas, eficiência no uso de recursos e mudanças climáticas (Rocha, 2023).

Se no início a sustentabilidade parecia associada apenas à proteção da natureza, atualmente ela é pensada de forma ampla como um conceito multidimensional.

Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, propõe sete pilares fundamentais que trazem dimensões mais abrangentes sobre o tema. São elas: 1) sustentabilidade econômica; 2) sustentabilidade social, 3) sustentabilidade ambiental, 4) sustentabilidade cultural, 5) sustentabilidade ética; 6) sustentabilidade política; 7) sustentabilidade estética (Nogueira, 2011).

A dimensão econômica diz respeito à capacidade de transformar recursos naturais e os bens e serviços em melhoria da qualidade de vida em áreas essenciais como saúde, educação, cultura e lazer (Nogueira, 2011).

A sustentabilidade social aponta para a necessidade de equidade, isto é, para que todas as pessoas tenham uma vida digna de ser vivida. Já a sustentabilidade ambiental trata do uso dos recursos de modo que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas sem comprometer as futuras gerações (Nogueira, 2011).

Marina inclui ainda a sustentabilidade cultural, lembrando que não há inovação na “mesmice”: é preciso preservar a diversidade de modos de vida, saberes e culturas, sob risco de desaparecimento dessas práticas, a chamada erosão cultural. A sustentabilidade ética aparece ligada à ideia de “aliança intergeracional”. Ou seja, se preocupar com quem virá depois e recusar a lógica de destruir recursos em troca de lucros (Nogueira, 2011).

Já a sustentabilidade política remete à capacidade coletiva de debater, construir convergências e assumir responsabilidades, sem terceirizar problemas. Um dos exemplos mencionados por Marina Silva é a corrupção. Segundo a ministra, ao compreender a prática como um problema do outro, ela não tende a acabar. A ideia

é entender a responsabilidade de cada um em relação ao desafio e procurar juntos ações para caminhar na mesma direção. (Nogueira, 2011).

Por fim, a sustentabilidade estética chama atenção para valores simbólicos como paisagens e patrimônios culturais que não estão necessariamente ligados a valores comerciais. (Nogueira, 2011).

Organismos internacionais reforçam essa compreensão. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) define sustentabilidade como a garantia de direitos e bem-estar humano sem esgotar a capacidade dos ecossistemas de sustentar a vida ou prejudicar o bem-estar de outras pessoas (Rocha, 2023 *apud* FAO).

A Universidade da Califórnia (UCLA) aponta para práticas físicas e institucionais que atendam às necessidades atuais sem comprometer o futuro, especialmente em relação ao uso e ao desperdício de recursos naturais (ROCHA, 2023 *apud* UCLA).

Rocha (2023) chama atenção ainda para a necessidade de deixar de tratar a sustentabilidade de forma isolada e passar a enxergar as suas diversas esferas, seguindo a lógica dos pilares de Marina Silva. Para isso, ele sugere abandonar termos como desenvolvimento sustentável, a partir de uma ideia de adjetivação, para colocações como sustentabilidade ambiental, sustentabilidade hídrica, sustentabilidade ética, cultural, política e estética, assim, dando a devida importância e atenção a cada uma delas no contexto social.

Além disso, Rocha (2023) apresenta também uma nova proposta: a chamada sustentabilidade intrageracional e intergeracional, também ligada ao legado que as gerações deixam umas às outras em relação à qualidade ambiental e de vida.

Tragédias como o rompimento de barragens, que atingem comunidades, rios, ecossistemas, patrimônios culturais, terras indígenas e territórios quilombolas, não afetam apenas a dimensão ecológica; rompem também memórias coletivas e perspectivas de futuro, atravessando várias dimensões da sustentabilidade (Rocha, 2023).

Os impactos são grandes e muitas vezes irreparáveis, por outro lado, experiências da sociedade civil mostram que é possível concretizar a sustentabilidade, em suas mais diversas esferas, em iniciativas locais, conectadas à Agenda 2030.

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 e o Instituto Democracia e Sustentabilidade selecionaram, em 2020, dez projetos brasileiros considerados soluções inovadoras com impacto socioambiental positivo, em áreas como água, saneamento, reciclagem, segurança alimentar, educação ambiental e enfrentamento das mudanças climáticas (GT AGENDA 2030, 2020).

Entre eles, há propostas que tratam e reaproveitam água cinza em quintais agroecológicos, fortalecem pescadores artesanais frente às mudanças climáticas, valorizam catadores de materiais recicláveis, formam crianças como agentes de transformação e mapeiam nascentes para proteger recursos hídricos (GT AGENDA 2030, 2020).

Essas experiências mostram que a sustentabilidade não é apenas uma pauta de grandes conferências internacionais, mas também um campo de práticas cotidianas, construído por coletivos, movimentos e comunidades, que devem ser implementadas no dia a dia da população.

4 O RIO SOROCABA

A presente pesquisa tem como objeto empírico a representação do Rio Sorocaba. Um dos trechos percorridos pelo manancial corresponde ao município de Sorocaba, localizado no interior do estado de São Paulo, na região Sudeste do Brasil. A cidade possui uma população estimada em 723.682 habitantes (IBGE, 2024), compondo um dos principais centros urbanos da bacia hidrográfica que leva o nome do rio.

Com extensão aproximada de 180 quilômetros em linha reta e 227 quilômetros em seu trajeto natural, o Rio Sorocaba se destaca na paisagem da cidade, sendo visível a partir de diversos pontos. Um dos locais de mais fácil acesso para sua observação é a Avenida Dom Aguirre, importante via de tráfego urbano construída às margens do rio. Essa avenida conecta a Zona Norte à Zona Sul de Sorocaba, atravessando a área central do município e dando acesso à Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (SP-075), conhecida como Castelinho, que por sua vez se interliga à Rodovia Castelo Branco (SP-280).

A bacia hidrográfica do Rio Sorocaba abrange uma área de 5.269 km² (Smith, 1999) e, de acordo com estimativas populacionais mais recentes, os municípios que a compõem reúnem, juntos, mais de 2,1 milhões de habitantes (IBGE, 2024).

O rio tem origem na confluência de três cursos d'água menores: os rios Sorocabuçu, Sorocamirim e Una, todos com nascentes localizadas no município de Ibiúna, a oeste da Serra do Mar, a cerca de 900 metros de altitude (Smith, 2003). Ao longo de seu percurso, recebe a contribuição de diversos outros mananciais e nascentes secundárias.

Vale ressaltar que o Rio Sorocaba é margeado pelas cidades de Ibiúna, Votorantim, Sorocaba, Ipêró, Boituva, tatuí, Cerquilha, Jumirim e Laranjal Paulista. Já as cabeceiras dos rios Sorocabuçu, Sorocamirim e Uma ficam em Ibiúna, Cotia, Vargem Grande Paulista e São Roque. O manancial também possui diversas lagoas marginais na zona urbana de Sorocaba, como nos bairros Jardim Sandra, Iguatemi e Vitória Régia (Smith, 2003).

No trecho anterior à chegada em Sorocaba, o rio atravessa regiões com relevo acidentado, caracterizadas por áreas montanhosas e declives acentuados. No entanto, ao adentrar o perímetro urbano, seu curso torna-se mais suave. Em território sorocabano, o rio é acompanhado por lagoas marginais, como as

localizadas nos bairros Jardim Sandra, Iguatemi e Vitória Régia, que reforçam sua presença na paisagem urbana (Smith, 2003).

No município vizinho, Votorantim, o rio foi represado, formando a Represa de Itupararanga, importante reservatório da região. Além disso, o Rio Sorocaba é alimentado por outros cursos d'água ao longo de sua extensão, entre eles o Rio Pirajibu, à margem direita, e os Rios Ipanema, Sarapuí e Tatuí, à margem esquerda. Dentre esses, os Rios Ipanema e Pirapora apresentam extensão mais reduzida.

A preocupação com o uso e preservação dos recursos hídricos da bacia motivou, em 1995, a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT). A iniciativa contou com a adesão de representantes da sociedade civil e de prefeitos dos municípios que fazem parte da bacia. Conforme informações da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (FABH-SMT, 2024), um dos principais objetivos da criação do comitê foi o enfrentamento à poluição do Rio Tietê e a gestão compartilhada da Represa de Itupararanga. Ao todo, 35 municípios fazem parte da organização.

4.1 História

Os primeiros registros sistematizados sobre as características ambientais da região de Sorocaba surgiram apenas na primeira metade do século XIX, conforme apontam Manfredini, Guandique e Rosa (2015). No entanto, estudos arqueológicos indicam que a ocupação humana na bacia do Rio Sorocaba remonta entre 10 e 6 mil anos atrás, sendo os povos tupiniquins os primeiros a estabelecer aldeias fixas na região (Bonadio; Frioli, 2004; Manfredini; Guandique; Rosa, 2015).

Essas populações indígenas utilizavam rotas que integravam caminhos fluviais e terrestres para se deslocar pelo território. Uma das vias mais utilizadas era o Caminho do Peabiru, também conhecido como Caminho do Sol. Trata-se de uma rota que conectava o litoral atlântico ao pacífico, cruzando parte da América do Sul e passando por Cuzco, no atual Peru, até alcançar o litoral de São Paulo (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015).

Ao longo desse extenso percurso, grupos originários estabeleceram suas aldeias. Segundo Almeida (1969), a rota era utilizada por diferentes povos, como os tupis do Tietê, os tupiniquins e guaianazes de Piratininga, os carijós dos campos de

Curitiba e os guaranis do Paranapanema. O Peabiru também desempenhava papel fundamental nas relações comerciais entre as etnias e os incas.

Na região de Sorocaba, o trajeto do Peabiru passava pelo bairro de Aparecidinha, seguindo pela margem do Rio Sorocaba até atingir a Rua Padre Madureira. No centro da cidade, o caminho se estendia pela Avenida São Paulo e pelas ruas 15 de Novembro e São Bento. Também são citados como pontos de passagem as praças Carlos de Campos e 9 de Julho, às Ruas 13 de Maio, da Penha e Moreira César, além das Avenidas General Carneiro e Dr. Luiz Mendes de Almeida, seguindo ainda pela Estrada do Ipatinga (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015).

Apesar de sua importância original, esse trajeto foi posteriormente apropriado e restringido por Tomé de Sousa, à época governador, que passou a utilizá-lo como rota de transporte de indígenas escravizados. O Peabiru também foi utilizado pelos bandeirantes paulistas durante suas expedições de captura de indígenas, bem como pelos tropeiros que se dirigiam a Minas Gerais para participar das feiras de muares — eventos que destacam a utilização desse caminho durante o período colonial (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015 *apud* Diniz, 2002).

A atuação dos bandeirantes resultou no desaparecimento das aldeias originárias em Sorocaba. Bonadio e Frioli (2004) destacam que a escravização das populações indígenas contribuiu para esse esvaziamento. Quando Balthazar Fernandes, considerado fundador da cidade, construiu a sua moradia, e uma capela em 1654, restava apenas uma aldeia indígena na região. A partir desse núcleo, Sorocaba se desenvolveu como povoado ocupado por famílias associadas ao bandeirante.

Segundo Almeida (1972), o Rio Sorocaba foi um dos elementos fundamentais para a fixação dos primeiros colonizadores. A abundância e a qualidade de suas águas, aliadas à presença de recursos naturais como argila, madeira, pedra e solo fértil, foram condições propícias tanto para a subsistência quanto para as primeiras construções no município.

4.1.1 Cidade nasce ao redor do rio

O rio Sorocaba desempenhou um papel fundamental na vida dos primeiros habitantes da vila, sendo utilizado como fonte de água potável, criação de animais,

lavagem de roupas, cultivo agrícola e meio de transporte para pequenas embarcações. Desde os primeiros tempos, a cidade estabeleceu uma estreita relação com o manancial, desenvolvendo-se ao longo de suas margens (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015).

Durante o processo de colonização, expedições partiam de Sorocaba rumo ao noroeste do Mato Grosso, utilizando canoas confeccionadas pelos próprios moradores (Bonadio; Frioli, 2004). Antes mesmo de 1654, o rio já havia sido cruzado por uma ponte construída sob ordens do então governador-geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, com o objetivo de facilitar os deslocamentos na região (Almeida, 1969). Esse trecho, segundo Manfredini, Guandique e Rosa (2015), já indicava a importância de Sorocaba como ponto de passagem estratégica.

Naquele contexto, o município tornou-se uma parada comercial relevante, beneficiado pelo fluxo de expedições com destino ao Sul do país. Esse crescimento possibilitou a construção de outras pontes importantes ainda no período colonial, como as do Itavuvu, Pirajibu e Sarapuí (Almeida, 1951b).

Em 1654, aproximadamente 30 casais brancos já residiam no local, que foi oficialmente reconhecido como vila. Nesse mesmo ano, foi fundada a vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, a primeira a consolidar-se com sucesso no território. O pelourinho, originalmente instalado nessa região, foi posteriormente transferido para o bairro Itavuvu, hoje zona norte da cidade (Smith, 2003).

Durante o século XVII, o esvaziamento de diversas localidades devido à corrida do ouro teve impactos significativos na região. Milhares de indígenas, forçados a trabalhar na agricultura e na construção das moradias dos colonizadores, foram mortos nesse processo. Como destaca Bueno (2010), a busca por metais preciosos como ouro, prata e ferro impulsionou a exploração de novos territórios, sendo os bandeirantes personagens centrais na fundação de vilas como Sorocaba, Itu e Curitiba.

A vila de Sorocaba começou a ser povoada por sertanistas e bandeirantes, vindos de outras regiões, que avançavam pelo interior em busca de riquezas e indígenas para escravizar. Suas incursões impulsionaram o ciclo das bandeiras e sustentaram uma economia, baseada no trabalho dos indígenas nas fazendas e sítios. Um ponto de referência desse movimento era uma paineira no atual bairro Árvore Grande, os grupos se encontravam (Bonadio; Frioli, 2004). A localização próxima ao vale do Paranapanema, que abrigava milhares de indígenas, foi decisiva

para o crescimento da Vila, que servia como base para expedições de escravistas (Almeida, 1959). A partir do final do século XVII, o caminho de Curitiba passou a receber lotes de terras, e em 1721 o rio Itararé foi definido como divisa territorial (Almeida, 1972). Segundo Manfredini; Guandique; Rosa (2015), um suplemento especial do *Jornal Cruzeiro do Sul* (1987), mostrou que a criação de ruas da Vila teria sido iniciada pelo próprio Baltasar Fernandes, que delimitou uma praça central e ali ergueu a igreja que viria a se tornar a atual Catedral. Ruas como a Quinze de Novembro, Doutor Braguinha e Barão do Rio Branco se formaram em torno desse núcleo inicial, junto com a construção da Câmara. Esse traçado permaneceu praticamente inalterado por décadas, já que grande parte da população masculina estava envolvida nas expedições bandeirantes. A situação começou a mudar em 1733, com a abertura da estrada para Curitiba e para o Rio Grande do Sul, marcando o fim do ciclo bandeirante e o início do Tropeirismo. Com as feiras de muares, Sorocaba passou a se expandir em direção aos bairros do Cerrado e do Além da Ponte, e, na segunda metade do século XVIII, já contava com diversos bairros ocupando seu vasto território.

Com o passar do tempo, o rio Sorocaba passou a desempenhar também uma função social e recreativa. Na segunda metade do século XX, segundo Smith (2003), foi implantado um centro de lazer às margens do rio, nas proximidades da ponte de Pinheiros, com bares e barcos destinados a passeios. Essa estrutura funcionou até o final da década de 1960 e, aos fins de semana, era comum ver famílias inteiras reunidas à beira do rio para nadar e descansar. Entre 1945 e 1955, o local também foi palco de competições de natação e campeonatos de pesca, eventos que reforçavam o papel social e comunitário do rio na vida da população local.

4.1.2 A Represa de Itupararanga

Até o final da década de 1940, o Rio Sorocaba fazia parte do cotidiano da população. Como mencionado anteriormente, esportes e competições ocorriam no local, mas sua presença ia além dos grandes eventos: ele integrava o dia a dia das pessoas. Alguns exemplos são citados por Smith (2003), inclusive por meio de fotografias retiradas de periódicos da época.

[...] o gado bebia água em seu leite, mulheres lavavam roupa às suas margens, pequenos barcos navegavam no trecho dentro do município de Sorocaba, os trilhos da Sorocabana margeavam o rio (quando não o

cruzavam), e o inacreditável: pessoas passavam horas às suas margens admirando a paisagem (Smith, 2003, p. 60).

Em uma das fotos de 1940, um jovem mergulhava de uma ponte no Rio Sorocaba enquanto outros meninos o observavam sorrindo. Em outra imagem, já na década de 1980, diversas pessoas se banhavam no trecho do rio localizado em Votorantim. Cenas distantes da realidade atual.

Campeonatos de pesca também eram comuns, especialmente entre 1945 e 1955. Essas competições cessaram em razão da queda na quantidade de peixes, reflexo das más condições ambientais do rio. Smith (2003) destaca as espécies antes pescadas: lambaris, piavas, bagres e, ocasionalmente, dourados.

A partir do início do século XX, com a construção da represa de Itupararanga, o rio passou a sofrer modificações. Na década de 1950, intensificaram-se as preocupações com a poluição. À época, a população ainda consumia diretamente sua água. Foi então que começaram a surgir regulamentações, como a proibição, em 1871, da lavagem de roupas hospitalares nos pontos de captação para consumo humano. Estabeleceu-se que a coleta de água deveria ocorrer a montante da ponte, enquanto as lavadeiras deveriam atuar do outro lado, a jusante dela. Mesmo com a existência de normas, o descumprimento era frequente (Manfredini; Guandique; Rosa, 2013 *apud* Chiovitti, 2003).

Nesse período, a represa de Itupararanga também foi usada para instalar os geradores da empresa Light, responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica para municípios e indústrias. Paralelamente, o esgoto doméstico era despejado diretamente no rio e a extração de areia das margens para construções agravava ainda mais a poluição. Ainda assim, alguns peixes ainda eram encontrados. Com o passar das décadas, sobretudo entre 1960 e 1990, os dejetos industriais agravaram a situação, levando à mortandade de diversas espécies aquáticas (Manfredini; Guandique; Rosa, 2013).

Smith (2003) sistematizou os principais problemas ambientais da bacia do Rio Sorocaba. Entre eles, o despejo de esgoto doméstico, que alterou as características físicas e químicas da água, prejudicando seu consumo e reduzindo a diversidade de espécies. Os efluentes industriais, além de causar os mesmos efeitos, também contaminaram organismos aquáticos. A supressão da vegetação ciliar levou ao assoreamento, à erosão, à alteração do leito e à perda de habitats. O uso de

agrotóxicos também contribuiu para a degradação. Smith (2003) aponta ainda impactos negativos causados por pesqueiros e pisciculturas.

Em 2000, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Sorocaba implantou o Programa de Despoluição do Rio Sorocaba. A iniciativa compreende coleta, afastamento, bombeamento e tratamento de todo o esgoto gerado na cidade. As obras foram concluídas em 2016, com investimento de R\$180 milhões provenientes de recursos da prefeitura e de financiamentos federais.

Foram construídas as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) S-1, S-2, Pitico, Itanguá, Quintais do Imperador, Ipaneminha e Aparecidinha. Juntas, essas estações têm capacidade para tratar 100% do esgoto gerado no município. Também foram implantadas 17 estações elevatórias, 3 km de coletores tronco e auxiliares no córrego Supiriri, 12 km no córrego Pirajibu e 28 km de interceptores ao longo do rio, da Rodovia Raposo Tavares até o Parque Vitória Régia.

De acordo com o SAAE (s.d.), os principais resultados do programa incluem a interrupção do processo de degradação ambiental da bacia do Rio Sorocaba, a redução de doenças de veiculação hídrica, a reurbanização da região, a possibilidade de uso do rio para lazer, transporte e turismo, e a melhoria geral na qualidade de vida da população.

Outro impacto citado pela autarquia foi o aumento da atratividade para novos investimentos, com benefícios não apenas para Sorocaba, mas para toda a região da bacia, que abrange uma área de 5.269 km².

No entanto, o projeto de despoluição do Rio Sorocaba não foi contemplado em sua totalidade, pois, conforme observado por Silva (2023), houve ausência de metas e ações voltadas a fauna e flora, situação comum nos projetos de recuperados de corpos d'água (Wohl; Lane; Wilcox *apud* Silva (2023)).

Anos se passaram e estudos recentes mostram que o rio ainda enfrenta desafios. Silva (2023) analisou a presença de Elementos Potencialmente Tóxicos (EPTs) no Rio Sorocaba sete anos após a conclusão das obras. Foram identificadas concentrações de alumínio, cádmio, ferro, manganês e chumbo acima dos limites legais em pontos urbanos, situados próximos a áreas industriais e de descarte irregular de resíduos sólidos.

Em 2022, o jornal Cruzeiro do Sul publicou uma reportagem com base em dados da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Segundo o relatório "Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo", até 2019 o

trecho urbano do Rio Sorocaba tinha classificação regular. Em 2020, a qualidade caiu para ruim, em razão do aumento da DBO, fósforo total, E. coli e turbidez, além da redução do oxigênio dissolvido.

Em reportagem publicada pelo G1 em 29 de abril de 2024, o mesmo relatório, com referência a dados coletados em 2023, mostrou que a qualidade da água do rio era considerada boa no trecho de Votorantim (município vizinho) e caía para regular ao analisar trechos em Sorocaba.

As coletas ocorreram na ponte da Avenida Itavuvu, na zona norte, e na ponte do Pinga-Pinga (oficialmente Ponte Daniela Cerávolo Aprá), na marginal Dom Aguirre.

O pesquisador da área ambiental, Welber Senteio Smith, da Universidade Estadual Paulista (Unip), explicou na reportagem, na ocasião, que Sorocaba vivia um aumento populacional desenfreado, expansão que pode prejudicar o saneamento básico.

O pesquisador André Cordeiro, mestre e doutor em engenharia ambiental e em ecossistemas aquáticos e recursos hídricos, que também participou da matéria jornalística, concordou com a família. Segundo Cordeiro (2024), falta investimento em saneamento básico, iniciativas que não acompanham o crescimento das cidades. Com isso, a tendência é aumentar a poluição.

Atualmente, ao se comparar as imagens antigas registradas por Smith (2003) com a realidade visível em Sorocaba, nota-se uma mudança expressiva. Antes, banhistas se divertiam no rio. Hoje, não é comum atividades de lazer diretamente em suas águas. Isso ocorre somente uma vez ao ano, com a tradicional descida de barco, em 22 de março, Dia Mundial da Água e Dia do Rio Sorocaba.

Muitos moradores apenas caminham por suas margens, nas ciclovias construídas à sua volta.

Figura 3 – Fotografia do Rio Sorocaba na Avenida Dom Aguirre em Sorocaba



Fonte: Elaboração Própria (Data:22/03/2025)

Ainda assim, cenas pontuais remetem ao passado: pescadores ainda ficam na margem esquerda do Rio Sorocaba em busca de peixes. Em estudo realizado por Smith (2003), foram identificadas espécies de peixes como Lambari, Tambiú, Sardinha, Tilapia e Cascudo.

Figura 4 – Homem pesca no Rio Sorocaba em Sorocaba



Fonte: Elaboração Própria (Data:22/03/2025)

Figura 5 - Pescador na margem esquerda do Rio Sorocaba em Sorocaba



Fonte: Elaboração Própria (Data:22/03/2025)

Isso se deve à presença de peixes e outros animais na bacia, como capivaras, lontras, quatis, aves e anfíbios, embora em menor número.

Smith (2003), no entanto, alerta que a presença abundante de garças não deve ser interpretada como um bom sinal. Essa ave, por estar altamente adaptada à poluição, foi inclusive responsável por disseminar doenças entre os animais do zoológico da cidade, em determinado período.

4.1.3 Mudanças no rio em Sorocaba

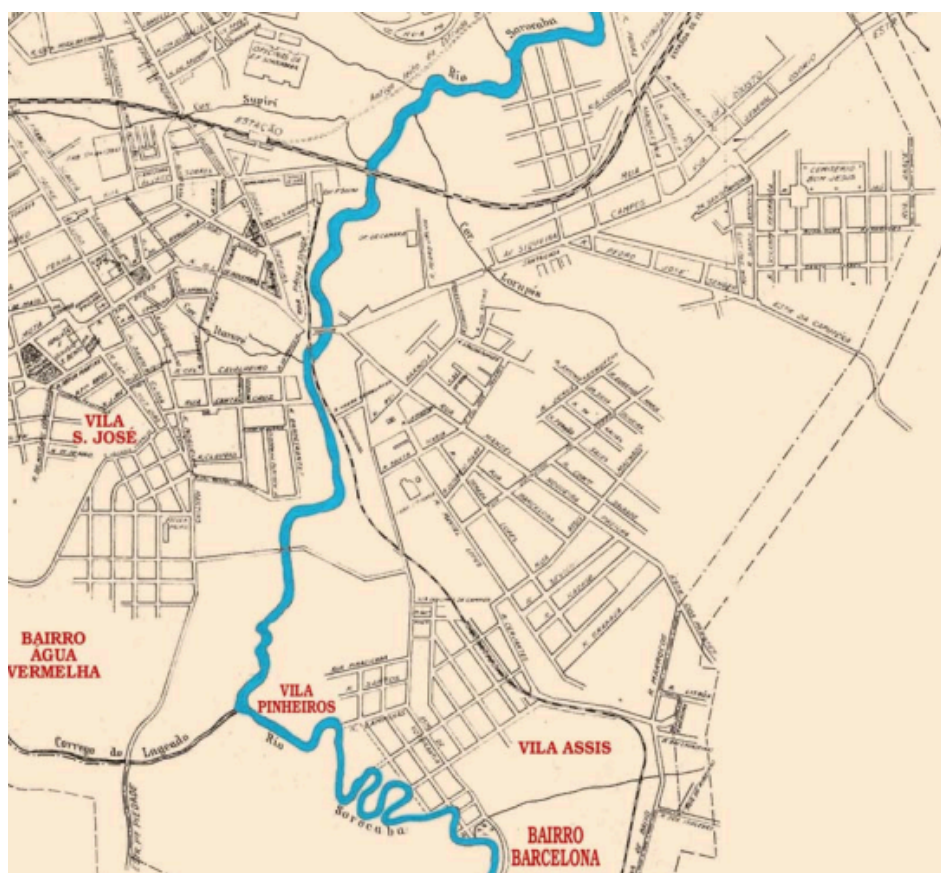
O Rio Sorocaba passou por modificações significativas ao longo do tempo, resultado direto das intervenções humanas em seu trajeto natural. Uma das primeiras alterações registradas ocorreu em 1891, quando parte de seu percurso foi aterrada para viabilizar a construção de uma nova linha férrea paralela à já existente.

Como aponta Smith (2003), a ação visava impedir que o rio se expandisse em direção à margem direita, o que poderia comprometer as áreas urbanas adjacentes. Contudo, logo após o aterramento, fortes chuvas atingiram Sorocaba, elevando o nível das águas e provocando o transbordamento do rio. Como consequência, diversas ruas, avenidas e residências foram inundadas (Smith, 2003).

Diante da recorrência desses episódios, na década de 1950 foi iniciado um movimento para mitigar os alagamentos e combater focos de proliferação de mosquitos. Em 1951, durante a administração do prefeito Gualberto Moreira, uma parte do Rio Sorocaba foi retificada, entre as pontes dos Pinheiros e do Pinga-Pinga. Essa retificação foi acompanhada pela remoção da vegetação ciliar, deixando apenas barrancos expostos nas margens do manancial (Smith, 2003). “Em 24 de julho de 1951, o *Cruzeiro do Sul*, em ampla matéria, anunciava que as obras de retificação e canalização do rio Sorocaba prosseguiram de modo lento. A obra foi realizada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento” (Smith, 2003, p. 59-60).

Em 22 de março de 2014, o jornal *Cruzeiro do Sul* publicou uma reportagem que apresenta uma planta de Sorocaba datada de 1941, elaborada pelo Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) e disponibilizada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. O documento revela os 11 bairros então existentes na cidade, bem como o traçado original do rio Sorocaba antes das obras de retificação.

Figura 6 – Antigo percurso do Rio Sorocaba segundo mapa de 1941



Fonte: Bonamim, Giuliano. Mapa de 1941 revela antigo percurso do rio. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 22 mar. 2014. Caderno Cidades, p. 5.

O percurso original do rio iniciava-se na então Vila Santa Rosália e apresentava curvas acentuadas nas regiões onde hoje se encontram os bairros Vila Pinheiros, Vila Assis e Barcelona. A sinuosidade do leito fluvial era visível e representava uma característica natural de áreas de várzea.

Segundo o pesquisador Luciano Bonatti Regalado (2014), entrevistado pela reportagem, a retificação do curso do rio alterou profundamente suas características naturais. Ele destaca que, anteriormente, o rio apresentava trechos sinuosos e áreas de várzea que permitiam a dispersão das águas durante chuvas intensas. A supressão dessas áreas contribuiu para o aumento das enchentes nas regiões urbanizadas da cidade (Regalado, 2014 *apud* Cruzeiro do sul, 2014).

Mais recentemente, o rio Sorocaba tem sido objeto de novas intervenções, com destaque para as obras de desassoreamento. De acordo com a Prefeitura de Sorocaba (2024), essas ações consistem na remoção de sedimentos acumulados no

leito do rio, utilizando maquinário pesado. O principal objetivo é reduzir o risco de alagamentos, sobretudo em áreas com histórico recorrente de enchentes.

4.1.4 Enchentes

A primeira modificação no curso do Rio Sorocaba, conforme mencionada por Smith (2003), foi realizada para a construção de uma ponte, com o objetivo de facilitar a mobilidade da população. A segunda grande intervenção, a retificação do curso, também foi promovida para atender interesses humanos. No entanto, ambas acabaram contribuindo para o surgimento de um problema que ainda hoje assola a cidade: as enchentes.

Em entrevista ao jornal *Cruzeiro do Sul*, Smith (2014) explicou os impactos ambientais causados por essas intervenções. Com a eliminação das curvas naturais do rio, sua capacidade de acomodar grandes volumes de água foi reduzida, aumentando os riscos de transbordamentos. Além disso, a retificação causou a perda de habitats naturais, afetando a fauna e a flora locais. Curiosamente, na região do bairro Itavuvu, na zona norte da cidade, o manancial ainda preserva traços de seu curso original.

Para compreender as enchentes em Sorocaba, é necessário realizar um levantamento histórico. Muitas pessoas atribuem esses episódios à abertura das comportas da Represa de Itupararanga, o que foi discutido em diferentes momentos, especialmente após as retificações do rio. Contudo, outros fatores devem ser considerados, como a ocupação irregular das margens.

De acordo com Smith (2003), o Rio Sorocaba possui áreas de várzea que, durante períodos de cheia, naturalmente se alagavam. A ocupação desordenada desses espaços impediu que o rio seguisse seu curso, provocando o transbordamento em regiões urbanizadas. O autor sugere, inclusive, que povos indígenas podem ter evitado se fixar nessas áreas justamente por compreenderem os riscos de alagamento.

A primeira grande enchente registrada ocorreu em janeiro de 1929. Após semanas de chuvas contínuas, o rio transbordou, alagando ruas e destruindo casas. A enxurrada destruiu 50 residências na Vila Leão e outras 30 no bairro Além Ponte. Os acessos a municípios vizinhos foram bloqueados por mais de dez dias, deixando a cidade isolada (Smith, 2003).

Segundo Cavalheiro (2025), em entrevista ao G1, a tragédia ficou conhecida como “A Grande Enchente de 1929”. Uma morte foi registrada, e o rompimento de dutos interrompeu o abastecimento de água. O transporte ferroviário foi suspenso e os acessos para São Paulo, Itu e Itapetininga foram interditados. Houve falta de produtos essenciais, como carne, e até a sugestão de uso de aviões para o transporte de alimentos foi mencionada pela imprensa da época (G1, 2025).

Outros episódios marcantes incluem enchentes em 1974 — causadas pela abertura das comportas da represa —, e em 1977, 1982 e 1983. Neste último ano, moradores relataram ter pescado sem sair de casa (Smith, 2003).

Em fevereiro de 2011, sob gestão do prefeito Vitor Lippi, Sorocaba chegou a registrar 164,4 mm de precipitação em 24 horas, o maior índice desde 1987. Cerca de 400 casas foram alagadas em 11 bairros. No Jardim Abaeté, a água chegou a 1,10 metros. A avenida Itavuvu sofreu afundamentos e foi interditada. Um córrego arrastou carros na Vila Rica e a Estação de Tratamento de Água do Éden ficou submersa (Gazeta do Povo, 2011).

Em julho de 2010, obras de elevação da Avenida Dom Aguirre foram realizadas com custo de R\$5 milhões. Contudo, em janeiro de 2012, novos alagamentos geraram críticas nas redes sociais. Em resposta, Lippi afirmou que a obra trouxe redução das enchentes (G1, 2012).

Em março de 2015, um idoso morreu após ser arrastado pela enxurrada na Avenida Américo Figueiredo (Band, 2015).

Em janeiro de 2024, Sorocaba decretou estado de calamidade após fortes chuvas. Uma mulher morreu afogada dentro de seu veículo. Em novembro, novas enchentes afetaram bairros como Maria do Carmo, Jardim Faculdade e Parque Vitória Régia (Cruzeiro do Sul, 2024).

Um estudo do Instituto de Ciência e Tecnologia Unesp Câmpus de Sorocaba (2024) analisou tendências climáticas na cidade. Utilizando testes como Mann-Kendall e Theil-Sen, os autores identificaram uma tendência de aumento nas temperaturas máximas diárias, mas não uma redução estatisticamente significativa nas chuvas extremas. O evento de 20 de janeiro de 2024, com 192 mm em 24 horas, foi o maior desde 1961.

Segundo Vichete et al. (2024), mesmo com a tendência de diminuição das chuvas intensas, a ocorrência de eventos extremos pode sobrecarregar os sistemas de drenagem urbana. Os autores recomendam a inclusão de análises mais

aprofundadas e o uso de modelos climáticos para embasar o planejamento urbano e reduzir os impactos futuros.

4.1.5 O rio hoje

O rio Sorocaba passou e ainda passa por diferentes marcos históricos na região e na cidade que leva o seu nome. Ao se observar as páginas de jornais que cobrem a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), é possível compreender de que forma o manancial estabelece um vínculo com a população em diferentes décadas. Em 22 de março de 1960, o jornal *Cruzeiro do Sul* publicou a reportagem intitulada “Os sucessos de domingo na V Travessia de Sorocaba a nado”. Segundo a matéria, a competição havia sido interrompida por certo período, mas retornava justamente naquele domingo, Dia Mundial da Água e Dia do Rio Sorocaba.

Também foram realizados inúmeros campeonatos de pesca, especialmente entre os anos de 1945 e 1955. As competições cessaram devido à diminuição da população de peixes, reflexo direto da deterioração ambiental do rio (Smith, 2003).

Na década de 1990, o tema da despoluição do rio ganhou destaque na mídia, impulsionado pelos impactos causados por décadas de despejo de efluentes domésticos e industriais — situação amplamente abordada por jornais da época.

A partir dos anos 2000, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Sorocaba deu início ao Programa de Despoluição do Rio Sorocaba (SAAE, s.d.). A iniciativa compreendeu as etapas de coleta, afastamento, bombeamento e tratamento de todo o esgoto gerado na cidade, com o objetivo de eliminar a carga de efluentes despejada no leito dos córregos e do rio.

Segundo a autarquia (s.d) o investimento foi de aproximadamente R\$180 milhões, provenientes de recursos municipais e de financiamentos do Governo Federal. Mesmo após intervenções, o rio ainda enfrenta episódios de poluição, como o despejo eventual de substâncias tóxicas que provocam a morte de peixes. Contudo, nos últimos anos, o Rio Sorocaba passou a ser citado com frequência na imprensa devido ao impasse envolvendo a proposta de construção da marginal direita.

O primeiro trecho da marginal esquerda foi inaugurado em 4 de julho de 1974. Cinquenta anos depois, o prefeito de Sorocaba, Rodrigo Manga (Republicanos), anunciou nas redes sociais que pretende dar andamento à implantação da marginal

direita (Manga, 2024). Atualmente, a avenida Dom Aguirre, uma das principais vias da cidade, é conhecida como marginal esquerda, área com alagamentos constantes. A ideia da prefeitura é construir uma via do outro lado da marginal, onde há a margem do rio e uma floresta.

A proposta tem sido alvo de críticas por parte de moradores, veículos de comunicação, órgãos públicos, ambientalistas e especialistas da área. A principal preocupação está relacionada ao possível desmatamento da área de mata ciliar, além do agravamento dos riscos de enchentes, que já ocorrem com frequência na região.

Em dezembro de 2024, uma expedição foi realizada por movimentos de defesa ambiental na margem direita do Rio Sorocaba. Segundo reportagem do Portal Porque (2024), os participantes identificaram a existência de uma floresta urbana na área prevista para receber a obra. O material jornalístico relata, ainda, que diversas árvores estavam sinalizadas com placas, indicando que seriam removidas para dar lugar à nova via.

Conforme apuração do Portal Porque (2024), o projeto para a construção da marginal direita do Rio Sorocaba prevê intervenções entre as ruas Batatais e Padre Madureira, na região central da cidade. A execução da obra deve ser realizada pelo Consórcio Fortnort – Auditeria, com investimento previsto superior a R\$33,4 milhões e prazo estimado de 180 meses para conclusão (Portal Porque, 2024).

A proposta da nova via consta nos documentos oficiais do município desde 2013, incluindo o Plano Diretor e o Plano de Mobilidade Urbana e Transporte, e contempla um trecho de aproximadamente 1.800 metros de extensão. No entanto, segundo especialistas ouvidos pelo Portal Porque (2024), a área afetada compreende regiões de várzea, que historicamente funcionam como áreas de extravasamento natural do Rio Sorocaba durante períodos de cheias.

Ainda em novembro de 2024, o portal de notícias G1 (2024) destacou que o projeto não possuía, até aquele momento, licença da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e encontrava-se sob investigação do Ministério Público. Especialistas entrevistados pela reportagem criticaram a viabilidade da obra, apontando riscos ambientais e urbanos.

Na reportagem (2024), o engenheiro ambiental André Cordeiro, doutor em engenharia ambiental, declarou que o acréscimo de avenidas tende a intensificar o tráfego urbano e pode levar a alagamentos na nova via pelo menos duas vezes ao

ano. O pesquisador Welber Senteio Smith, professor da Universidade Paulista (Unip), afirmou que a proposta representa um retrocesso, por ir na contramão das tendências contemporâneas de planejamento urbanístico. Em sua avaliação, áreas alagáveis, como as margens de rios, devem ser preservadas e integradas à cidade de maneira sustentável (G1, 2024).

Em fevereiro de 2025, a Câmara Municipal de Sorocaba sediou uma audiência pública para discutir os impactos socioambientais do projeto. A mesa foi composta pela vereadora proponente, Iara Bernardi (PT), além de professores, ambientalistas, arquitetos, urbanistas e demais parlamentares (Câmara Municipal de Sorocaba, 2025).

Durante o encontro, os participantes destacaram a importância da vegetação remanescente para o equilíbrio climático e o abrigo de fauna silvestre existente no local. Também foram abordados os custos elevados da obra e os impactos econômicos e sociais decorrentes de sua execução. Na ocasião, a vereadora solicitou a elaboração de um documento técnico, com assinaturas da população e de entidades, para ser encaminhado ao Poder Executivo como forma de oposição formal ao projeto (Câmara Municipal de Sorocaba, 2025).

Atualmente, ativistas e ambientalistas promovem uma série de manifestações na marginal.

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As Nações Unidas publicaram, em 2024, um relatório no qual estimam que a população mundial deve atingir cerca de 10,3 bilhões de pessoas nas próximas décadas. Atualmente, segundo o último balanço divulgado pelo órgão (ano), há 8,2 bilhões de habitantes no planeta.

Ao refletir sobre esse cenário, é comum atribuir ao elevado número de indivíduos a responsabilidade pelos problemas ambientais enfrentados atualmente — e que ainda poderão se intensificar no futuro. Afinal, para sobreviver — alimentando-se, vestindo-se e habitando espaços — todos dependem de recursos naturais. No entanto, Reigota (2004) argumenta que o problema não reside na quantidade de pessoas, mas sim no padrão de consumo. Segundo o autor, uma pequena parcela da população mundial é responsável por um grande desperdício de recursos, motivada por uma lógica que estimula o consumo de bens considerados por ele como “inúteis e nefastos” (Reigota, 2004, p. 9) comprometendo, assim, a qualidade de vida coletiva.

A partir dessa perspectiva, a educação ambiental é apresentada por Reigota (2004) como uma abordagem que ultrapassa a ideia da mera preservação de espécies animais e vegetais. Ela se propõe a perpetuar o conhecimento ambiental sob um viés econômico, social e cultural.

Assim como o Jornalismo Ambiental é compreendido por Bueno (2007) como uma prática política (como será tratado na seção 6.3), a Educação Ambiental também deve ser entendida como tal. Seu propósito é formar cidadãos críticos, capazes de reivindicar justiça social, ética, cidadania — tanto em âmbito local quanto global — e autonomia na tomada de decisões. Não se trata apenas de ensinar “como fazer”, mas de fomentar questionamentos sobre o “por que fazer”. Trata-se de um convite à reflexão crítica, inclusive sobre as políticas públicas vigentes e sobre o próprio conceito de educação amplamente difundido.

Antes de aprofundar-se na concepção de Educação Ambiental, é essencial destacar o papel da ética nesse processo. O distanciamento do ser humano em relação à natureza, manifestado em atitudes de dominação ou simples observação passiva, é criticado por Reigota (2004) como um dos principais fatores da crise ambiental. Tal postura legítima ações economicamente eficientes, mas que carregam profundas consequências ecológicas. O desafio, portanto, está em romper com o

antropocentrismo e o etnocentrismo e construir uma nova maneira de habitar o planeta, baseada na interdependência entre seres humanos e natureza.

No mundo contemporâneo, as relações sociais são frequentemente orientadas por interesses imediatistas, em que "levar vantagem" se sobrepõe ao bem comum. Diante desse contexto, a Educação Ambiental precisa se posicionar como resistência, propondo modelos de desenvolvimento econômico que respeitem o meio ambiente e garantam condições dignas de vida para a população. Para Reigota (2004), essa educação precisa estar enraizada na comunidade. É nesse espaço que o cidadão pode se reconhecer como parte da solução, por meio de pequenas ações que, embora não resolvam de imediato a crise planetária, plantam sementes de conscientização e transformação.

“Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres, e deles virão as soluções. Essas soluções não serão obra de gênios, políticos ou tecnocratas, mas de cidadãos e cidadãs” (Reigota, 2004 p. 12).

Essa perspectiva reforça o caráter coletivo e democrático da luta ambiental, que precisa começar pela base, com ações concretas, permanentes e comprometidas com os contextos locais.

5.1 Histórico da educação ambiental

A institucionalização da educação ambiental insere-se em um contexto histórico marcado por tensões entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Em 1968, a reunião do Clube de Roma já sinalizava preocupações com o crescimento populacional e o consumo de recursos naturais não renováveis. O livro *Limites do Crescimento*, publicado em 1972, tornou-se um marco nesse debate, embora tenha sido alvo de críticas — especialmente por parte de países latino-americanos — por, supostamente, sugerir que o controle populacional nos países pobres seria necessário para a manutenção do padrão de consumo das nações desenvolvidas.

Quatro anos depois, em 1972, realizou-se a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Pela primeira vez, o problema ambiental passou a ser reconhecido como uma questão de escala planetária. O foco principal esteve na poluição industrial e na necessidade de educar a população para enfrentar essa nova realidade. Países em desenvolvimento, como Brasil e Índia,

envolvidos em contextos de crescimento econômico acelerado, chegaram a afirmar que “a poluição é o preço que se paga pelo progresso”, o que, na prática, abriu caminho para a instalação de multinacionais em seus territórios — empresas que, em seus países de origem, enfrentavam restrições ambientais rigorosas (Reigota, 2004).

As consequências dessas políticas foram desastrosas. Em Cubatão (SP), os altos níveis de poluição resultaram em malformações congênitas em recém-nascidos. Em Bhopal, na Índia, o vazamento de um gás tóxico em uma fábrica química causou a morte de milhares de pessoas. Esses eventos, somados ao desastre nuclear de Chernobyl, figuram entre os maiores acidentes ecológicos da história contemporânea.

Diante desse cenário, a importância da educação ambiental foi reforçada. Após Estocolmo, a UNESCO passou a promover seminários em diversas partes do mundo, com o objetivo de difundir essa nova perspectiva educativa. Em Belgrado (1975), foram estabelecidos os primeiros objetivos da educação ambiental, registrados na chamada Carta de Belgrado. Em Tbilisi (1977), durante o Primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental, foram apresentados os primeiros projetos sistematizados sobre o tema. Já em Moscou (1987), em pleno contexto de reformas políticas na antiga URSS, o debate foi ampliado, passando a incluir também temas como desarmamento e democracia, o que demonstrou um alargamento da abordagem ambiental para além do campo técnico-científico.

Esses encontros culminaram na elaboração do relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland, que influenciou diretamente os debates ocorridos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A partir desse momento, o conceito de *desenvolvimento sustentável* passou a ocupar o centro das discussões, modificando a compreensão de meio ambiente: se antes o foco era a relação entre homem e natureza, agora o meio ambiente passou a ser entendido também pelas lentes do desenvolvimento econômico, social e político.

5.2 Conceitos

Reigota (2004) argumenta que, para que a educação ambiental seja efetiva, é necessário, primeiramente, esclarecer o que ela não é. Muitas vezes, segundo o

autor, ela é confundida com o ensino da ecologia, embora se trate de campos distintos. A educação ambiental, por exemplo, ultrapassa os limites da Biologia e da Geografia, ainda que dialogue com ambas as áreas. Reigota (2004) esclarece que a ecologia, por definição, é a ciência que estuda as relações entre os seres vivos e seu ambiente físico e natural. Dentro desse campo, existem subáreas como a ecologia humana e a ecologia social, que ampliam o olhar para além dos ecossistemas naturais, incluindo as dinâmicas entre os seres humanos e os meios em que vivem.

Nas últimas décadas, emergiu ainda a ecologia política — um campo que se aproxima mais dos movimentos sociais do que da ciência ecológica propriamente dita. Essa multiplicidade de abordagens acaba por gerar confusões conceituais, especialmente nos discursos públicos, tendência frequentemente reforçada pelos meios de comunicação de massa. O autor destaca que, com frequência, o ecólogo (cientista da ecologia) e o ecologista (militante ambiental) são confundidos. O mesmo ocorre com os termos “meio ambiente” e “natureza”, utilizados como sinônimos ou de forma imprecisa, o que compromete o desenvolvimento de uma educação ambiental de maneira crítica.

Para compreender essas distinções, é fundamental entender o conceito de meio ambiente — em que as definições variam de acordo com a experiência pessoal de cada indivíduo. Reigota (2004) apresenta algumas concepções do termo, com base em diferentes pensadores:

Para o geógrafo francês, Pierre George, conforme menciona Reigota (2004), o meio é um sistema de relações no qual a existência e a conservação de uma espécie dependem do equilíbrio entre processos destrutivos e regenerativos. O meio ambiente, nesse sentido, é um conjunto de dados fixos e de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico.

Já o ecólogo belga Duvigneaud distingue dois aspectos do meio ambiente: o abiótico (composto por elementos não vivos, como solo, ar, luz e água) e o biótico (formado pelos seres vivos, como plantas, animais, fungos e microrganismos).

O psicólogo Sillamy, por sua vez, oferece uma definição mais ampla e integradora: meio ambiente é aquilo que cerca um indivíduo ou grupo, incluindo não apenas o meio físico, mas também o meio social, com suas instituições, culturas e valores.

Essas definições revelam que o meio ambiente pode ser compreendido sob diversas óticas, e que cada sujeito constrói sua própria noção a partir de vivências, interesses filosóficos, políticos, artísticos ou religiosos.

Reigota (2004) propõe a seguinte definição:

defino meio ambiente como um lugar determinado e/ou percebido onde estão as relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (Reigota, 2004, p. 21).

Ao adotar essa perspectiva, o autor reforça que meio ambiente não é sinônimo de natureza, e que a educação ambiental não pode se limitar ao ensino da ecologia, ainda que dela se beneficie.

5.2.1 Espaços para a educação ambiental

Reigota (2004) defende que a educação ambiental deve ocorrer em todos os espaços de formação do cidadão. Esse é um consenso entre educadores e organizações internacionais desde a década de 1970. A educação ambiental deve estar presente nas escolas, universidades, sindicatos, associações de bairro, parques ecológicos e, também, nos meios de comunicação de massa. Conforme Reigota (2004), cada um desses contextos apresenta especificidades que contribuem para a diversidade e a criatividade das práticas educativas.

Nos parques e reservas ecológicas, por exemplo, o foco geralmente está nas espécies animais e vegetais, suas interações e nas cadeias alimentares. Já nas associações de bairro, o trabalho costuma ser voltado para a análise de problemas ambientais cotidianos — como saneamento básico, descarte de resíduos e poluição, assim como para a busca de soluções práticas e acessíveis à comunidade.

Nos sindicatos, a educação ambiental pode abordar temas como o uso de produtos tóxicos, as condições de trabalho e os riscos à saúde dos trabalhadores. Nas universidades, forma-se uma ampla gama de profissionais com diferentes perspectivas: desde cursos mais técnicos, como a Engenharia Ambiental, até áreas das Ciências Humanas, como a Antropologia e a Sociologia.

Os meios de comunicação de massa também desempenham um papel importante, ao veicularem reportagens, filmes, séries, artigos e campanhas que contribuem para a sensibilização da população sobre questões ambientais,

ampliando o alcance da informação e incentivando reflexões e mudanças de comportamento.

5.2.2 A educação ambiental aplicada na pedagogia freiriana

Esta etapa apresenta alguns aspectos do artigo *Environmental Education in Brazil and the Influence of Paulo Freire* (Educação ambiental no Brasil e a influência de Paulo Freire, em português), de autoria do professor doutor Marcos Reigota, naquela ocasião, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO), publicado originalmente em 2020 na *Oxford Research Encyclopedia of Education*, e repercutido na revista institucional Uniso Ciência (Profeta, 2020).

No artigo, Reigota (*apud* Profeta, 2020) destaca que a temática ambiental não esteve presente de forma explícita nos primeiros escritos de Paulo Freire, nos anos 1960. No entanto, a partir da década de 1990, período marcado pela ascensão de movimentos sociais ligados ao meio ambiente, essa abordagem passou a integrar seu pensamento pedagógico. Um marco simbólico dessa aproximação foi a participação de Paulo Freire na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a famosa Rio 92, evento que também contou com a presença de Reigota.

Segundo o autor, foi apenas no século XXI que se consolidou o uso do termo "pedagogia freireana", que articula os conceitos de educação popular e pedagogia crítica. Essa perspectiva dialoga com uma nova geração de educadores ambientais que, por meio de práticas pedagógicas cotidianas, buscam contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

O artigo de Reigota retoma ainda sua tese de doutorado, defendida em 1990, que resultou no livro "O que é educação ambiental", publicado em 1994, utilizado acima, neste capítulo, como referência para esta dissertação. Em suas pesquisas, o autor observou que práticas pedagógicas interdisciplinares, que conectam a ecologia com áreas como História, Geografia, Humanidades e Artes, já eram desenvolvidas de forma pioneira por professores, mesmo antes da formalização da educação ambiental nos currículos escolares. Para Reigota (*apud* Profeta, 2020), a prática pedagógica deve partir das experiências e saberes prévios dos participantes,

defendendo que a simples transmissão de conhecimentos científicos não é suficiente para transformar atitudes e mentalidades.

Essa visão contribuiu para um movimento mais amplo de incorporação da ecologia pelas humanidades, processo no qual o Brasil desempenhou um papel relevante. Na Universidade de Sorocaba, o trabalho de Reigota inspirou a criação do grupo de pesquisa “Perspectiva Ecologista de Educação” e o desenvolvimento de uma linha investigativa que entende a educação ambiental como transversal a diversas áreas do conhecimento.

Atualmente, segundo Reigota (*apud* Profeta, 2020), princípios de responsabilidade socioambiental vêm sendo incorporados por instituições de ensino superior e pelo setor produtivo, influenciados por diretrizes internacionais, pelas metas de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas e por mecanismos de certificação como as normas ISO. Esses ideais buscam promover um modelo de desenvolvimento mais ético, justo e sustentável.

6 JORNALISMO

Em diferentes épocas, o fenômeno jornalístico foi compreendido e explicado de maneiras distintas, de acordo com os contextos históricos, sociais, políticos e tecnológicos de cada período. As concepções sobre o jornalismo (os modos de produção, seu papel social, etc) não são estáticas, mas resultam de modelos teóricos e de transformações nas próprias práticas profissionais, refletindo e/ou acompanhando mudanças mais amplas na organização das sociedades.

Para compreender essa dinâmica e porque as notícias são como são, como mostra Traquina (2005), diversas teorias foram criadas. Elas acompanham aspectos políticos, sociais e culturais das sociedades e se tornam mais complexas com o passar dos anos. A partir delas, também é possível compreender as dinâmicas e o conceito de jornalismo empregado hoje. Apesar das mudanças na profissão, as premissas identificadas pelos pesquisadores de outras épocas, quando agrupadas, ainda aparecem durante o trabalho dos medias.

Para exemplificar e mostrar a evolução dessas teorias, com as suas similaridades e oposições, foi criado um gráfico taxonômico, a partir das definições apresentadas por Traquina (2005), autor escolhido para essa etapa da pesquisa devido a sua contribuição e relevância para o jornalismo brasileiro.

Sendo assim, à direita, foram agrupadas as teorias microssociológicas, com foco no indivíduo, e, à esquerda, as macrossociológicas, com foco maior, considerando as interações sociais, sejam elas pessoais ou organizacionais. O esquema na imagem funciona de baixo para cima, aumentando assim, a complexidade das teorias.

O objetivo é exemplificar de maneira mais clara a progressão dos seus paradigmas que mudaram ao acompanhar a história.

6.1 Taxonomia das Teorias do Jornalismo



Fonte: Reconstrução da imagem “taxonomia das Teorias do Jornalismo”, de Profeta (2021, p. 28)

6.1.1 A teoria do Espelho

Ao discutir as principais explicações sobre o modo como as notícias ganham forma, Nelson Traquina (2005) aponta que o jornalismo é uma profissão rodeada de mitos e imagens que moldam sua identidade pública.

Entre essas imagens, surge a teoria do espelho, considerada a primeira e mais tradicional tentativa de justificar por que as notícias são como são, embora refutada. Segundo essa perspectiva, o jornalismo funciona como um reflexo da realidade: os acontecimentos determinam o que será noticiado. Nesse enquadramento, o jornalista aparece como alguém que simplesmente descreve os acontecimentos ao transmitir aquilo que observa sem interferência e sem emitir

opinião. Trata-se de uma ideologia enraizada na área, pelo menos nos países ocidentais.

A teoria do espelho se apoia na noção de que o jornalista seria um comunicador sem interesses, limitando-se na missão de apenas informar.

Traquina (2005) ressalta que esse fundamento é visto pela sociedade até mesmo como um ato heróico, uma espécie de “David” social diante dos “Golias”, ao reforçar a ideia de que o jornalismo opera como contrapoder, sempre, é claro, em busca da verdade. (Traquina, 2005).

O fortalecimento dessa teoria acompanha transformações estruturais do campo jornalístico. A partir do século XIX, nos países mais industrializados, os meios de comunicação passaram a se consolidar como empresas modernas, articuladas pela lógica de mercado. Essa profissionalização coincide com o avanço dos regimes democráticos e com um novo paradigma, que exigia do jornalista o abandono da militância partidária para se tornar apenas informativo.

O segundo momento dessa virada ocorre já no século XX, quando se consolida, principalmente nos Estados Unidos, o ideal de objetividade. Traquina (2005) chama atenção para a interpretação de Michael Schudson (1978), que contesta o entendimento de da objetividade como negação da subjetividade. Para Schudson (1978) o ideal da objetividade não nasce de uma fé absoluta nos fatos, mas como resposta a um período em que até os fatos passaram a ser questionados. Traquina (2005) salienta que a teoria do espelho tem forte poder entre os jornalistas, pois ela parte da premissa de que as notícias são a realidade, e o fato é o principal componente do jornalismo. No entanto, houve nas últimas décadas diversas críticas perante a teoria, pois, para Traquina (2005), trata-se de uma concepção limitada, que compreende o jornalista como apenas um mediador, um reproduzidor dos acontecimentos, em um método que não revela a complexidade do campo

6.1.2 A teoria da ação pessoal/gatekeeper

A teoria da ação pessoal ou, como é mais conhecida, a teoria do gatekeeper, surge pela primeira vez nos registros acadêmicos sobre jornalismo em 1950, quando o termo foi introduzido no campo por David Manning White.

Originalmente formulado pelo psicólogo social Kurt Lewin em 1947, o conceito de *gatekeeper* busca explicar os processos de decisão no cotidiano doméstico, quando uma escolha é tomada perante uma sequência de decisões.

Já no jornalismo, ao seguir essa mesma lógica, o *gatekeeper* é o próprio jornalista, responsável por definir o que passa ou não pelo “portão” das notícias. Ou seja, é o profissional da imprensa que decidirá quais conteúdos serão publicados. Para observar essa dinâmica, White realizou um estudo, publicado em 1950, que analisou o comportamento de um jornalista. O profissional registrou durante uma semana os motivos pelos quais escolheu ou rejeitou determinadas notícias. Dessa forma, White compreendeu que o processo de seleção é pessoal baseado nas vivências, valores individuais e expectativas de cada jornalista.

Nesse sentido, o que é importante para um profissional, pode não ser para outros. Com isso, uma notícia pode sair com dada relevância em um veículo de comunicação e não ser mencionada por outro, com base na escolha individual do “porteiro”.

Traquina (2005) enxerga a teoria também de maneira limitada, em um contexto micro, ao abordar a perspectiva apenas na figura do jornalista, ao desconsiderar, portanto, a rotina produtiva das empresas de notícias, as organizações.

Limitações essas que surgem críticas de McCombs e Shaw (1976) e Hirsch (1977). Ao revisitar os dados apresentados por White, os pesquisadores apontaram que, na prática, as escolhas de *Mr. Gates* seguiam padrões muito próximos aos de outros jornalistas, com proporções semelhantes entre categorias temáticas. Para esses autores, a maior parte das justificativas registradas por White estava diretamente relacionada às normas profissionais, e não apenas a preferências pessoais.

Outros estudos reforçam essa crítica. Gieber (1956), por exemplo, argumenta que o que de fato prevalece no trabalho jornalístico não são as avaliações individuais do profissional, mas o peso da estrutura burocrática das organizações de notícias. Segundo ele, fatores como prazos, rotinas estabelecidas, hierarquias internas e demandas do veículo influenciam mais a seleção do outro elemento.

Assim, embora a teoria do *gatekeeper* tenha inaugurado uma discussão importante sobre a tomada de decisões no jornalismo, ela é vista hoje como uma explicação parcial. A seleção das notícias não pode ser compreendida apenas pela

ação individual: ela aparece em contextos de pressões institucionais, valores profissionais, modelos de negócio e dinâmicas organizacionais. Ainda assim, a contribuição de White permanece relevante por destacar que, antes de qualquer outra coisa, a notícia passa por alguém que decide, filtra e interpreta.

6.1.3 A teoria organizacional

A teoria organizacional surge no campo dos estudos do jornalismo a partir do trabalho do sociólogo norte-americano Warren Breed, publicado na revista *Social Forces*. No artigo “Controle social da redação: uma análise funcional”, Breed desloca o foco da responsabilidade individual do jornalista, vista na teoria do *gatekeeper*, para o ambiente onde esse profissional atua, a redação. Ao inserir o jornalista no interior da organização em que trabalha, ele demonstra que a produção da notícia é condicionada pela estrutura, pelas normas e pela cultura interna das empresas jornalísticas, que, antes de tudo, são empresas (Traquina, 2005).

Traquina (2005), ao citar Breed, mostra que, mais do que agir com base em suas próprias crenças, o jornalista tende a se conformar às expectativas da empresa. Esse alinhamento não ocorre de forma explícita, já que nenhuma redação anuncia formalmente qual é sua linha editorial.

Ela é aprendida no cotidiano, por meio de um processo de socialização que envolve observação, convivência e ajustes graduais. O jornalista recém-chegado compreende, durante a vivência no dia a dia da redação, o que é bem-visto ou mal interpretado e, ao entrar na dinâmica, consegue se antecipar ao que a sua chefia espera. Esse movimento é sustentado por um sistema de recompensas e punições sutis, que moldam comportamentos e decisões editoriais.

Breed identifica, ainda, seis fatores centrais que explicam esse processo de conformismo. O primeiro diz respeito à autoridade institucional e às sanções: a chefia decide quem cobre o quê, podendo punir erros com o rebaixamento para tarefas vistas como menos prestigiosas ou ao cortar ou alterar textos como maneira de punição.

O segundo fator envolve a construção de laços e obrigação com superiores, já que muitas vezes o repórter desenvolve respeito e gratidão por colegas mais experientes, o que favorece a adesão às normas vigentes. O terceiro aponta para as aspirações de mobilidade profissional: quem deseja crescer de posição dentro da

empresa tende a evitar conflitos com a linha editorial e, assim, busca visibilidade por meio de boas pautas e manchetes.

O quarto fator é a ausência de grupos de lealdade em conflito. Na época analisada por Breed, redações eram ambientes relativamente pacíficos, e sindicatos evitavam se envolver em disputas internas. Em quinto lugar está o prazer da atividade jornalística: como detalha Traquina (2005), para Breed, repórteres gostam do que fazem, valorizam o acesso a informações privilegiadas e a convivência com figuras públicas, o que reforça a adesão ao funcionamento interno da redação. Por fim, a sexta colocação trata das notícias como valor: os jornalistas se esforçam para buscar informações e novas notícias. Além disso, eles atendem ao compromisso com o fechamento e com a entrega, criando uma espécie de cultura de colaboração em torno bem valioso que é a notícia.

Ainda assim, Breed reconhece que esse controle não é absoluto. Por ser uma atividade que exige certa autonomia, o jornalismo permite que o profissional negocie brechas e contornos dentro da estrutura. Repórteres escolhem suas fontes, decidem quais perguntas farão e determinam o tom da narrativa. Alguns podem até adotar estratégias como a chamada “prova forjada”, repassando uma informação a colegas de outros veículos quando acreditam que sua própria redação não publicaria determinado conteúdo.

De modo geral, a teoria organizacional considera as notícias como resultado de processos de interação social dentro da empresa jornalística. O produto final passa por diferentes níveis hierárquicos, e os profissionais precisam se antecipar às expectativas dos editores para evitar punições. O fator econômico também é destacado: o jornalismo funciona como um negócio, e o espaço é disputado por publicidade e por interesses comerciais.

6.1.4 As teorias de ação política

As teorias de ação política, também chamadas de teorias instrumentalistas, surgem nos anos 1960 durante a manifestação de diversos protestos nas universidades. O período é marcado pelo interesse na ideologia e, com isso, os estudos acerca do tema chamam atenção, sob a influência de autores marxistas.

Diferente da teoria do espelho, em que os jornalistas apenas descrevem o que observam, ou a teoria organizacional, em que as notícias são encabeçadas

pelas organizações, as teorias instrumentalistas enxergam os profissionais da imprensa como “instrumentos” que se colocam à disposição de determinados interesses políticos em duas visões: a da esquerda ou a da direita.

Traquina (2005) explica que na visão da esquerda, os jornalistas colaboram para a manutenção do sistema capitalista. Já a interpretação da direita argumenta justamente o oposto: os profissionais da imprensa se colocam à disposição da atuação reguladora do Estado por meio de um discurso anticapitalista.

A partir dessa disputa ideológica, e já entrando nos anos 1970, emerge também o campo conhecido como *news bias studies*, ou estudos da parcialidade. O objetivo dessa linha de pesquisa é investigar de que maneira um texto jornalístico pode favorecer certas posições em detrimento de outras. Isso indica uma quebra na noção de neutralidade.

Traquina (2005) sintetiza essa fase como um momento em que o jornalismo passa a ser analisado a partir das suas implicações políticas e sociais. Para estudiosos da direita, como Kristol (1975) e Efron (1971), os grandes meios de comunicação norte-americanos fariam parte de uma “nova classe” de burocratas e intelectuais que disseminam visões anticapitalistas. Rothman e Lichter (1986), também citados por Traquina (2005), sustentam que os jornalistas teriam valores mais alinhados à esquerda do que a média da população, o que influenciaria a cobertura, tendo em vista também o anticapitalismo.

Do outro lado, a leitura marxista, de Herman e Chomsky (1989), propõe uma visão macroeconômica, pois o conteúdo das notícias não seria moldado pelos valores pessoais dos jornalistas, nem pelas empresas, mas pelos interesses externos do sistema capitalista.

Nesse modelo, os jornalistas reforçam a perspectiva dos proprietários dos meios de comunicação e dos anunciantes, movidos pela busca do lucro. Outra questão que tem grande influência para essa ideia é a dependência de fontes governamentais e empresariais dos profissionais, afinal, nos meios de comunicação, a publicidade é primordial.

Contudo, Traquina (2005) mostra os problemas dessas teorias. Para ele, os autores reduziram o jornalista a um profissional manipulado ou obediente aos interesses dos donos dos meios de comunicação, na visão de esquerda, ou, contrários ao sistema capitalista, na visão da direita.

6.1.5 As teorias construcionistas

As teorias construcionistas começam a ganhar espaço nos anos 1970, quando, mais uma vez, ocorre uma virada importante na forma de pensar o jornalismo. Em vez de enxergar a notícia como reflexo da realidade, como na teoria do espelho, estudiosos passam a compreender o produto como uma construção da realidade.

Traquina (2005) destaca que, nessa perspectiva, embora vindas do fato, do que é real, as notícias são construídas a partir de narrativas de um determinado enquadramento. Ou seja, há um recorte, uma escolha do jornalista sobre o que será selecionado, evidenciado ou excluído antes da publicação.

Um exemplo é a pirâmide invertida: o famoso lead. Ao responder as tradicionais perguntas: quem? O que? Onde? Quando? Como? E por quê? Esse enquadramento já é realizado, pois algumas informações serão contempladas e outras ficarão de fora. Decisões essas, segundo Manoff (1986), *apud* Traquina (2005), que não surgem sem motivos. Elas são sustentadas pelas experiências do jornalista através do que ele viveu na sociedade, ao longo da vida, e nas rotinas da redação, com base em suas fontes, e dentro da própria comunidade jornalística. Assim, o paradigma construcionista sustenta que, embora as notícias tratem de acontecimentos reais, aquilo que chega ao público é sempre resultado de um processo de interpretação e escolha.

Ainda conforme Traquina (2005), essa perspectiva enfrentou resistência da categoria, já que os profissionais estavam muito vinculados à noção de que os jornalistas apenas “relatam os fatos”. O avanço de pesquisas ajudou a enxergar além.

Pesquisadores utilizaram dos estudos etnográficos para acompanhar o cotidiano das redações. Ao se “infiltrar” nos ambientes de trabalho da imprensa, foi possível identificar que a rotina, valores e a cultura profissional também moldam aquilo que se transforma em notícia.

É nesse contexto que emergem, ainda nos anos 1960 e 1970, novas vertentes teóricas, como as abordagens estruturalistas e interacionistas. Embora se diferenciam em alguns pontos, ambas conversam em dois aspectos centrais: o jornalista deixa de ser visto como apenas um reproduzidor e passa a ser reconhecido como agente ativo na construção do acontecimento.

Já a notícia passa a ser compreendida como narrativa moldada pelos costumes da profissão, dotado de saberes das técnicas e da linguagem, e pela cultura mais ampla da sociedade (Ericson et al., 1987).

6.1.5.1 A teoria construcionista estruturalista

A teoria construcionista estruturalista surge como uma leitura macrossociológica do jornalismo. Em vez de focar na ação individual do profissional, essa abordagem coloca o processo de construção das notícias dentro de estruturas sociais amplas.

Para autores como Stuart Hall (1973) e Althusser (1971), aquilo que é chamado de “notícia” não nasce apenas da decisão isolada de profissionais, mas é resultado da combinação entre rotinas organizacionais, valores institucionalizados e padrões culturais que orientam a forma como os acontecimentos ganham sentido. Neste enquadramento, três elementos são decisivos:

- A) A organização burocrática dos *media*;
- B) A estrutura dos valores-notícia (a ideia do ‘fora do normal’, do negativo, das pessoas de elite) que constituem o “elemento fundamental da socialização” e a prática e a ideologia profissional dos jornalistas;
- C) O próprio momento de “construção” da notícia envolve um processo de “identificação e contextualização” em que “mapas” culturais do mundo social são utilizados na organização. Esta ênfase no papel da cultura sublinha o fato de que a teoria estruturalista valoriza uma perspectiva culturalista. Aliás, não é por acaso que os seus principais proponentes, acadêmicos como Stuart Hall, são conhecidos pelo nome – escola culturalista britânica (Traquina, 2005, p. 175 – 176)

A teoria estruturalista também enfatiza o papel das fontes oficiais, tratadas como um bloco sólido e coerente, que ocupa a posição de “definidor primário” da realidade pública. Nessa visão, os conflitos internos entre setores do Estado, disputas entre autoridades ou divergências dentro desses grupos praticamente desaparecem. A relação entre essas fontes e o jornalismo é descrita como unilateral: são elas que orientam o enquadramento, enquanto aos jornalistas caberia apenas acompanhar e legitimar essas definições.

É justamente aqui que aparecem as principais críticas. Ao atribuir esse peso às estruturas, essa abordagem tende a reduzir o espaço de ação do profissional. Na leitura estruturalista, os jornalistas quase nunca rompem com versões oficiais, não contestam atores dominantes e não conseguem ampliar os limites da cobertura por

meio de práticas como jornalismo investigativo, apuração independente ou a busca do “furo”.

A negociação entre jornalistas e fontes praticamente desaparece, como se o campo jornalístico fosse apenas uma engrenagem que reproduz a ideologia dominante (Traquina, 2005).

6.1.5.2 A teoria construcionista interacionista

Na teoria construcionista interacionista, Gaye Tuchman (1973; 1978 *apud* Traquina, 2005) mostra que as redações precisam criar mecanismos para “organizar” os acontecimentos, tanto no espaço quanto no tempo, a fim de tornar possível a rotina de produção jornalística.

Com isso, determinados eventos têm mais chances de serem registrados simplesmente porque ocorrem nos pontos em que uma rede, dividida geograficamente, está instalada, enquanto outros, que acontecem fora desses focos de atenção, não são percebidos por outras organizações.

Para dar conta dessa tentativa de ordenar o espaço, Tuchman apresenta três estratégias bastante comuns nas empresas de comunicação. A primeira é a divisão territorial: veículos repartem cidades, regiões e países em áreas de responsabilidade, ao definir onde cada jornalista ou emissora deve buscar acontecimentos. A segunda é a especialização organizacional: redações mantêm presença constante em instituições que tradicionalmente geram fatos com alto valor de notícia, como governos, polícias, tribunais ou grandes entidades. A terceira diz respeito à segmentação por temas, com editorias dedicadas a assuntos específicos.

A mesma necessidade de organizar o espaço aparece na tentativa de impor ordem ao tempo. As empresas jornalísticas funcionam em um ritmo próprio, que estrutura o que pode ou não ser feito ao longo do dia. Há janelas de tempo mais favoráveis para que os acontecimentos se tornem notícia, geralmente aquelas que coincidem com o horário de trabalho das equipes. Além disso, o planejamento antecipado, feito por meio de agendas de eventos previstos, ajuda a estruturar o fluxo das coberturas e a rotina da redação.

Outro ponto importante é o ritmo interno do ambiente de trabalho, que privilegia acontecimentos pontuais. O factual, em noticiar o acontecido ao invés de debater as suas problemáticas.

Assim, como aponta Traquina (2005), essas necessidades organizacionais moldam o que vira notícia e reforçam o papel ativo dos profissionais na construção da realidade noticiada.

6.2 Comunicação ambiental e jornalismo ambiental

A comunicação ambiental e o jornalismo ambiental compartilham alguns aspectos semelhantes, como, por exemplo, a diversidade de temáticas possíveis de serem trabalhadas, incluindo questões relacionadas à preservação dos ecossistemas, impactos das mudanças climáticas, políticas ambientais, educação para a sustentabilidade, crescimento populacional e ocupação de solo. Ainda que o jornalismo ambiental esteja inserido dentro do campo mais amplo da comunicação ambiental, trata-se de um conceito específico, com estrutura e finalidades próprias, como explica Bueno (2007).

Antes de detalhar as características dessas duas perspectivas, é necessário compreender a definição de "meio ambiente" proposta por Bueno (2007).

Para alinhar sua argumentação, Bueno (2007) define:

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (Bueno, 2007, p. 35).

Com essa definição, é possível avançar para a distinção entre comunicação ambiental e jornalismo ambiental. Embora ambos tenham como propósito a difusão de informações, experiências e conhecimentos, Bueno (2007) entende que se trata de núcleos diferentes. A comunicação ambiental possui um escopo mais amplo, englobando ações, estratégias, produtos e campanhas voltadas à promoção da causa ambiental. Já o jornalismo ambiental, embora componha esse conjunto, refere-se estritamente às produções realizadas no âmbito jornalístico — isto é, por profissionais da imprensa, por meio de um sistema de produção específico.

Isso significa que a comunicação ambiental abrange diversos formatos e atores: folhetos, palestras, campanhas publicitárias (como a da Mata Atlântica), ações de ativismo (como as do Greenpeace), livros, filmes e vídeos sobre o meio

ambiente. Inclui, ainda, peças institucionais de organizações como WWF-Brasil e campanhas como “Brasil livre dos transgênicos” (Bueno, 2007, p. 34).

Na pesquisa acadêmica, a comunicação ambiental aparece ainda em diversos campos. Sete deles foram identificados por Pezzullo (2017 *apud* Holanda, Pietari Kããpã, Costa 2022). As investigações contemplam questões sobre identidade pessoal e relações interpessoais, além do comportamento com o meio ambiente; estudos com organizações na esfera ambiental; tecnologia e comunicação na saúde pública; participação da população na tomada de decisões; análises de coberturas midiáticas sobre o meio ambiente; expressões artísticas e estudos culturais, com interlocução da ficção e não-ficção, expressão individual e coletiva, interações verbais e não verbais, comunicação pessoalmente ou remota.

O jornalismo ambiental, por sua vez, é veiculado nos meios de comunicação estritamente jornalísticos, a imprensa², por meio de reportagens, colunas, editorias e cadernos específicos — podendo aparecer tanto em veículos especializados quanto na mídia geral. É comum, inclusive, que matérias ambientais surjam em editorias diversas, como Educação, Saúde, Cidades, Economia ou Cultura.

Outro ponto de distinção é o compromisso com a atualidade. O jornalismo, em geral, está sujeito aos critérios de noticiabilidade, sendo o tempo um dos mais relevantes (Traquina, 2005). Já a comunicação ambiental não depende da atualidade imediata: pode tratar de histórias antigas, temas atemporais ou de longa duração, em formatos variados.

Além disso, o jornalismo segue, majoritariamente, padrões estruturais definidos pelos veículos e pelas convenções da profissão. A comunicação ambiental, ao contrário, não exige uma periodicidade regular e pode se concretizar em ações pontuais — como um único vídeo, folheto ou peça publicitária.

A diferença entre os dois núcleos também se expressa no perfil de seus agentes. A comunicação ambiental pode ser realizada por jornalistas, comunicadores, biólogos, agrônomos, educadores, advogados, indígenas, pescadores, entre outros. Já o jornalismo ambiental é de responsabilidade de

²De acordo com Profeta (2024), o jornalismo pode ser compreendido como uma forma específica de comunicação de massa, conduzida por profissionais com uma função primordialmente informativa. Trata-se de um processo que envolve a apuração e a divulgação de narrativas organizadas de maneira cronológica e temática, voltadas a um público leitor que, ao longo do tempo, passou a obter expectativas importantes em relação à prática jornalística, como a distinção entre fato e opinião e o reconhecimento do jornalismo como um instrumento de controle social e de fortalecimento da democracia.

profissionais da imprensa. Segundo Bueno (2007), esses jornalistas têm se articulado em busca da qualificação da informação ambiental, promovendo encontros como os Congressos Brasileiros de Jornalismo Ambiental e participando de redes como a Rede de Jornalistas Ambientais da América Latina e do Caribe — mobilizações menos frequentes entre os comunicadores ambientais, dada sua diversidade de origem e atuação.

Apesar dessas distinções, há convergências importantes. A multiplicidade de pautas é uma delas. Bueno (2007) exemplifica algumas das temáticas que podem ser exploradas em ambos os campos:

O desenvolvimento e a proteção da fauna e da flora; a diversidade biológica ou biodiversidade; a poluição em suas várias formas (atmosférica, visual, sonora, etc.); as mudanças climáticas; as condições da água e do solo; o consumo consciente; a sociodiversidade, que prevê a relação do homem com o seu entorno; os resíduos domésticos e o lixo industrial; as condições de produção de alimentos (a agroecologia, os transgênicos e os aditivos alimentares, por exemplo); a produção, conservação e utilização de energia; as condições de habitação (favelização, edifícios doentes, etc.); as comunidades biológicas (os biomas e sua preservação); o crescimento e a regulação populacional; a embalagem (ecodesign) e a reciclagem; o saneamento e o tratamento de efluentes industriais; os agrotóxicos e os fertilizantes químicos em geral; a ocupação desordenada do solo urbano; o conhecimento e o saber das populações tradicionais e assim por diante (Bueno, 2007, p. 35).

Por fim, o pesquisador (2007) alerta que a complexidade dessas temáticas exige um olhar sistêmico. Qualquer alteração em uma das unidades deste grande ecossistema — seja um ser vivo, seja um meio físico — repercute nos demais elementos, podendo provocar desequilíbrios. Por isso, tanto jornalistas quanto comunicadores ambientais devem estar atentos à totalidade das relações, evitando análises fragmentadas e privilegiando abordagens que integrem natureza, sociedade, cultura e vida.

No entanto, apesar do aumento nas pesquisas em comunicação ambiental e a produção de conteúdos relacionados ao meio ambiente, Bonfadelli (2010 *apud* Holanda, Kääpä; Costa, 2022), argumenta que o campo permanece periférico, pois não ocupa posição de destaque quando comparado a outros tipos de pesquisas de mídia. Além disso, falta base teórica ou metodológica unificada. Outro aspecto é que as fronteiras não são tão bem definidas, com isso, a comunicação ambiental pode ser confundida com áreas como comunicação de risco e de desastres, por exemplo. Já ao olhar para o acesso da população à comunicação ambiental, é possível perceber que ainda é restrito. Existe uma grande fonte de informações na internet,

contudo, ainda há uma falta de clareza em relação a comunicação ambiental entre o poder público e a sociedade. Um estudo realizado por Luana Maia Woida e Fábio Henrique Angelo dos Santos (2021), da Universidade Estadual de Londrina, observou que o setor público possui ferramentas comunicacionais importantes com dados sobre meio ambiente, no entanto, o acesso é realizado, em grande parte, por pessoas graduadas, pós-graduadas, funcionários públicos e pesquisadores sobre o tema. Acredita-se que com a falta de acesso a esses materiais, uma parte da população fica à margem de um problema que tem impacto direto na qualidade de vida delas.

Lacuna nessa que deve ser suprida pelo jornalismo, que tem o dever de “divulgar os fatos e as informações de interesse público” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007, p. 1).

6.2.1 O jornalismo ambiental e suas funções

Segundo Bueno (2007, p. 36), “o Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo”. Dessa forma, ele deve contemplar funções básicas e essenciais da profissão — entre as principais, o compromisso com o interesse público e com a democratização do conhecimento, pois todos têm o direito de acessar informações de qualidade. Fomentar o debate também é um dever do jornalismo. Outra diretriz fundamental é a não utilização da influência exercida pela imprensa para promover interesses e privilégios de grupos ou indivíduos específicos.

O Jornalismo Ambiental, portanto, além de incorporar as funções gerais do jornalismo, assume características particulares, pois deve estimular o diálogo entre diferentes grupos sociais e, inclusive, valorizar as sabedorias dos povos indígenas e incluí-las como fontes legítimas de informação.

Bueno (2007, p. 35) conceitua o Jornalismo Ambiental de forma clara e objetiva: “como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado”. Trata-se de uma prática que vai além da mera transmissão de informações e que deve contemplar três funções indispensáveis à sua efetiva veiculação: 1) informativa; 2) educacional; e 3) política.

A função informativa atende à necessidade de os cidadãos estarem atualizados sobre os principais acontecimentos relacionados ao meio ambiente — temas que afetam diretamente suas rotinas e qualidade de vida, como hábitos de consumo, poluição do ar e da água, uso de agrotóxicos e perda de biodiversidade. A segunda função é a pedagógica, no entanto, será utilizada nessa dissertação como função educacional, ao compreender o pedagógico como um processo que ocorre dentro de um ambiente formal. Ela propõe explicar as causas dos problemas ambientais, apontar possíveis soluções e incentivar a participação cidadã nesse processo.

A terceira função, política, deve ser compreendida em sentido amplo — desvinculada da noção de político-partidária. Bueno (2007) afirma que o Jornalismo Ambiental deve evitar ser confundido com pautas econômicas “mascaradas” de ambientalismo, como o aumento da produção de grãos ou o enaltecimento de inovações tecnológicas. A produção jornalística ambiental deve ser entendida como um ato político. O jornalista precisa posicionar-se diante de um cenário de disputas, escolhendo um lado com responsabilidade e consciência. Para isso, deve abandonar a ideia de neutralidade e encarar a atuação como um estilo de vida, engajado e comprometido, que ultrapassa os muros das redações e vai além da remuneração profissional.

Contudo, apesar de ideal, produzir jornalismo ambiental não é simples quando aspectos econômicos e políticos devem ser considerados. Entre eles está a questão financeira dos veículos de comunicação. As redações estão cada vez menores, com menos profissionais, e com uma certa frequência ocorre corte de gastos. No meio desse cenário, o jornalismo ambiental é bastante afetado, tendo em vista que não é barato produzir reportagens nessa temática.

Os custos envolvem viagens e muitas entrevistas em locais de difícil acesso. Além disso, os jornalistas ao produzir reportagens ambientais precisam de mais tempo e melhores estruturas de trabalho (Williams, 2017 *apud* Holanda, Käätä; Costa, 2022), o que pode não atrair os proprietários de jornais. Dessa forma, essas coberturas são reduzidas, apesar das boas intenções dos jornalistas (John, 2001; Girardi et al., 2012; Boykoff, 2011 *apud* Holanda, Käätä; Costa, 2022).

Outros aspectos negativos também são classificados por Bueno (2007). Para o autor, as chamadas “síndromes” impedem o cumprimento dessas três funções básicas do Jornalismo Ambiental.

1) A síndrome do zoom ou do olhar vesgo

Ocorre quando o jornalista, por influência da estrutura editorial fragmentada, aborda o tema ambiental sob uma única ótica — científica, econômica ou política — desconsiderando sua complexidade. Bueno (2007) cita como exemplo o uso recorrente, principalmente em cadernos de economia, da expressão “defensivos agrícolas” para se referir a agrotóxicos, minimizando os riscos que representam à saúde humana e ambiental.

2) A síndrome do muro alto

Representa a separação entre o discurso técnico, muitas vezes dominado por interesses empresariais, e as abordagens econômicas, políticas e socioculturais. Essa compartimentalização despolitiza o debate ambiental e privilegia as visões das elites. Bueno (2007) menciona a cobertura feita por veículos como *O Estado de S. Paulo*, e cita a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), como um exemplo de tentativa de promover uma suposta neutralidade científica — postura que, segundo ele, é distorcida e ultrapassada.

3) A síndrome Lattes

Trata-se da dependência de fontes acadêmicas na produção das reportagens, em detrimento de outras vozes igualmente relevantes, como agricultores, povos indígenas e líderes comunitários. Bueno (2007) aponta que alguns especialistas, vinculados a universidades ou institutos de pesquisa, podem emitir opiniões enviesadas ou até desonestas, contribuindo com discursos alinhados a grandes corporações e mascarando problemas sob a ideia de “desenvolvimento sustentável”.

4) A síndrome das indulgências verdes

Conceito cunhado por Marcelo Leite, jornalista da *Folha de S. Paulo*, em 2007. Refere-se à prática de empresas e profissionais que, embora poluidores, tentam passar a imagem de responsabilidade ambiental por meio de peças publicitárias. Essas campanhas geralmente destacam ações pontuais — como o plantio de árvores ou incentivo à reciclagem — ocultando os impactos negativos de sua produção em larga escala.

5) A síndrome da baleia encalhada

Manifesta-se em coberturas sensacionalistas de tragédias ambientais — como desastres em Brumadinho ou incêndios florestais — sem aprofundamento nas causas ou discussão sobre prevenção. O enfoque está no espetáculo, e não na conscientização.

Os anos se passaram e essas crises continuam presentes na imprensa tradicional de uma maneira geral.

A crise econômica que assola os veículos de comunicação brasileiro é um dos fatores, por exemplo, para que os proprietários das empresas adotem estratégias comerciais que favorecem anunciantes iludindo quem consome o produto jornalístico com os “publieditoriais” – as publicidades disfarçadas de reportagens (Bueno, 2024).

Para Abreu (2025), o objetivo deve ser justamente o oposto, com um jornalismo atuante por meio de uma perspectiva anticapitalista:

Ainda que parte dos jornalistas ambientais também se assumam como militantes ambientalistas, a cobertura jornalística no geral caminha mais pelo ambientalismo crítico do que pelo ecossocialismo. Tomando a imprensa como instrumento de um projeto político, a falta também deriva da realidade do campo político-partidário brasileiro, em que a perspectiva anticapitalista é minoritária e, quando explicitada, necessariamente não tem a relação entre sociedade e natureza como pauta prioritária; se tem, é uma pauta muitas vezes alinhada com soluções capitalistas, como a aposta no mercado de carbono, ou afirmada em discursos genéricos como o da sustentabilidade. (Abreu, 2025, p. 9).

O saber ambiental deve se resultar da junção entre conhecimentos especializados e saberes tradicionais. Um erro comum é ignorar as raízes do jornalismo ambiental ao se render aos interesses de mercado e à instrumentalização política. (Bueno, 2007).

O Jornalismo Ambiental, portanto, deve ser compreendido como um meio para a democratização da informação, com atenção às vozes marginalizadas e livres de interesses corporativos. Amparado nas técnicas do jornalismo convencional, mas com um *ethos* próprio, ele precisa extrapolar os limites das editorias e operar de forma inter e multidisciplinar. No entanto, o que se vê é uma fragmentação dos veículos de imprensa — em cadernos como economia, cultura ou ciência, o que enfraquece a abordagem ambiental e compromete a complexidade do jornalismo

ambiental. Em muitos casos, o jornalismo econômico se limita à exaltação do progresso tecnológico e dos lucros financeiros, enquanto o jornalismo cultural privilegia elites e desconsidera a diversidade brasileira.

Mais do que técnica, o Jornalismo Ambiental exige comprometimento político e ético. É necessário romper com o senso comum da imparcialidade e enfrentar interesses contrários à preservação ambiental. Nesse cenário, o jornalista precisa se posicionar, resistir, e assumir a responsabilidade de provocar mudanças reais. Como afirma o autor: “não adianta trocar a camisa, nesse caso, talvez seja necessário esfolar a pele” (Bueno, 2007, p. 38).

6.2.2 Cobertura ambiental

Ao abordar o Jornalismo Ambiental e refletir sobre suas práticas, com o intuito de orientar e instigar os profissionais da imprensa a realizarem uma cobertura mais comprometida, plural e responsável, surge uma pergunta inevitável — ainda que não constitua o objetivo central deste trabalho: de que maneira os grandes veículos de comunicação têm realizado as coberturas ambientais?

Para responder a essa questão, Bueno (2007) apresenta uma análise realizada no segundo semestre de 2006 sobre a relação entre mídia e meio ambiente. O autor avaliou a cobertura de seis grandes veículos tradicionais de São Paulo e do Rio de Janeiro: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Brasil da Tarde*, *Diário do Grande ABC*, *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico* e *Jornal do Commercio* (RJ). O corpus foi formado por 30 edições de cada veículo, selecionadas por meio da técnica chamada “mês construído”.

A pesquisa buscou verificar se as coberturas ambientais eram significativas, se os temas apareciam com destaque nas capas, se havia diversidade de vozes nas matérias, se as fontes utilizadas eram tratadas como protagonistas, se havia equilíbrio de gênero entre os autores dos textos e quais eram os principais temas abordados.

Como resultado, Bueno (2007 *apud* Bueno, 2006) identificou um número expressivo de reportagens e matérias relacionadas ao meio ambiente nos veículos analisados: foram 409 textos no total — média de 102 por veículo no período avaliado. Os materiais eram, em sua maioria, extensos e com chamadas de capa. As reportagens estavam distribuídas por diferentes editoriais, com predomínio das

seções de Cidades e Ciência, seguidas por Economia, Nacional e Internacional — nem sempre centralizadas na editoria de Meio Ambiente.

A maioria das fontes utilizadas eram autoridades ou especialistas da área. Organizações da sociedade civil e cidadãos comuns não foram protagonistas das narrativas. Embora tenha havido diversidade temática, as mudanças climáticas, as questões energéticas e os crimes ambientais receberam maior destaque.

Já o artigo intitulado Quem fala sobre a crise da biodiversidade na grande imprensa? Análise de conteúdo voltada à reflexão sobre educação ambiental, de autoria de Guilherme Profeta (2023), pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e orientador desta dissertação, analisou a cobertura ambiental da *Folha de S. Paulo* entre abril e novembro de 2022. A pesquisa também utilizou o método do mês construído. Após a seleção do *corpus*, os textos foram classificados de acordo com as fontes utilizadas e as temáticas abordadas, com o objetivo de identificar quem fala sobre meio ambiente e com que frequência cada pauta cada tipo de pauta aparecia na editoria.

Segundo Profeta (2023), a categoria “crise da biodiversidade” teve destaque relevante, representando 15% do *corpus*, ficando atrás apenas da categoria “emissão de gases causadores do efeito estufa e/ou mudanças climáticas”, com 18%. O autor enfatiza que, embora os textos tenham sido organizados em categorias temáticas para efeito analítico, essas não devem ser vistas como compartimentos estanques. Pelo contrário, tais assuntos estão interligados.

Um dos achados mais importantes do estudo está relacionado à presença do jornalismo científico na editoria ambiental. Segundo Profeta (2023), esse tipo de produção jornalística aparece com maior frequência justamente nas duas categorias mencionadas anteriormente. Nesses casos, os textos são predominantemente construídos a partir do ponto de vista de pesquisadores. O autor considera esse resultado positivo, especialmente para a educação ambiental, pois o acesso à informação científica por meio dos veículos de imprensa facilita sua circulação social e pode, inclusive, ser aproveitado como material didático em espaços formais de ensino.

Ao comparar os dois estudos, separados por 17 anos, nota-se certa evolução na forma como a grande imprensa cobre temas ambientais. Em 2006, matérias de viés mais sensacionalista predominavam. Já em 2022, a crise da biodiversidade recebeu tratamento mais plural e técnico. No entanto, ambos os trabalhos

identificam a ausência de protagonismo de cidadãos e fontes não especializadas, mas com conhecimento empírico ou tradicional sobre o meio ambiente.

A análise desses dois momentos evidencia tanto avanços quanto limitações. Se, por um lado, o conteúdo tornou-se mais aprofundado e menos espetacularizado, por outro, o jornalismo ambiental ainda precisa ampliar o leque de vozes que compõem suas narrativas, incorporando experiências e saberes que não se restringem à academia ou aos centros de poder.

Já Druscke; McGreavy (2016) observam desafios pontuais na cobertura, como ainda a ideia de buscar um vocabulário “imparcial”, deixando assim de trazer o impacto necessário para o jornalismo ambiental. (Druscke; McGreavy, 2016 *apud* Holanda, Käätä; Costa, 2022).

Outro possível problema, esse destacado por Goldstein (1986) é a dificuldade que os jornalistas têm em compreender as fontes acadêmicas ao utilizar a linguagem científica e mais técnica, o oposto da linguagem jornalística.

Por isso, deve haver diálogo entre os profissionais da imprensa e a fonte acadêmica. Para que dessa forma a população consiga obter acesso a informação por meio de boas coberturas jornalísticas (Goldstein, 1986 *apud* Holanda, Käätä; Costa, 2022).

A graduação em Jornalismo oferece ao estudante uma variedade de disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, que abordam dimensões sociais, comerciais e técnicas. De forma geral, o objetivo macro desse processo é a formação de profissionais da informação. Traquina (2020), ao se apoiar no pensamento de Pierre Bourdieu, define a modernidade como a emergência de diferentes “campos”, cada qual com suas próprias regras e características. Ainda segundo o autor (Traquina, 2020) ao instituir um campo, criam-se também: “1) um enjeu ou prêmio que é disputado por agentes sociais diversos; e 2) a existência de um grupo especializado que afirma possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados” (Traquina, 2020, p. 16).

No caso do jornalismo, o “enjeu” é a notícia — o acontecimento que, após passar pelo crivo técnico e ético do jornalista, é transmitido ao público. Ainda que a função primordial da imprensa não seja a de educar, e sim a de informar, Marandino (2017) propõe que os conteúdos jornalísticos podem ser compreendidos como instrumentos de educação informal.

A discussão sobre os conceitos de educação formal, não formal e informal não é recente. Segundo Marandino (2017), nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1960, pesquisas sobre o tema têm se intensificado em âmbitos nacional e internacional, impulsionadas por políticas públicas e iniciativas de divulgação científica, inclusive no setor privado.

No Brasil, esse movimento se consolidou com ações do Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia, em articulação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Academia Brasileira de Ciências (ABC), as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e instituições privadas, que promoveram a criação de centros de ciência e ampliaram o acesso a eventos como feiras de ciência e tecnologia. Essas ações contribuíram para o avanço de pesquisas sobre as diferentes formas de educação.

Marandino (2017) discute os significados dos termos formal, não formal e informal, destacando que seu uso varia conforme a língua e o contexto cultural. Autores de língua inglesa, por exemplo, empregam expressões como *informal science education* ou *informal science learning* para se referir à educação que ocorre em museus, centros culturais, parques e ambientes domésticos. Já autores de língua portuguesa, influenciados pela educação popular das décadas de 1960 a 1980, distinguem educação não formal — aquela realizada fora da escola, porém estruturada — da educação informal, que ocorre em espaços como as casas e a mídia. Atualmente, surgem ainda outras expressões, como “pedagogia social”, “educação social” e “aprendizagem por livre-escolha” (Marandino, 2017, p. 812).

Neste trabalho, serão adotadas as definições apresentadas por Marandino (2017), com base no documento da Unesco de 1972, *Learning to be: the Faure report*, problematizado por Smith (1996). Assim, define-se:

Educação formal como “o sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional (Marandino, 2017, p. 812);

Educação não formal como “qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem” (Marandino, 2017, p. 812);

Educação informal como o “processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio — da família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa” (Marandino, 2017, p. 812).

Nesse sentido, o jornalismo pode ser classificado como uma prática de educação informal, pois oferece conhecimento por meio das mídias. Tal modelo está mais ligado à cultura do que à aprendizagem escolar formal (Marandino, 2017 *apud* Gohn, 1999). A educação não formal, por sua vez, pode ocorrer em espaços como ONGs, sindicatos, associações e ambientes de trabalho. Já a educação informal é espontânea e contínua, pois ocorre nas interações cotidianas e pelo consumo de conteúdos culturais, como peças teatrais, livros e jornais.

As três formas de educação — formal, não formal e informal — não são excludentes. Para Roger (2004 *apud* Marandino, 2017), essas dimensões formam um *continuum* e podem coexistir em um mesmo espaço, ainda que com finalidades distintas. Um museu, por exemplo, pode oferecer educação informal para visitantes espontâneos, educação não formal quando desenvolve atividades educativas planejadas, e educação formal quando recebe grupos escolares acompanhados por professores que utilizarão a visita para aplicação posteriormente de uma atividade, por exemplo.

Diante dessas reflexões, o jornalismo pode ser compreendido como uma prática de educação informal, consumida ao longo da vida. Ele também pode integrar práticas de educação formal, quando utilizado intencionalmente por professores em sala de aula como ferramenta didática.

É nesse ponto que se insere o conceito de transposição didática, proposto por Chevallard (2013), segundo o qual um saber criado para um fim específico pode ser adaptado para o ensino. No caso do jornalismo, os conteúdos não são originalmente produzidos para fins educacionais, mas podem ser transformados em ferramentas pedagógicas.

Profeta (2022; 2023) investigou esse processo. Em 2022, aplicou um questionário online a docentes da Universidade de Sorocaba para mapear o uso de textos de jornalismo científico como material didático. Três hipóteses nortearam o estudo: (1) a maioria dos docentes concorda que textos jornalísticos podem ser usados em sala de aula, mas os utiliza pouco; (2) o uso desses textos está

concentrado em algumas áreas do conhecimento; e (3) a revista institucional de jornalismo científico universidade, por ser institucional, é a mais utilizada.

Os resultados mostraram que a primeira hipótese foi confirmada: 59,4% dos docentes concordaram com o uso dos textos, e 70,3% afirmaram já ter feito uso deles. A segunda hipótese também foi parcialmente confirmada: embora textos de jornalismo científico tenham sido usados em todos os cursos, o uso foi mais comum nas áreas das Engenharias, Ciências Biológicas e da Saúde, e Ciências Sociais Aplicadas. A terceira hipótese foi refutada: os docentes utilizam mais jornais (57,1%) do que a revista institucional (39,8%).

O jornalismo aparece como o terceiro material didático complementar mais utilizado, atrás apenas de dissertações/teses e apostilas/filmes. O índice de utilização é de 68,8%.

Em 2023, dessa vez com uma abordagem qualitativa e baseada em campo, Profeta (2023) acompanhou aulas em dois cursos da Uniso — uma de História e outra de Biologia — nas quais reportagens foram utilizadas como ponto de partida. Na aula de História, com estudantes de Relações Internacionais, Jornalismo e Direito, a abordagem focou na inclusão de povos originários nos registros históricos. Na aula de Biologia, com estudantes de Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental e Agrônômica, o tema foi a ação humana na extinção de espécies. Em ambas, as reportagens não foram seguidas à risca, mas serviram como base para expandir o currículo e incluir debates sobre decolonialidade, responsabilidade ambiental e justiça social nas aulas oferecidas pelos docentes observados.

Profeta (2023) argumenta que, ao utilizar reportagens como vetores de debates sociais relevantes, os professores criaram “zonas de respiro” dentro de currículos formais. Esses momentos de flexibilidade permitiram discussões que vão além da ementa oficial, fortalecendo a interdisciplinaridade e promovendo uma formação ética e cidadã.

Conforme o autor, a reportagem não substitui a aula, mas a complementa. Sua linguagem acessível e sua validação científica faz com que ela se torne um instrumento valioso, desde que mediada criticamente pelo docente. Assim, ao considerar os estudos de Profeta (2022; 2023) em diálogo com Marandino (2017), torna-se possível reconhecer o jornalismo como uma forma de educação informal, e, também, como uma ferramenta potencial na educação formal, quando integrada ao ensino por meio da transposição didática.

Outro trabalho que evidencia a atuação da mídia como proposta de educação informal foi realizado em 2005 por Maria da Graça Jacintho Setton, professora de sociologia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Setton (2005) investigou trajetórias de estudantes que, mesmo vindo de famílias com baixa escolaridade e pouco capital cultural escolar, conseguiram ingressar e se destacar em cursos considerados de elite da Universidade de São Paulo. Para isso, ela entrevistou dez jovens com histórico escolar considerado improvável e algumas de suas mães, para compreender quais fatores contribuíram para que esses alunos tivessem sucesso acadêmico.

Setton (2005) mostra que sucesso escolar desses estudantes ocorre a partir de uma rede diversa e complexa, que vai muito além da escola. Entre esses elementos, a autora identifica que esses jovens se relacionavam simultaneamente com diferentes sistemas de socialização: a família, a escola e aquilo que ela chama de *cultura das mídias*. Ou seja, para além do ensino formal, havia uma circulação de saberes provenientes da televisão, do rádio, da internet e de outros meios de comunicação.

Inspirada em Bernard Lahire (1997), Setton (2005) argumenta que esses estudantes aprendem em regime de interdependência entre espaços distintos. A socialização, portanto, não se limita mais às instituições clássicas; ela passa a ocorrer também em ambientes difusos, não planejados pedagogicamente, mas também com possibilidades de educação.

Dessa forma, Setton (2005) propõe pensar um capital cultural construído informalmente das vivências cotidianas, muitas vezes através dos meios de comunicação.

6.3 Objetivos para alcançar a educação começa na formação do jornalista

Atualmente, o jornalista, muitas vezes, se depara com alguns dilemas na redação. Situações comuns há anos, tendo em vista relatos de profissionais da imprensa que possuem longas carreiras na profissão. Um desses dilemas é a própria atuação do fazer jornalismo que, por vezes, é interrompida pelos empregadores dos veículos de comunicação, que nada mais são do que empresas.

Esses empregadores têm o poder de barrar determinados assuntos que poderiam ser publicados ou publicar determinados conteúdos visando interesses financeiros, políticos e sociais. Não que o jornalista seja a grande vítima nessa história, mas, nos tradicionais veículos de comunicação, muitos ficam a mercê da própria instituição.

A fala do jornalista, as suas reportagens, a sua escrita e a forma que conduz as entrevistas ou a escolha de seus entrevistados são carregadas de significados. A maneira que o público interpretará esses conteúdos pode influenciar, de maneira positiva ou negativa, vários aspectos na sociedade. “O poder do comunicador de fazer e desfazer contextos, de montar e desmontar realidades não pode prevalecer”, (Caldas, 2005, p. 88). Para isso, há uma necessidade em recuperar a ética de uma maneira geral, incluindo os cidadãos, os profissionais da imprensa, e as instituições.

Essa tarefa deve iniciar, em relação aos jornalistas, ainda na sua formação. Dessa maneira, os educadores, ainda reconhecendo a importância da formação cultural associada ao exercício da profissão, devem, de forma urgente, refletir sobre a formação e o papel do jornalista na sociedade (Caldas, 2005).

É necessário refletir se, nas sociedades complexas modernas, as escolas estão formando o profissional da mídia com a responsabilidade e a ética que a profissão exige. Não se trata, obviamente, de disciplinas deontológicas sobre normas de conduta da categoria, cujo comportamento social é muito mais determinado por sua formação geral, humanística, cidadã, do que pela legislação vigente. O cerne da questão está na percepção do poder sobre o discurso midiático, de seu impacto na opinião pública e, sobretudo, na compreensão da informação como bem público e não privado (Caldas, 2005, p. 88).

Para refletir sobre a questão, Caldas (2005), faz uma série de questionamentos, entre eles, o nível de consciência dos jornalistas sobre as diferenças que separam os ideais dos proprietários dos veículos de comunicação dos profissionais da imprensa. A autora (2005) também instiga o leitor sobre a responsabilidade do educador da comunicação na sala de aula na formação ética dos estudantes. A última questão que permeia o tópico é se os professores estão, de fato, formando comunicadores para o exercício da cidadania, para além das técnicas da profissão.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiro, criado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), prevê a informação como direito fundamental do cidadão, que pode informar, ser informado e ter acesso à informação.

Com isso, é evidente que a profissão de jornalista é uma atividade de natureza social. Sendo assim, há o compromisso com a verdade no relato dos fatos, prezando sempre pela apuração.

Mas a ética jornalística vai além, entre os tópicos que compõem o Código de Ética estão “divulgar os fatos e as informações de interesse público; lutar pela liberdade de pensamento e de expressão; defender o livre exercício da profissão e valorizar, honrar e dignificar a profissão.

Aparecem ainda determinações como: “combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão; defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias. Atitudes que mostram um importante dever de responsabilidade com as pessoas de uma maneira geral.

Além disso, “a opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade; o jornalista não pode divulgar informações: 1) visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica; de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes; 2) divulgar os fatos e as informações de interesse público; 3) lutar pela liberdade de pensamento e de expressão.

O jornalismo trabalha com poder ao possuir uma informação, pois ao divulgar uma notícia, ele pode impactar de forma direta ou indireta a vida de outras pessoas.

Assim, para o exercício completo da profissão, o profissional da imprensa deve compreender o poder que carrega e assumir ações que englobam ética, cidadania e política. Ao contemplar esses aspectos, a mídia exerce um papel fundamental na sociedade e pode se tornar uma fonte de educação informal. Trata-se de movimentos que vão além da técnica, pois envolve o “pensar o mundo”. Caldas (2005) salienta que a ética do cidadão vem antes da ética da imprensa, aspecto fundamental na vida de todos os indivíduos e principalmente na do jornalista que não deve deixar de lado os seus ideais a partir do pensamento das instituições.

É imprescindível, portanto, recuperar o papel ético e de responsabilidade social que a imprensa defende em seus princípios, mas que nem sempre coloca em prática, para que possamos, de fato, formar cidadãos críticos, capazes de se tornarem sujeitos de sua própria história (Caldas, ano, p. 91).

Para recuperar esse papel ético citado pela autora, Caldas (2005, p. 97) destaca a importância de promover uma “revolução cultural nas escolas e nas redações”.

Desta maneira, os professores devem despertar a curiosidade dos alunos, fazendo-os refletir sobre questões sociais e visão de mundo, a partir da cidadania, pois, a maneira de fazer o jornalismo está ligada também a formação do profissional da imprensa, a partir do ambiente escolar e suas ideologias existentes oriundas de inúmeras situações vividas, desde o contexto familiar.

Despertar a conscientização ainda na infância é uma tarefa que exige o envolvimento de pessoas engajadas e propostas a investir nessa vertente, principalmente nas escolas, que, além das universidades, também devem desempenhar esse papel ao trabalhar a ética e cidadania nos primeiros anos.

Contudo, o objetivo de colocar entre as prioridades esse aspecto, se torna distante quando em muitas escolas públicas brasileiras há escassez de recursos, como a falta de materiais e até mesmo de itens básicos de higiene como papel higiênico, ou, ainda a falta de portas nos banheiros (Araújo, 2024). No meio de tantos problemas, muitas vezes as matérias básicas, essenciais dos currículos, acabam tomando todo o tempo do aprendizado.

A pandemia de Covid-19 deixou a crise ainda mais acentuada na educação, pois, além do prejuízo no aprendizado dos alunos, houve o rompimento de interação entre estudantes e professores, sendo retomado depois de um tempo pelo meio digital. A nova dinâmica afetou emocionalmente o desenvolvimento de crianças e adolescentes, prejudicando também a comunicação e comportamentos sociais (Araújo, 2024).

Lima; Gonçalves (2020) observam que o longo período de isolamento social e o medo de contrair o vírus, além de outros aspectos, como a falta de estrutura familiar, fez com que estudantes e professores ficassem menos motivados. “É preciso que a solidariedade, a empatia, a resiliência e a continuidade das relações interpessoais sejam estimuladas, buscando minorar os impactos psicológicos negativos que a pandemia acarretou” (Lima; Gonçalves, p. 159).

Com isso, a conscientização e a busca pela ética se tornam ainda mais desafiadoras, quando há um afastamento, deixando de estar presente aquela

situação de “se colocar no lugar do outro”, uma maneira de despertar a empatia e de se livrar dos preconceitos.

Agostini (2018), ao usar os ensinamentos de Paulo Freire (2008), explica que o processo de conscientização deve ser contínuo, de homens e mulheres comprometidos com a transformação.

O método está em uma educação crítica, que se faz necessária na formação dos professores, assim, como se faz necessária na formação dos jornalistas.

É importante destacar também que para uma formação ética e cidadã em sua totalidade, além de consultar os manuais e obter conhecimentos técnicos, é necessário estar aberto, ouvir as pessoas e assim viver novas experiências.

A troca, o receber e compartilhar conhecimento, é uma tarefa fundamental para o jornalista. Desta forma, ele poderá ampliar a sua visão de mundo. Um processo que, de preferência, deve ocorrer pessoalmente, pois, na era da tecnologia e aceleração, pós-pandêmica, os mecanismos utilizados para “facilitar” o trabalho, como entrevistas por telefone e internet, pode ser uma perda para o jornalismo.

Segundo Caldas (2005), um bom profissional é aquele que sabe pensar e tem paixão pelo que faz, movimentos que estão diretamente ligados à educação. “O que é ser um bom jornalista? É saber fazer “leituras” da realidade, associações, contextualizar o tempo todo. Não adianta a informação fragmentada, sem sentido. Fazer jornalismo é ter consciência social do papel de formador de opinião pública” (Caldas, 2005, p. 98).

Desta maneira, compreende-se então, a partir dos pensamentos de Marandino (2017) e Caldas (2005) que o jornalismo pode ser considerado uma maneira de educação informal, desde que realizado com ética e cidadania, indo além do portão das redações, linhas de telefone ou acessos a internet e redes sociais. Para compreender o mundo, é preciso dialogar com ele, e isso ocorre nas ruas, ao conversar com as pessoas, e a partir da obtenção de outros conhecimentos, sejam eles científicos ou empíricos.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo. (Freire, 1989, p. 9).

Portanto, ao considerar o jornalismo uma maneira de fazer da educação informal, se realizado a partir dos ideais descritos acima, pode-se dizer que o jornalismo ambiental, com base no pensamento de Bueno (2010), trata-se de uma das maneiras de executar a educação ambiental.

6.4 Educação midiática e leitura crítica de textos jornalísticos

O jornal impresso e a televisão, no passado, eram as “estrelas” e ocupavam posição quase exclusiva na mediação dos acontecimentos. Atualmente, o sistema comunicacional é complexo, marcado pela velocidade e pela disputa narrativa. Os meios carregam uma infinidade de conteúdos e, na internet, e mais especificamente nas redes sociais, as notícias dividem espaço com a circulação de materiais não verificados.

Além disso, a mídia está em toda parte. Não há mais um horário marcado para ter acesso a um programa de TV ou a uma rede social, por exemplo. Também não é necessário mais “procurar” pela notícia ou outra informação. O acesso está quase que 24 horas nas mãos dos usuários e, mesmo quando os smartphones são guardados, ao caminhar pelas cidades, a pé, de ônibus ou metrô, as telas continuam ali, “roubando” a atenção de quem passa por elas.

Se antes, falar sobre educação midiática era importante, hoje, ela se tornou fundamental.

Nesse cenário, Buckingham (2022) chama atenção para a necessidade de compreender as mídias contemporâneas, que de certa maneira ainda estão ligadas com as formas anteriores de comunicação.

Embora plataformas digitais criem maneiras de representar, produzir e circular mensagens, elas também reproduzem conteúdos que já existiam, como programas clássicos de televisão e filmes. Ou seja: não há uma ruptura completa entre “velha” e “nova” mídia, mas uma nova forma de reprodução.

Para a educação midiática, isso significa que não basta analisar apenas o ambiente digital isoladamente. É necessário olhar para o conjunto das práticas comunicacionais no contexto atual da sociedade, incluindo questões sociais, culturais e políticas, considerando tanto o que muda quanto o que permanece. Buckingham (2022) destaca que entender a mídia exige múltiplas camadas de

análise: olhar para as plataformas, para seus mecanismos de funcionamento, para os interesses econômicos que as sustentam, mas também para o que as pessoas fazem com elas. Usuários acessam esses espaços para se informar, aprender, se entreter, produzir conteúdos e interagir. Já empresas e produtores operam com outras lógicas, na busca pelo lucro, na coleta de dados e na criação de serviços que prendam a atenção.

A educação midiática, precisa, assim, compreender como cada plataforma molda práticas sociais, por que determinados conteúdos circulam mais do que outros e como interesses comerciais influenciam a experiência cotidiana. Do mesmo modo, é preciso observar o que os próprios indivíduos estão criando, compartilhando e produzindo. Entender essa dinâmica é fundamental para formar leitores críticos, conscientes de que toda mensagem midiática é resultado de escolhas, enquadramentos e disputas de sentido.

6.4.1 Educação midiática como direito

Em 2018, quando Buckingham (2022) escreveu o livro “O manifesto pela Educação Midiática”, ele destacou que, segundo estimativas da época, os jovens ficavam no celular o equivalente a um dia por semana, e olhavam o aparelho pelo menos 150 vezes ao dia.

Mais recentemente, uma pesquisa da TIC Kids Online Brasil 2024, revelou que 83% das crianças e adolescentes que usam internet no Brasil têm perfis em redes sociais como Instagram, Tik Tok, WhatsApp e Youtube.

Entre as crianças de 9 e 10 anos que estão online, 60% possuem conta em pelo menos uma rede social (Silva, G1, 23/10/2024).

Por esses e outros aspectos é que a educação midiática para Buckingham (2022) deve se tornar um direito, com disciplina específica inserida no currículo escolar, tendo em vista que as crianças estão crescendo em um mundo cada vez mais midiático.

No entanto, é observado pelo autor que a alfabetização midiática, além de não ser contemplada no currículo escolar, quando ocorre, não é de maneira crítica, considerando aspectos políticos, econômicos e sociais. O processo, errôneo, tem se limitado ao uso de aparelhos que possibilitam o acesso à mídia e não ao conhecimento de como a mídia funciona, comunica, representa e é usada. Para

Buckingham (2022) todos esses pontos devem ser evidenciados, além da necessária consciência do chamado “capitalismo digital”.

Nessa mesma direção, Barbero (2014) defende que alfabetizar em comunicação não é apenas ensinar a “ler” mensagens, mas problematizar a própria linguagem e o lugar que ela ocupa na vida social.

Inspirado em Paulo Freire, o autor mostra que a palavra só se torna verdadeiramente “nossa” quando deixa de ser repetição e passa a ser pergunta, confronto. Em sua visão, não basta aprender a operar dispositivos ou reconhecer formatos midiáticos: é preciso enxergar como certas formas de falar, nomear e enquadrar a realidade incluem alguns e excluem outros, legitimam determinadas experiências e silenciam outras (Barbero, 2014).

Isso porque, a história latino-americana, como destaca Barbero (2014), foi construída a partir da “incomunicação” – barreira essa que impediu grande parte da população de participar plenamente dos debates públicos, seja pela desigualdade de acesso ou pela violência simbólica que desqualifica saberes populares e de povos tradicionais, línguas e memórias.

Conforme o autor, a história na América Latina começou a ser escrita, de fato, pelas pessoas desse continente, há pouco tempo, a partir da derrubada do que ele chama de “muro” que impediam uma comunicação com a própria memória.

No entanto, ainda é perceptível uma ausência de políticas culturais e comunicativas na educação. Problema esse que é enxergado pelas autoridades políticas, mas preferem manter as esferas da cultura e da comunicação separadas da educação.

Para Barbero (2014), é imprescindível que as escolas abandonem uma visão estreita de cultura, para incorporar, de forma crítica, as ciências e as tecnologias como dimensões fundamentais da experiência contemporânea.

Segundo ele, esses campos não devem ser vistos apenas como instrumentos produtivos, mas como forças que modificam os modos de perceber, conhecer e sentir o mundo. Assim, cabe à escola assumir plenamente as implicações culturais das tecnologias comunicativas, refletindo sobre seus significados e usos, e não apenas sobre seus efeitos superficiais.

Essa renovação cultural exige, ainda, que o currículo reconheça os relatos, as estéticas e as narrativas audiovisuais que compõem a vida cotidiana das maiorias sociais. Ao considerar esses materiais como objetos legítimos de estudo, a escola

amplia seu repertório pedagógico e ensina os estudantes a transformarem informação em conhecimento.

A educação midiática, nesses termos, se organiza em torno do que Buckingham (2022) chama de entendimento crítico. Não se trata apenas de “saber usar” um celular, uma plataforma ou um editor de vídeo, mas de aprender a analisar, questionar e contextualizar o que se vê, se compartilha e se produz. Isso exige tempo, método e aprofundamento para comparar fontes, identificar contradições, perceber o que fica de fora de uma narrativa, avaliar a qualidade das evidências, desconfiar de explicações fáceis.

Buckingham (2022) lembra ainda que a maior parte do que é sabido sobre o mundo hoje não vem da experiência direta, mas de alguma mediação: noticiários, redes sociais, vídeos, campanhas publicitárias. Por isso, a educação midiática precisa trabalhar com alguns eixos básicos, como a linguagem midiática, a representação, a produção e o público.

Ou seja, é necessário aprender a reconhecer as convenções usadas para produzir sentido; entender que toda notícia, filme ou postagem representa o mundo de um certo ponto de vista; perceber quem produz esses conteúdos e com quais interesses; e, por fim, refletir sobre como o público se relaciona com tudo isso (Buckingham, 2022).

Quando essa dimensão crítica é ignorada, a alfabetização midiática tende a ser reduzida a algo instrumental. Buckingham (2022) alerta que limitar a educação midiática a esse tipo de abordagem é, no fundo, condenar a escola à irrelevância em um ambiente em que crianças e jovens passam horas diante de telas.

É nesse sentido que o autor defende a educação midiática como um direito básico, e não como um “extra” ou um tema ocasional em projetos pontuais. Ela precisa estar no centro do currículo, articulada ao ensino da língua, das ciências humanas e das demais áreas, e não apenas como mais um conteúdo a ser acrescentado, mas sim, como uma forma de reorganizar o próprio modo como a escola lida com cultura, informação e comunicação (Buckingham, 2022). Trata-se de uma maneira de desenvolver pensamento crítico com o objetivo de auxiliar na transformação do mundo.

6.4.2 Textos jornalísticos

Ao abordar a educação midiática, também é importante discutir e refletir sobre o jornalismo, afinal, ele ocupa também grande parte da mídia de hoje, seja pela TV, pelo rádio, portais e redes sociais.

Compreender criticamente um texto jornalístico implica reconhecer que ele não é apenas um registro neutro da realidade, mas o resultado de escolhas, enquadramentos e rotinas produtivas que moldam aquilo que passa a ser reconhecido como acontecimento público.

Nesse sentido, Traquina (2005) apresenta um ponto de partida essencial ao mostrar que as notícias são estruturadas por valores-notícia que não apenas selecionam o que será noticiado, mas também orientam a forma como esses fatos serão narrados. A busca pelo imediatismo, a necessidade de organizar o “dia noticioso” e a predominância do acontecimento sobre a problemática criam um modo de ver que privilegia a atualidade, o conflito, a simplificação e a bipolarização. Ler criticamente, portanto, envolve identificar como esses critérios constroem uma determinada versão do mundo e o que fica de fora dessa moldura.

Como exemplo, o estudo comparativo sobre a cobertura da AIDS conduzido por Traquina (2005) evidencia como essa estrutura influencia não apenas o conteúdo, mas também o tipo de voz autorizada a falar.

Embora a AIDS fosse diagnosticada em na população, as notícias sobre o tema permaneceram dependentes das chamadas fontes oficiais, reforçando o acesso desigual de atores sociais ao espaço midiático.

Movimentos sociais, pessoas soropositivas e grupos vulneráveis surgem em apenas alguns episódios das divulgações.

Assim, o caso da AIDS demonstra que a leitura crítica exige atenção à hierarquia das fontes e ao papel dos “definidores primários”, conceito que Stuart Hall (1978 *apud* Traquina, 2005), associa às instituições capazes de estabelecer os marcos interpretativos dominantes. Ao analisar textos jornalísticos, torna-se fundamental indagar quem fala, quem é silenciado e de que modo a linguagem jornalística, organizada em torno da pirâmide invertida, do realismo gráfico e de metáforas dramatizadas, contribui para fixar determinados sentidos.

Essa necessidade de vigilância interpretativa dialoga com as inquietações de Paiva e Sodré (2022), que observam a persistência de uma cultura midiática

marcada por assimetrias de poder e por uma concepção mercadológica da liberdade de imprensa. Para eles, em um mundo saturado de informação, a crítica midiática torna-se não apenas desejável, mas imprescindível para compreender a dimensão ideológica presente nas escolhas linguísticas, nos enquadramentos e nas formas de representação.

Os autores debatem que desde Robert Park (1950) sabe-se que a notícia é uma das formas mais elementares de conhecimento, porém, um conhecimento fragmentário, intuitivo e enraizado no senso comum. Ler criticamente significa justamente reconhecer essa condição: a notícia informa, mas também simplifica, filtra e organiza o cotidiano segundo padrões culturais e valores compartilhados.

Nessa mesma direção, Cardoso Filho e Azevedo (2013) lembram que a crítica midiática envolve processos interpretativos capazes de tensionar produtos e rotinas, identificando desvios, limites e possibilidades de aprimoramento ético e social.

No caso do jornalismo, essa leitura crítica deve considerar tanto os critérios profissionais quanto as condições concretas de produção, evitando leituras ingênuas sobre neutralidade e transparência. Já Dalmonte (2013), inspirado em Foucault, reforça que todo discurso é uma prática social dentro das relações de poder. Isso significa que o jornalismo, mesmo ocupando posição privilegiada nas democracias contemporâneas, não opera em autonomia absoluta, pois sua agenda, seus modos de narrar e seus efeitos sobre a opinião pública precisam ser analisados como parte de um sistema discursivo mais amplo, no qual circulam interesses, estratégias e disputas simbólicas.

6.5 Histórico do jornal Cruzeiro do Sul

O objeto deste estudo é a cobertura do jornal Cruzeiro do Sul, veículo de comunicação centenário da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS). O presente capítulo irá apresentar os dados referentes ao jornal, como a sua fundação, história e contexto atual.

O jornal Cruzeiro do Sul foi fundado em 12 de junho de 1903 e é mantido desde 1964 pela Fundação Ubaldino do Amaral (FUA), uma entidade sem fins lucrativos com o intuito de prover serviços educativos, filantropia e comunicação isenta, segundo a própria instituição. O Cruzeiro do Sul é um dos periódicos mais antigos em circulação do Brasil e o principal da Região Metropolitana de Sorocaba

(RMS). Com tiragem média de 17 mil exemplares, atualmente, ele é o único jornal impresso diário da região. O seu alcance médio estimado é de 338 mil leitores por mês. Publicada de terça-feira a domingo, a versão impressa do jornal é distribuída para assinantes e vendida em bancas físicas nos municípios de Sorocaba, Votorantim e Araçoiaba da Serra. Os assinantes também têm acesso a uma versão online do jornal, que simula o impresso com trocas de páginas, e um acervo digital com mais de 34 mil edições. O jornal é separado pelas seguintes editorias: Editorial (que, além do editorial principal, incluem também colunas e artigos opinativos assinados); Cidades; Esportes; Geral; Economia, Mais Cruzeiro (nome da seção de cultura) e Presença (seção destinada à cobertura social). Possui também classificados, horóscopo, passatempos, necrologia e dois cadernos especiais publicados aos domingos: Motor (sobre o universo automotivo) e Cruzeirinho (suplemento infantil que, para os fins de categorização deste estudo, foi considerado também como uma editoria).

Além do jornal impresso, desde 1998 o Cruzeiro do Sul possui uma versão online, com portal. Ele está presente também nas redes sociais. Até 29 de maio de 2025, o veículo possuía 118 mil seguidores no Instagram, 328 mil no Facebook e 20,9 mil inscritos no Youtube. A frequência de acessos gira em torno de 1,5 milhão por mês (Cruzeiro, 2021; Mídia Kit, 2024).

7 ANÁLISES

7.1 *Corpus* de 2021 a 2023

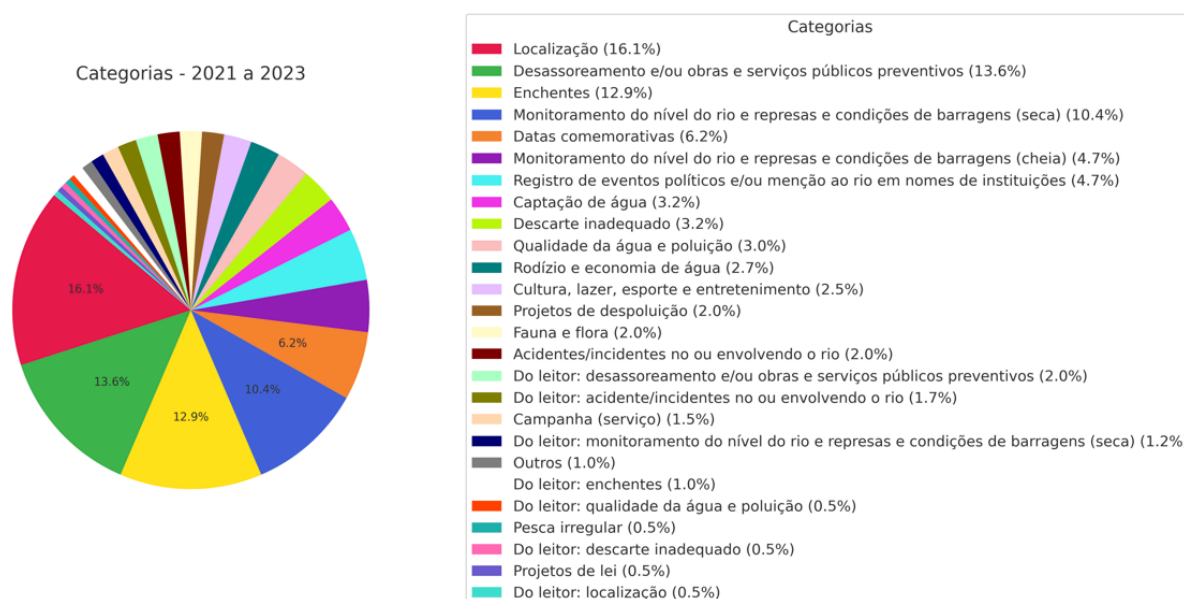
Tabela 2 - Categorias de 2021 a 2023

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Localização	65	16,1%
Desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	55	13,6%
Enchentes	52	12,9%
Monitoramento do nível do rio e represas e condições de barragens (seca)	42	10,4%
Datas comemorativas	25	6,2%
Monitoramento do nível rio e represas e condições de barragens (cheia)	19	4,7%
Registro de eventos políticos e/ou menção ao rio em nomes de instituições	19	4,7%
Captação de água	13	3,2%
Descarte inadequado	13	3,2%
Qualidade da água e poluição	12	3%
Rodízio e economia de água	11	2,7%
Cultura, lazer, esporte e entretenimento	10	2,5%
Projetos de despoluição	8	2%
Fauna e flora	8	2%
Acidentes/incidentes no ou envolvendo o rio	8	2%
Do leitor: desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	8	2%
Do leitor: acidente/incidentes no ou envolvendo o rio	7	1,7%
Campanha (serviço)	6	1,5%
Do leitor: monitoramento do nível do rio e represas e condições de barragens (seca)	5	1,2%
Outros	4	1%

Do leitor: enchentes	4	1%
Do leitor: qualidade da água e poluição	2	0,5%
Pesca irregular	2	0,5%
Do leitor: descarte inadequado	2	0,5%
Projetos de lei	2	0,5%
Do leitor: localização	1	0,2%

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 1 – Categorias de 2021 a 2023



Fonte: Elaboração Própria

O primeiro gráfico apresentado corresponde ao *corpus* total analisado entre os anos de 2021 e 2023, período em que emergiram 27 categorias distintas. Como principal resultado do processo de categorização, constatou-se que, na maioria dos textos (16,1%), o Rio Sorocaba aparece apenas como ponto de referência, utilizado para situar o leitor sobre o local em que o fato ocorreu, sem que o rio fosse o foco da cobertura jornalística.

Nesses materiais, apenas duas cidades predominam como contexto espacial: ora Sorocaba, ora Votorantim. A categoria aparece em todos os anos do recorte temporal, sendo mais frequente em 2023, com 32 ocorrências; em 2022, com 10, e em 2021, com 21 registros.

A segunda categoria mais frequente é “desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos”, que representa 13,6% dos textos. Nela, estão

reunidas reportagens com foco nas intervenções realizadas no leito do rio, em suas margens ou afluentes, com o objetivo de prevenir ou minimizar possíveis problemas como as enchentes.

Na terceira posição está a categoria “enchentes”, correspondente a 12,9% do total. Ao todo, 52 textos trataram de alagamentos causados pelo transbordamento do rio – sendo 40 deles apenas em 2023, sete em 2022 e cinco em 2021.

Na sequência, com 10,4% das ocorrências, aparece a categoria “monitoramento do nível do rio e das represas e condição das barragens em caso de seca”. O destaque maior foi em 2021, com 35 menções, seguido por seis em 2022 e apenas uma em 2023.

A partir da sexta colocação, as porcentagens caem significativamente, todas abaixo de 6,3%.

A categoria “esporte, cultura, lazer e entretenimento”, por exemplo, representa 2,5% do *corpus*. Já “fauna e flora” aparecem em 2% dos textos, somando oito registros – todos publicados em uma coluna dedicada a pássaros e plantas, produzida pela Secretaria do Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal (Sema), da Prefeitura de Sorocaba, para o suplemento infantil “Cruzeirinho”.

No recorte geral, Sorocaba é citada como cidade principal em 365 textos. Em seguida, aparece Votorantim, com 26 registros. Os demais municípios surgem pontualmente, com uma ou duas menções cada.

Em relação às fontes utilizadas nas reportagens que mencionam o Rio Sorocaba no período analisado, o total foi de 797.

Tabela 3 – Cobertura por cidades de 2021 a 2023

Município	Quantidade
Sorocaba	365
Votorantim	26
Mairinque	2
Boituva	2
Capela do Alto	2
Região de Sorocaba	2
Itu	2
Araçoiaba da Serra	1

Salto de Pirapora	1
São Paulo/Campinas	1

Fonte: Elaboração Própria

Observa-se uma predominância de fontes institucionais, utilizadas em 566 ocasiões. Em seguida, aparecem as fontes testemunhais (109), documentais (94) e especializadas (28).

Tabela 4 – Fontes utilizadas de 2021 a 2023

Fontes	Quantidade
Institucional	566
Testemunhal	109
Documental	94
Especializada	28
Total	797

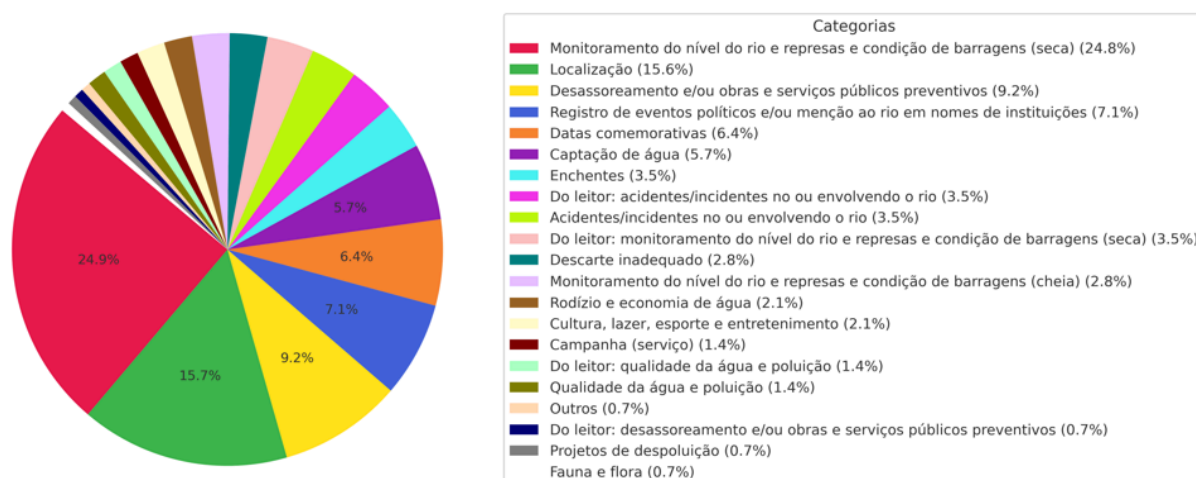
Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 – categorias de 2021

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Monitoramento do nível do rio e represas e condição de barragens (seca)	35	24,8%
Localização	22	15,6%
Desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	13	9,2%
Registro de eventos políticos e/ou menção ao rio em nomes de instituições	10	7,1%
Datas comemorativas	9	6,4%
Captação de água	8	5,7%

Enchentes	5	3,5%
Do leitor: acidentes/incidentes no ou envolvendo o rio	5	3,5%
Acidentes/incidentes no ou envolvendo o rio	5	3,5%
Do leitor: monitoramento do nível do rio e represas e condição de barragens (seca)	5	3,5%
Descarte inadequado	4	2,8%
Monitoramento do nível do rio e represas e condição de barragens (cheia)	4	2,8%
Rodízio e economia de água	3	2,1%
Cultura, lazer, esporte e entretenimento	3	2,1%
Campanha (serviço)	2	1,4%
Do leitor: qualidade da água e poluição	2	1,4%
Qualidade da água e poluição	2	1,4%
Outros	1	0,7%
Do leitor: desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	1	0,7%
Projetos de despoluição	1	0,7%
Fauna e flora	1	0,7%

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 2 – Categorias de 2021

Fonte: Elaboração Própria

Durante a cobertura sobre o Rio Sorocaba em 2021, a categoria predominante foi o monitoramento do nível do rio, represas e condição de barragens em caso de seca, representando 24,8% dos textos publicados. Em seguida, aparece a categoria localização, com 15,6% das ocorrências. Também se destaca a categoria desassoreamento, obras e serviços preventivos, que corresponde a 9,2% do total.

As situações em que o Rio Sorocaba aparece em contextos políticos ou apenas como parte da nomenclatura de instituições — como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê — correspondem a 7,1% dos materiais analisados. Já os textos que abordam enchentes aparecem em apenas 3,5% da cobertura no período. As demais categorias não alcançaram percentuais significativos, permanecendo abaixo de 3%.

Dos 143 textos analisados em 2021, 130 têm o município de Sorocaba como foco principal.

Tabela 6 – Cobertura por cidades em 2021

Município	Quantidade
Sorocaba	130
Votorantim	8
Itu	2
São Paulo/Campinas	1

Capela do Alto	2
----------------	---

Fonte: Elaboração Própria

Em relação às 249 fontes utilizadas, a maioria é de caráter institucional (186). Em seguida, aparecem as documentais (27), testemunhais (25) e, por fim, as especializadas (11).

Tabela 7 – Fontes utilizadas em 2021

Fontes	Quantidade
Institucional	186
Documental	27
Testemunhal	25
Especializada	11
Total	249

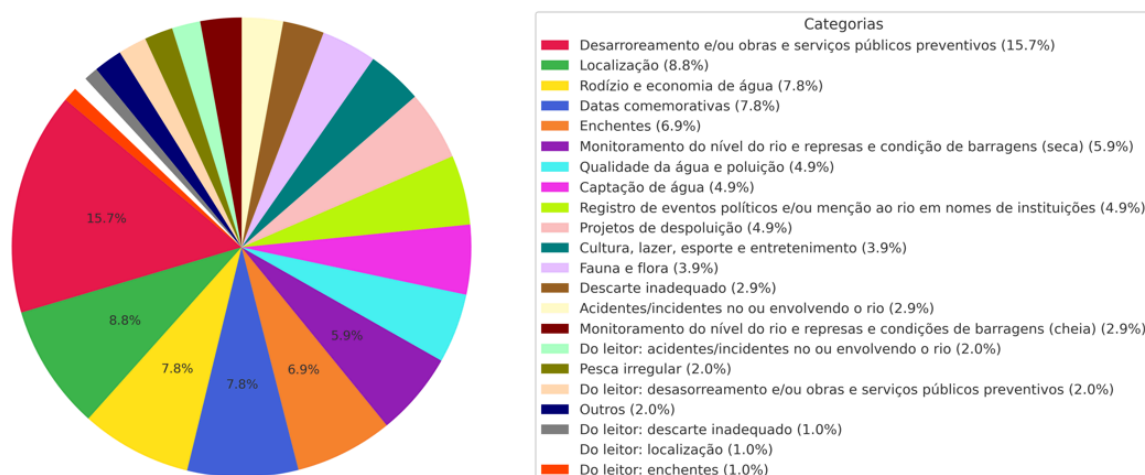
Fonte: Elaboração Própria

Tabela 8 – Categorias de 2022

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	16	15,7%
Localização	9	8,8%
Rodízio e economia de água	8	7,8%
Datas comemorativas	8	7,8%
Enchentes	7	6,9%
Monitoramento do nível do rio e represas e condição de barragens (seca)	6	5,9%
Qualidade da água e poluição	5	4,9%

Captação de água	5	4,9%
Registro de eventos políticos e/ou menção ao rio em nomes de instituições	5	4,9%
Projetos de despoluição	5	4,9%
Cultura, lazer, esporte e entretenimento	4	3,9%
Fauna e flora	4	3,9%
Descarte inadequado	3	2,9%
Acidentes/incidentes no ou envolvendo o rio	3	2,9%
Monitoramento do nível do rio e represas e condições de barragens (cheia)	3	2,9%
Do leitor: acidentes/incidentes no ou envolvendo o rio	2	2%
Pesca irregular	2	2%
Do leitor: desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	2	2%
Outros	2	2%
Do leitor: descarte inadequado	1	1%
Do leitor: localização	1	1%
Do leitor: enchentes	1	1%

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 3 – Categorias de 2022

Fonte: Elaboração Própria

Em 2022, a categoria mais recorrente foi “desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos”, presente em 15,7% dos textos. “Localização” manteve certa relevância, embora com percentual menor: 8,8% do material analisado.

Na terceira posição, duas categorias empataram: “rodízio e economia de água” e “datas comemorativas”, ambas com 7,8%. Já os textos sobre enchentes representaram 6,9% do total. As temáticas relacionadas à qualidade da água, poluição e projetos ambientais somaram 4,9% da cobertura. As demais categorias não ultrapassaram os 4%.

Nesse período, Sorocaba foi apontada como cidade principal em 97 textos. Votorantim aparece em quatro, enquanto as demais cidades foram citadas apenas uma vez cada como município principal.

Tabela 9 – Cobertura por cidades em 2022

Municípios	Quantidade
Sorocaba	97
Votorantim	4
Araçoiaba da Serra	1

Mairinque	1
-----------	---

Fonte: Elaboração Própria

Ao todo, foram utilizadas 180 fontes para compor as reportagens: 134 institucionais, 23 testemunhais, 21 documentais e apenas duas especializadas.

Tabela 10 – Fontes utilizadas em 2022

Fontes	Quantidade
Institucional	134
Testemunhal	23
Documental	21
Especializada	2
Total	180

Fonte: Elaboração Própria

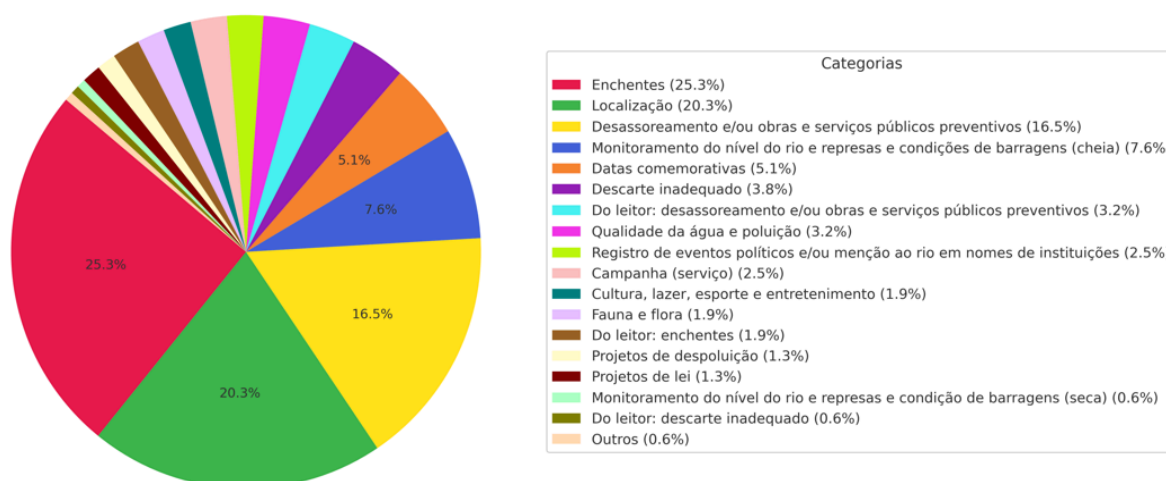
Tabela 11 – Categorias de 2023

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Enchentes	40	25,3%
Localização	32	20,3%
Desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	26	16,5%
Monitoramento do nível do rio e represas e condições de barragens (cheia)	12	7,6%
Datas comemorativas	8	5,1%
Descarte inadequado	6	3,8%
Do leitor: desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos	5	3,2%

Qualidade da água e poluição	5	3,2%
Registro de eventos políticos e/ou menção ao rio em nomes de instituições	4	2,5%
Campanha (serviço)	4	2,5%
Cultura, lazer, esporte e entretenimento	3	1,9%
Fauna e flora	3	1,9%
Do leitor: enchentes	3	1,9%
Projetos de despoluição	2	1,3%
Projetos de lei	2	1,3%
Monitoramento do nível do rio e represas e condição de barragens (seca)	1	0,6%
Do leitor: descarte inadequado	1	0,6%
Outros	1	0,6%

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 4 – Categorias de 2023



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico acima corresponde ao recorte do *corpus* referente ao ano de 2023. Diferentemente do *corpus* total e dos recortes anteriores, a categoria com maior incidência nesse período foi “enchentes”, representando 25,3% das ocorrências. “Localização” aparece em segundo lugar, com 20,3% dos textos, seguida pela categoria “desassoreamento, obras e serviços preventivos”, que corresponde a 16,5% do material. Na sequência, está a categoria relacionada ao monitoramento do nível do rio e às condições das barragens em caso de cheia (7,6%).

O rio também foi mencionado em textos ligados a datas comemorativas em 5,1% dos casos. As demais categorias não ultrapassaram 3,8%.

No mesmo ano, o município de Sorocaba foi citado 139 vezes como cidade principal. Votorantim aparece em 14 registros. Já as cidades de Boituva, Capela do Alto, Mairinque, Região de Sorocaba e Salto de Pirapora foram mencionadas uma ou duas vezes cada.

Tabela 12 – Cobertura por cidades em 2023

Municípios	Quantidade
Sorocaba	139
Votorantim	14
Boituva	2
Capela do Alto	1
Mairinque	1
Salto de Pirapora	1

Fonte: Elaboração Própria

Quanto às fontes utilizadas, o total foi de 368. A predominância, mais uma vez, foi de fontes institucionais, com 246 registros — em alguns casos, mais de uma fonte institucional aparece em um único texto. Fontes testemunhais foram utilizadas 61 vezes; documentais, 46; e especializadas, 15.

Tabela 13 – Fontes utilizadas em 2023

Fontes	Quantidade
--------	------------

Institucional	246
Testemunhal	61
Documental	46
Especializada	15
Total	368

Fonte: Elaboração Própria

7.2 Discussão

Na análise de conteúdo de um corpus amplo, como o desta pesquisa, composto por centenas de textos jornalísticos, a construção das categorias analíticas decorre de procedimentos sistemáticos com o objetivo de identificar padrões e recorrências temáticas no conjunto do material.

Portanto, a seguir, será apresentada a interpretação dos dados colhidos. É importante frisar que a seleção pontual de reportagens específicas para ilustrar cada categoria cumpre apenas uma função de contextualizar e exemplificar o que foi encontrado nos materiais. Os exemplos incluídos na sequência são qualitativamente representativos, mas foram escolhidos de forma arbitrária pela pesquisadora, sem a pretensão de exaustividade ou de validação empírica adicional das categorias estabelecidas previamente.

Esses recortes não constituem dados objetivos ou evidências independentes, mas cumprem mera função de exemplificação, devendo ser compreendidos, portanto, como ilustrações interpretativas.

Os resultados referentes ao *corpus* total, entre 2021 e 2023, mostraram que a categoria com maior predominância durante esses três anos foi localização, representando 16,1% dos textos. Essa categoria abrange os materiais em que o Rio Sorocaba é mencionado apenas como ponto de referência, para situar o leitor quanto ao local do fato, sem que o rio seja o foco da cobertura.

Um dos exemplos aparece na nota divulgada na edição de 28 de maio de 2023, na editoria “Cidades”.

Figura 7 – Recorte de texto jornalístico sobre morte de motociclista em Sorocaba

Motociclista morre em acidente na marginal

Um motociclista de 29 anos morreu em um acidente de trânsito na manhã de ontem (27), na **avenida Dom Aguirre, a marginal do rio Sorocaba**. De acordo com a Polícia Militar, a ocorrência foi registrada por volta das 8h30.

A vítima seguia sentido bairro quando bateu em uma árvore. O veículo foi arrastado por cerca de 30 metros. O homem morreu

no local. Até o fechamento desta edição, o nome da vítima não havia sido divulgado.

Um trecho da faixa da esquerda foi interditado, na altura da loja Honda Caiuás, e liberado no fim da manhã. A Polícia Técnico-Científica foi acionada e fez perícia no local. Ainda não há informações sobre as causas do acidente. O caso será investigado. **(Da Redação)**

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 28 mai. 2023.

Em segundo lugar, com 13,6%, aparece a categoria desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos, indicando a intenção do jornal em cobrar ou, ao menos, mostrar que alguma medida está sendo feita ou deveria ser tomada para conter as enchentes provocadas pelo transbordamento do rio a partir de obras.

A categoria “desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos” nos anos de 2021, 2022 e 2023 é mais presente do que a própria ocorrência das enchentes no período, que aparece em 12,9% dos textos. Ao não considerar a categoria “localização”, em que o rio não é o foco, observa-se que há um destaque significativo na cobertura voltada aos transtornos e possíveis soluções desses transtornos relacionados ao rio, no sentido de realização de obras.

“Enchentes” surge com 12,9% das aparições e “monitoramento do nível do rio e represas e condições das barragens”, tendo o foco na seca, no período de estiagem, com 10,4%. Juntas elas representam 39,4% do *corpus*.

Para compreender o perfil de reportagens que encaixam nessas três categorias que estão entre as mais mencionadas, alguns exemplos retirados de edições contabilizadas no *corpus* serão apresentados abaixo. Esses foram escolhidos, pois reforçam o que os dados estão mostrando – uma interpretação de que o rio é noticiado como um problema.

Exemplos de reportagens: “desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos”:

Figura 8 – Recorte de reportagem sobre desassoreamento no Rio Sorocaba

Especialistas questionam forma usada para desassorear o rio Sorocaba

Trabalho causa afunilamento do leito, favorece surgimento de bancos de areia e danifica a vegetação nativa

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 15 abr. 2023.

Uma das reportagens sobre o tema, publicada em 15 de abril de 2023, apresentou diferentes visões sobre o desassoreamento do Rio Sorocaba.

O engenheiro ambiental Renan Angrizani de Oliveira explicou que os bancos de areia surgem devido à redução da vazão da represa de Itupararanga no período seco, e destacou que o processo de desassoreamento danifica a vegetação das margens, exigindo compensação ambiental eficaz e conservação das áreas de preservação permanente.

Já o professor André Cordeiro Alves dos Santos, do Comitê de Bacia Hidrográfica, afirmou que o desassoreamento resolve apenas problemas pontuais e funciona como medida paliativa, podendo não evitar novos alagamentos. Para ele, alternativas mais eficientes envolvem parques com áreas verdes e solos permeáveis que auxiliam na absorção da água da chuva.

Em contraposição, a reportagem também incluiu a visão do advogado Roque Dias Prestes, retirada de um artigo publicado anteriormente, defendendo intervenções profundas no leito e alargamento das margens, mesmo com perda de vegetação, como única forma de resolver as enchentes.

O texto expõe visões técnicas contrárias ao desassoreamento e uma, não-técnica, de defesa de intervenções no rio. No entanto, embora o título prometa especialistas, a última opinião apresentada é de uma fonte não especializada, que

afirma que “não é preciso ser engenheiro” para concluir pela necessidade de obras de grande porte.

Já na resposta enviada pela Prefeitura, a administração atualiza o andamento do desassoreamento, tema recorrente nas reportagens, como mostra o trecho a seguir:

Figura 9 - Recorte de reportagem sobre desassoreamento no Rio Sorocaba

Fase atual

O Saae informou que a atual fase de desassoreamento, que teve início em fevereiro, é feito em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee), que gerencia o Programa de Revitalização e Sustentabilidade Hídrica — Rios Vivos. “No ano passado, a autarquia já havia feito o trabalho de desassoreamento em três locais, todos na zona urbana e também em parceria com o Estado. Naquela ocasião, também como parte do contrato, 20 mil metros cúbicos foram retirados do córrego Itanguá, na região do Jardim Marli e Jardim Itapemirim, na zona oeste. No final de 2022 e início de 2023, a ação prosseguiu, com recursos próprios da autarquia e foram retirados, nesse córrego, outros três mil metros cúbicos de sedimentos. Os trabalhos prosseguem para a construção de bolsões para prevenir alagamentos em caso de chuva intensa”, disse o diretor-geral do Saae, Tiago Suckow.

O Cruzeiro do Sul também questionou o Daee sobre as obras de desassoreamento do rio Sorocaba, mas até o fechamento desta edição não houve resposta.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 15 abr. 2023.

Figura 10 – Recorte de reportagem sobre assoreamento do Rio Sorocaba

Assoreamento do rio, córregos e lagos preocupa

Deputado Danilo Balas encaminhou ofício para pedir empréstimo de máquina do Estado para obras em Sorocaba

Wlma Antunes

A falta de desassoreamento do rio Sorocaba e de córregos e lagos que atravessam a cidade volta a ser motivo de preocupação e críticas. A ausência do processo de limpeza desses locais, que tem como objetivo principal restaurar a capacidade natural de armazenamento e fluxo de água dos rios, chamou a atenção da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

O deputado estadual Danilo Balas (PL), de Sorocaba,

enviou um ofício à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, solicitando o empréstimo de uma escavadeira hidráulica para realizar o desassoreamento do rio Sorocaba. A Prefeitura afirma que trabalha em parceria com o Governo do Estado para remover os sedimentos depositados nos pontos mais críticos da cidade.

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, o deputado aponta locais como a ponte Francisco Dell’Osso, na avenida Dom Aguirre, e a ponte Pinheiros, que co-

necta o centro da cidade à zona leste. Esses pontos, que costumam inundar durante chuvas intensas, apresentam até mesmo o crescimento de grama.

A equipe do **Cruzeiro do Sul** constatou que o leito do lago do Parque das Águas também está com acúmulo de sedimentos visíveis. Para Danilo Balas, esses problemas representam um risco à saúde pública e exigem uma solução urgente por parte do Poder Público.

“O assoreamento do rio Sorocaba representa um

risco à saúde e à segurança da população de nossa cidade. Como parlamentar, reitero nosso apoio à Prefeitura de Sorocaba na resolução desse problema, lembrando que já fizemos a intermediação junto ao Governo do Estado”, disse o deputado.

O que diz a Prefeitura

A Prefeitura informou que desde março de 2022, em parceria com o governo paulista, tem realizado trabalhos de desassoreamento no rio Sorocaba e no córrego Itanguá. O Saae é

responsável pelo trabalho, que resultou na remoção de 100 mil metros cúbicos de resíduos até o momento.

Agora, a administração municipal aguarda a definição do Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee) sobre a finalização do processo de licitação para dar início à nova etapa de desassoreamento no trecho urbano do rio Sorocaba. Assim que a empresa vencedora for definida, a Prefeitura pretende dar continuidade ao serviço, abrangendo outros pontos do rio ao longo de 2023, to-

talizando 9,2 quilômetros de intervenções.

O Saae mantém a limpeza preventiva de córregos. Atualmente, o serviço está concentrado na região do bairro Mineirão e tem previsão de conclusão até o início da próxima semana. A intervenção ocorre periodicamente ao longo de aproximadamente 750 metros de extensão do córrego. O objetivo é manter o manancial em plenas condições de operação, principalmente neste período de estiagem, preparando para suportar os períodos de chuvas.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 8 jun. 2023.

Após trazer duas opiniões contrárias e uma a favor ao desassoreamento do rio, cerca de dois meses depois, em 8 de junho de 2023, o jornal publica uma reportagem sobre a falta de desassoreamento no rio.

O texto é produzido com base em um ofício e vídeo divulgado nas redes sociais, ambos do deputado estadual Danilo Balas (PL), que é de Sorocaba, e disputou as eleições de 2024 contra o prefeito Rodrigo Manga (afastado até a entrega dessa dissertação, em 24 de janeiro de 2026) que tentava a reeleição.

Nela consta que o assoreamento é alvo de críticas, no entanto, surge apenas a crítica do deputado, sem falas da população, que talvez estivesse sendo impactada com o problema.

A matéria também visita um dos locais, o lago do Parque das Águas (inaugurado em 2006 para ser uma área alagável devido as enchentes; atualmente ele possui estrutura com brinquedos, banheiros e pista de caminhada) e constata o acúmulo de sedimentos na área. Já o ofício citado, protocolado pelo deputado, é para o empréstimo de uma máquina do Estado para a continuidade das obras.

Por fim, o jornal emite a nota de resposta da Prefeitura de Sorocaba sobre o caso. A administração fala da parceria com o Governo do Estado e cita o início das obras em 2022.

As reportagens acima foram escolhidas, pois mostram que há, de fato, uma repetição e um interesse na temática do desassoreamento.

Observa-se que nesses exemplos houve cumprimento da função informativa do jornalismo ambiental, pois deu conta de responder se estaria ocorrendo ou não o processo de desassoreamento no rio. Há até uma certa presença da função pedagógica no primeiro texto, pois os especialistas destacam possíveis formas de minimizar os impactos das enchentes, mas a fala da última fonte que não é especialista, e sim um advogado que não estaria representando a população, tira a ideia de função educacional, “que incluem necessariamente a participação dos cidadãos” (Bueno, 2007, p. 35).

Há carência também da função política, de mobilização dos cidadãos, pois esses parecem com pouca frequência nos textos.

Tendência que se repete em diversos exemplos a seguir.

Figura 11 – Recorte de reportagem sobre alagamentos em Sorocaba

Chuvas causam alagamentos e rompimento de açude na cidade

Índice pluviométrico chegou a 115 milímetros. Houve quedas de muro e árvores

As chuvas registradas na tarde e início da noite de ontem (14) fez com que pelo menos três vias de Sorocaba fossem alagadas. O rio Sorocaba ficou próximo do transbordamento. Houve queda de muro, rompimento de açude e alagamento em ponte. As informações são da Defesa Civil.

Foram registrados pontos de alagamento na avenida Dom Aguirre, na altura da praça Lions. A mesma situação ocorreu no Parque das Águas, próximo à pista de skate. Também houve registro de alagamento na 15 de Agosto, que precisou ter o trânsito interrompido, com o apoio dos agentes da Urbes.

Com a intensidade das chuvas, o rio Sorocaba



Nível do rio Sorocaba subiu a 1,36 metro. Foram registrados pontos de alagamento na avenida Dom Aguirre

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 15 jan. 2023.

Em 2021, apenas cinco textos foram classificados na categoria “enchentes”. Quatro deles apareceram em colunas de memória — dois no “TBT” e dois em “Um Dia na História” — e apenas uma reportagem, publicada em 15 de janeiro na editoria “Cidades”, tratou de um evento, de fato, daquele período.

Intitulada “Chuvas causam alagamento e rompimento de açude na cidade”, a matéria descreve os efeitos das chuvas de 115 milímetros, com informações da Defesa Civil. O texto relata alagamentos na avenida Dom Aguirre e em outras vias, o rompimento de um açude e o resgate de uma idosa ilhada. Não há inserção de fontes testemunhais, e ao final é mencionada a Secretaria de Comunicação da Prefeitura. Trata-se de uma reportagem essencialmente informativa, que narra os transtornos causados pela chuva. O rio ganha destaque na edição por meio de uma foto acompanhada da legenda sobre o aumento do nível do manancial.

Em 2022, sete textos foram enquadrados na categoria “enchentes”, sendo novamente um deles na coluna TBT. Outro destaque é um texto publicado na “Coluna do Leitor”, em 1º de novembro, no qual um morador cobra limpeza no rio como forma de evitar acúmulo de ilhas de areia.

Figura 12 – Recorte da coluna do leitor sobre transbordamento do Rio Sorocaba

Rio Sorocaba transborda e alaga ruas na região do Parque das Águas

Cadê a limpeza para tirar as ilhas de areia? De Votorantim até a ponte da Vila Assis é só areia. Em frente ao Higa só tem areia . O rio virou um córrego!

MARGARETE FACIOLI

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 1 nov. 2022

Os outros textos de 2022 são reportagens. Três delas publicadas em março.

Figura 13 - Capa do jornal Cruzeiro do Sul sobre alagamentos em Sorocaba



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 13 mar. 2022

No dia 13 de março, a manchete da edição impressa foi “Forte temporal causa alagamentos e transtorno em vários pontos de Sorocaba.”

Figura 14 – Recorte de reportagem sobre fortes chuvas em Sorocaba



Temporal causa problemas em 20 bairros

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 13 mar. 2022

Já a reportagem da capa relata que o temporal causou problemas em 20 bairros da cidade, registrando 83 milímetros de chuva em apenas uma hora e meia, segundo a Defesa Civil, volume considerado elevado.

O texto informa que houve alagamentos devido ao transbordamento do rio e de córregos, e descreve os transtornos enfrentados no município, sem entrevistas diretas, utilizando apenas informações institucionais da Prefeitura. Também é destacado que o prefeito Rodrigo Manga decretou emergência na cidade, conforme nota distribuída pela Secretaria de Comunicação, autorizando a mobilização dos órgãos públicos para minimizar os impactos do temporal.

Figura 15 – Recorte de editorial sobre chuva

O que se tem visto nos últimos dias é uma mistura de calor e temporais. Sorocaba registrou, na semana passada, a maior temperatura do ano, na casa dos 34 C. A cidade também tem enfrentado alguns problemas por causa do excesso de chuva em alguns momentos. Na manhã desta segunda-feira (31), por exemplo, o rio Sorocaba transbordou em alguns pontos próximos ao Parque das Águas. Os temporais, seguidos de ventos fortes, causaram ainda a queda de árvores e a pane em alguns conjuntos semafóricos. Nada muito grave até o momento. Em contrapartida, a represa de Itupararanga registrou aumento em seus índices, garantindo que a região deve sofrer menos com a falta de água no verão.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 1º nov. 2022.

Em 1º de novembro, em editorial intitulado “Primavera chuvosa ajuda a manter a cidade funcionando”, o jornal aborda diferentes aspectos positivos da chuva, como o abastecimento das cidades e a safra, mencionando também que o rio transbordou novamente em pontos próximos ao Parque das Águas, embora “nada muito grave até aquele momento”, segundo a edição.

Além disso, o editorial aborda a bandeira verde mantida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e finaliza dizendo que “a primavera tem sido ótima no termo de condições climáticas”, sem aprofundamento no assunto.

Na mesma data, foi publicada a reportagem, inclusive, citada no texto opinativo do veículo, “Chuva provoca alagamentos e quedas de árvores”.

Figura 16 – Recorte de capa de jornal sobre forte chuva e alagamento em Sorocaba



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 1º nov. 2022

Uma das chamadas da capa destaca que o Rio Sorocaba alagou a avenida. Já na descrição abaixo, é explicado que o nível do manancial subiu devido à forte chuva. Já no interior da matéria, os alagamentos são, mais uma vez, atribuídos ao rio.

Figura 17 – Recorte de reportagem sobre forte chuva e alagamento em Sorocaba

A chuva desta segunda-feira (31) provocou alagamentos e quedas de árvores em Sorocaba. Durante a madrugada, o rio Sorocaba transbordou e inundou trechos da região do Parque das Águas. A equipe do jornal **Cruzeiro do Sul** esteve no local e identificou que as águas atingiram a avenida Quinze de Agosto e a rua Ingrácia Angrisani Gomes, travessa da rua João Gabriel Mendes, no Jardim Maria do Carmo. As vias chegaram a ser interditadas, com desvio por dentro do Jardim Iguatemi. A Quinze de Agosto foi liberada ontem às 12h. Já a Ingrácia Angrisani Gomes continuou fechada por mais uma hora, segundo a Secretaria Municipal de Comunicação (Secom). Além dos alagamentos, houve ainda a queda de pelo menos duas

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 1º nov. 2022

Já em 2023, ao todo, constam 38 textos enquadrados na categoria “enchentes, sendo 28 reportagens, um artigo, seis colunas e dois editoriais.

A partir das reportagens acima, é possível identificar dois fenômenos. O primeiro, conforme os dados também apresentam, é a forma como o rio é tratado na cobertura. É nítido que na prática, de fato, essa é a ordem em que os acontecimentos ocorrem: chove forte, o nível do rio sobe e alaga as avenidas.

No entanto, as matérias até aqui apresentadas sobre o tema, não trazem explicações sobre o motivo que essa situação acontece.

Foi possível identificar, que não há informações, por exemplo, de especialistas explicando por que o rio transborda e quais medidas deveriam ser adotadas para que isso fosse minimizado, ou se ainda é possível adotar alguma medida no município. Não há também um debate sobre mudanças climáticas.

A falta de complexidade das reportagens atribui os transtornos vividos em Sorocaba e região apenas a dois fenômenos: os temporais e o transbordamento do rio, sem considerar as diversas mudanças antrópicas que o manancial passou.

Monitoramento do nível do rio e represas e condições das barragens no caso de seca

Essa categoria aparece em quarto lugar (10,4% dos textos), em relação à frequência, entre 2021 e 2023.

Essa temática é oposta à das enchentes, já que, neste caso, o foco está na escassez hídrica e em suas consequências para a população, como a falta d'água e necessidades de rodízios.

Figura 18 – Recorte de reportagem sobre estiagem em Sorocaba

Estiagem expõe assoreamento em pontos do rio Sorocaba

Desde 2018 a cidade não teria serviço de remoção de areia, sedimentos e detritos

Ana Cláudia Martins

Com nível mais baixo por conta da estiagem já é possível perceber vários pontos de assoreamento no rio Sorocaba. Na última quinta-feira (5), a reportagem do **Cruzeiro do Sul** constatou vários pontos de assoreamento no leito do rio na altura da avenida Dom Aguirre, próximo ao Parque das Águas, no Jardim Abaeté. O assoreamento é o acúmulo de terra, lixo e matéria orgânica no fundo de um rio.

Questionada a respeito, a Prefeitura de Sorocaba informa que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) não realiza o desassoreamento do rio Sorocaba, e que tal atribuição é de competência do governo estadual, por meio do Departamento de Água e Energia Elétrica (Daee). "Como se trata de um rio com interferência em vários municípios é de atribuição do órgão estadual, no caso do Daee, realizar o serviço de desassorea-



A bacia do rio Sorocaba abrange os municípios de Ibiúna, Votorantim, Sorocaba, Iperó, Boituva, Tatui, Cerquinho, Juminim e Laranjal Paulista

dricos, deve encaminhar sua solicitação ao Daee", ressalta o órgão estadual.

Conforme o Daee, a bacia do rio Sorocaba abrange os municípios de

riodos de chuvas intensas.

O serviço de desassoreamento consiste na limpeza e remoção de areia, sedimentos ou outros detritos acumulados no rio.

A partir de agosto de 2017, o Saae Sorocaba informou que foi feita a retirada de bancos de areia, que se acumularam no leito do rio, decorrentes do carrea-

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 10 ago. 2021.

Um dos exemplos é de 10 de agosto de 2021. A reportagem mostra os pontos de assoreamento do Rio Sorocaba devido a estiagem. Somente fontes institucionais são utilizadas: a Prefeitura de Sorocaba, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e o Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE).

Por fim, o jornal destaca que há anos o trabalho de desassoreamento no rio deixou de ser constante: "Há anos Sorocaba deixou de ter um trabalho constante de desassoreamento do rio Sorocaba. Entre 1993 e 2008, período de 15 anos, a cidade teve uma atuação mais intensa quando as máquinas eram vistas com uma certa frequência às margens do rio".

Figura 19 – Recorte de notícia sobre mortandade de peixes no Rio Sorocaba

Nível do rio pode ter matado peixes

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de Sorocaba registrou mortandade de peixes em trechos do rio Sorocaba na sexta-feira (18). O motivo pode estar relacionado à baixa vazão da Represa de Itupararanga no município.

De acordo com o Saae, a autarquia, junto à Secretária de Meio Ambiente - Proteção e Bem-Estar Animal (Sema), tomaram conhecimento sobre o caso e enviaram equipes técnicas de fiscalização ainda na sexta-feira (18). O monitoramento dos trechos também foram intensificados e amostras foram coletadas nos dias 18 e 19. "Os resultados encontrados estavam

dentro do esperado, de acordo com os valores históricos quanto à qualidade da água", informou.

A mortandade, conforme deliberações feitas pelo Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), pode ter sido causada por conta da vazão do rio. "A vazão do Rio Sorocaba sofreu reduções desde meados de 2021, passando de 6 m³/s para os atuais 1,75 m³/s, como forma de preservação e elevação do nível da Represa de Itupararanga. Possíveis reflexos dessa redução à ictiofauna do Rio Sorocaba já eram conhecidas por esse Comitê", afirmou. **(Da Redação)**

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, 25 fev. 2022.

Em 25 de fevereiro de 2022 foi publicada a notícia que “o nível do rio pode ter matado peixes”. O texto inicia com a informação de que o Saae registrou mortandade de peixes em trechos do rio; o motivo estaria relacionado à baixa vazão da Represa de Itupararanga no município. Isso porque, Itupararanga deságua no Rio Sorocaba.

O Saae, Secretaria de Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal (Sema), ambos ligados à Prefeitura de Sorocaba, e o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê foram utilizados como fontes na matéria.

Figura 20 – Recorte de reportagem sobre manutenção na Represa de Itupararanga, em Votorantim



Manutenção da barragem leva CBA a alterar liberação de água em Itupararanga

Empresa acionará o descarregador de fundo durante 60 dias, mas garante que qualidade do líquido será mantida

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 30 ago. 2023.

Em 2023, apenas uma reportagem foi classificada na categoria, publicada em 30 de agosto. O texto informa que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), gestora da represa, iniciou serviços nas grades da tomada de água, realizados no período de estiagem devido ao nível mais baixo do reservatório.

A CBA explicou que, para executar o trabalho, seria necessário paralisar a operação pelo canal de adução e utilizar o descarregador de fundo para liberar água ao Rio Sorocaba. O Saae foi ouvido e afirmou que a manutenção não afetaria o abastecimento, embora mencionasse que, em situações anteriores, o uso desse dispositivo provocou alterações nos teores de ferro e manganês.

Em resposta, a CBA destacou que Saae Sorocaba e Águas de Votorantim participaram do planejamento das ações, acompanhando tecnicamente as manobras, e reiterou que não havia indícios de problemas que inviabilizassem o tratamento da água.

No mesmo período, observa-se também o baixo número de textos que associam o Rio Sorocaba a práticas esportivas, culturais, de lazer ou entretenimento: apenas 2,6% do total. Em três anos, somente oito matérias enquadraram o rio nesse tipo de uso social, reforçando a pouca visibilidade dessas dimensões na cobertura jornalística recente.

Figura 21 – Recorte de jornal sobre exposição do Rio Sorocaba

Uniso inaugura Exposição Ir o Rio

A Universidade de Sorocaba (Uniso) inaugurou nesta terça-feira (22) a exposição 'Ir o Rio', em comemoração ao aniversário do Rio Sorocaba e ao Dia Mundial da Água. .

A mostra apresenta o projeto de mapeamento do rio Sorocaba, por meio de desenhos de observação feitos pelo grupo Dúzia de Artistas, vinculado à turma de pesquisa em artes visuais da instituição.

A exposição segue até o dia 8 de abril, em diferentes locais da Uniso. Do dia 22 a 25 de março, interessados podem apreciar as artes no térreo do bloco F, no campus Cidade Universitária.

De 28 de março a 1º de abril, os desenhos estarão na biblioteca da mesma unidade. Por fim, do dia 4 a 8 de abril, a exposição estará no campus Trujillo.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 23 mar. 2023.

Um dos exemplos foi publicado em 23 de março de 2023. Trata-se de uma nota com 4 parágrafos para divulgar a exposição “Ir o Rio”, em comemoração ao aniversário do Rio Sorocaba e ao Dia Mundial da Água, promovida pela Universidade de Sorocaba (Uniso).

Figura 22 – Recorte de jornal sobre corrida realizada às margens do Rio Sorocaba

Corrida Rio Sorocaba reúne 3 mil participantes

No último sábado (23) a Rede Farma Ponte retomou a realização de eventos abertos ao público, com a Corrida Rio Sorocaba Farma Ponte. Um evento que promove a cultura de saúde e beleza através da prática de corrida e caminhada. Mais de três mil pessoas estiveram presentes ao evento e puderam curtir, além da corrida, as várias atrações que estavam disponíveis nos estandes dos patrocinadores, além dos serviços farmacêuticos promovidos pela Clínica Saúde Farma Ponte. A corrida também incentivou a prática esportiva com PCDS e

familiares promovendo uma largada exclusiva e chamando a atenção para a importância da inclusão desse público nas atividades esportivas.

As corridas que a Farma Ponte promove são tradicionais na região oeste do estado de São Paulo. E um novo evento da Rede já foi anunciado para dezembro: a Corrida de Natal Farma Ponte. A Farma Ponte também continua forte em sua estratégia de expansão e em abril inaugurou três novas lojas: uma na cidade Itapetininga, outra em Angatuba e mais uma unidade em Sorocaba. (Da Redação)



Evento esportivo é realizado pela Rede Farma Ponte

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 30 abr. 2023.

Em 30 de abril do mesmo ano foi publicada uma corrida que possui o nome “Rio Sorocaba” e acontece no entorno do rio, com uma nota de dois parágrafos que, aparentemente, divulga a imagem da marca.

Também houve poucas aparições da categoria de fauna e flora: 2,2% do corpus total. Dos oito textos incluídos nesta última categoria, todos foram publicados no suplemento infantil “Cruzeirinho” e produzidos pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema) da Prefeitura de Sorocaba.

Figura 23 – Recorte de jornal da coluna “Olha o Passarinho”, do suplemento infantil Cruzeirinho



OLHA O PASSARINHO







Martim-pescador-verde

Nome comum: Martim-pescador-verde
Nome científico: *Chloroceryle alpestris* (Latham, 1790)

Você sabia que o nome martim se refere ao deus romano da guerra, Marte? Martim é um diminutivo do nome Marte; então, é como se estivéssemos se referindo a ele como um pequeno guerreiro pescador.

Já deve ter visto esse pequeno guerreiro pousado em galhos, geralmente os mais baixos, e às margens de lagoas em Sorocaba. Se não viu, fique atento: é bem provável que o veja por aí. São bem comuns em nossa cidade, principalmente nos parques e po-

de até mesmo ser visto sobrevoando o leito do rio Sorocaba.

Adivinhem o que ele faz nessas áreas? Ele é um grande pescador, apesar do tamanho. Por falar nisso, ele pode atingir cerca de 30 cm de comprimento. É uma ave aquática, então pode ser encontrada nos diversos ambientes com essas características, como rios, riachos, lagoas e represas.

O martim alimenta-se, principalmente, de pequenos peixes e crustáceos (caramujos e afins) e, para capturar seu alimento, raramente para no ar antes de mergulhar.

Ele pode ser visto às margens de lagoas e sobrevoando o leito do rio Sorocaba

Para reconhecê-lo, observe que o macho tem a cabeça, dorso e cauda verdes, uma faixa branca no pescoço e queixo, uma grande faixa ruiva no peito e o ventre claro. Já a fêmea dessa espécie é diferente, pois não possui a faixa ruiva no peito. Seu ninho é construído em túneis de perto de 1,6 cm escavados em barrancos. Os pais se revezam para cho-

car (incubar) os ovos, sendo que os machos permanecem por mais tempo durante o dia e as fêmeas, durante a noite.

Faça sua parte

Não desmatar as margens dos rios e lagoas (e outros corpos d'água) é importante para que os martins-pescadores tenham seus habitats conservados, incluindo locais como poleiros para poderem pescar.

Elaboração: Coaves Kids e Secretária do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Sorocaba (Sema)

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 21 mar. 2021.

Embora não seja o jornal que produza esse conteúdo, é possível afirmar que há espaço reservado para tais pautas — ainda que de maneira extremamente limitada. Considerando o público-alvo do suplemento, é possível associar essa iniciativa a uma função educativa voltada ao público infantil.

Fontes

Outro achado diz respeito ao tipo de fontes utilizadas no corpus total. Das 797 fontes identificadas nos textos, 566 são institucionais.

Somadas, as fontes testemunhais (109), documentais (94) e especializadas (28) não alcançam a quantidade de fontes institucionais. É natural que ocorra maior recorrência de fontes institucionais em reportagens, pois elas devem aparecer também como resposta de reclamações da população, por exemplo. No entanto, o quantitativo bem maior que as demais fontes, demonstra o peso que o jornal proporciona às falas de entidades, gestores públicos e órgãos oficiais, principalmente quando é dado espaço grande espaço a elas sem, sequer, ouvir outras fontes.

A falta de fontes especializadas sobre o Rio Sorocaba no período também traz reflexão sobre uma possível ausência de profundidade nas reportagens. Considerando-se que representações não são apenas descrições, mas sistemas que organizam determinadas formas de pensar o mundo, e que, nesse sentido, o jornalismo se constitui como um importante mecanismo de construção e disseminação de representações, bem como de culturação (Profeta, 2026), a baixa presença de entrevistas com especialistas acadêmicos pode contribuir para uma compreensão limitada dos fenômenos ambientais, frequentemente reduzidos a eventos pontuais e dissociados de processos mais amplos que as ciências são capazes de explicar e contextualizar, como as mudanças climáticas e a urbanização desordenada.

Além disso, a ausência de vozes especializadas, ao mesmo tempo em que reduz a visibilidade de pesquisadores e de suas produções científicas, não contribui para o enfrentamento do negacionismo climático e pode, inclusive, reforçar a ideia de que a natureza, e, nesse caso, do Rio Sorocaba, é um recurso meramente explorável.

Em reportagem publicada em 31 de janeiro de 2023, por exemplo, aparecem quatro exemplos de fontes institucionais: Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a Secretaria de Mobilidade (Semob), a Defesa Civil e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

O Inmet foi utilizado para fornecer os dados sobre a previsão do tempo; a Semob e a Defesa Civil informaram que o monitoramento do município segue de forma constante, de prontidão 24 horas. Ressaltou também que, sobretudo nos dias de chuva, o monitoramento de áreas, vias e do nível do Rio Sorocaba é feito in loco.

A CBA informou que as barragens das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) Votorantim e Santa Helena, localizadas na represa de Itupararanga, continuam em estado de atenção. Apesar da medida, a empresa garantiu que as barragens não apresentam riscos estruturais.

Essas fontes, secretarias e autarquias, principalmente ligadas à Prefeitura de Sorocaba, aparecem em grande parte dos textos.

Um segundo exemplo de fontes institucionais utilizadas pode ser verificado em 17 de fevereiro de 2023 na reportagem: “Rio volta a transbordar e vias ficam alagadas”.

O Centro Nacional de Alerta e Desastres Naturais informou que nas primeiras seis horas a precipitação chegou a 51 mm.

Já a Defesa Civil passou um volume acumulado de chuva de 407 mm no mês de fevereiro até aquela ocasião.

A Prefeitura de Sorocaba passou um balanço: disse que equipes da Defesa Civil e das secretarias de Segurança Urbana (Semsu) e de Serviços Públicos e Obras (Serpo) foram para as ruas logo após as primeiras ocorrências.

Também relatou os pontos de interdição.

Trecho do jornal: “Grande parte dos estragos e interdições deve-se ao transbordamento do Rio Sorocaba, que chegou a 2,10 metros acima do nível normal. Em relação à represa de Itupararanga, segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), a vazão para o rio estava ontem à noite em 28,20m³/s. A título de exemplo, não há explicações sobre as informações técnicas. E mais uma vez, o rio aparece como o causador do problema.

Já as fontes testemunhais — na maioria, moradores da cidade e das margens do rio — aparecem em outras ocasiões, mas com menos frequência. Em média, a cada cinco textos com fontes institucionais, apenas um traz uma fonte testemunhal.

Um exemplo de fonte testemunhal pode ser visto na reportagem publicada em 15 de dezembro de 2021: “Represa de Itupararanga enfrenta a pior seca dos últimos 96 anos”. Nela, são usadas três fontes institucionais e duas testemunhas, entre elas o proprietário de um píer e camping que fica às margens do reservatório.

“Moro aqui há 25 anos e nunca vi uma situação como essa. Caiu muito o nível da represa e hoje andamos numa parte da propriedade onde a água chegava a cinco metros de profundidade. Quase não chove e se não tivesse o camping teria que pensar em outro negócio”.

A proprietária de um pequeno mercado, segundo o jornal, informou que nunca tinha visto a represa tão baixa: “os pequenos produtores aqui em Piedade estão falando que os poços artesianos também secaram. A seca está afetando todo o mundo por aqui”.

As outras fontes utilizadas, as institucionais, foram a Votorantim Energia, que informou os índices do reservatório, o Saae, que destacou que tem conseguido captar o volume de água necessário para o abastecimento em Sorocaba, e André Cordeiro Alves dos Santos, vice-presidente Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT).

Esses dados, em relação a discrepância do número de fontes, apontam uma carência de pluralidade na abordagem das pautas ligadas ao rio.

Recortes anuais

Já ao analisar os recortes anuais, é possível identificar semelhanças e diferenças em relação ao corpus total.

Em 2021, a categoria predominante foi o monitoramento do nível do rio, represas e condições das barragens em caso de seca, com 24,8%. Já “enchentes” teve pouca representatividade. Ainda assim, a categoria “Desassoreamento, obras e serviços preventivos” aparece como a terceira mais recorrente.

Em 2022, a categoria que apareceu com mais frequência foi desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos, presente em 15,7% dos textos. “Rodízio e economia de água” teve percentual de 7,8%, assim como “datas comemorativas”. Já os textos sobre enchentes representaram 6,9% do total.

Em 2023, o cenário é bem diferente. A categoria enchente teve maior incidência – 26,1% dos textos. Em seguida está “localização” com 20,3% o material e na sequência “desassoreamento e/ou obras e serviços públicos preventivos”.

Abaixo, uma tabela com as tendências de aumento ou queda das categorias que tiveram destaque em pelo menos um dos três anos

Tabela 14 – Tendência das categorias

Categoria	2021	2022	2023	Tendência
Monitoramento do nível do rio, rio/represas (seca)	24,8%	5,9%	0,6%	Queda acentuada
Enchentes	3,5%	6,9%	25,3 %	Elevação acentuada
Localização	15,6%	8,8%	2,3%	Queda contínua
Desassoreamento/obras preventivas	9,2%	15,7%	16,5%	Crescimento progressivo
Rodízio e economia de água	2,1%	7,8%	0	Aumento em 2022 e queda brusca em 2023
Datas comemorativas	6,4%	7,8%	5,1%	Oscilação leve com queda em 2023
Monitoramento do rio / represas (cheia)	2,8%	2,9%	7,6%	Crescimento relevante

Fonte: Elaboração Própria

Em 2021 concentra-se o maior volume de textos na categoria monitoramento por seca, indicando preocupação predominante com estiagem e capacidade das barragens.

Em 2022 o foco é para o desassoreamento e obras preventivas, sugerindo priorização de infraestrutura.

Em 2023 altera o cenário: enchentes dominam amplamente a cobertura.

A categoria de monitoramento por cheia cresce ao longo do período, coerente com o aumento de chuvas intensas; Localização, antes central, perde espaço.

Já Rodízio de água aparece fortemente apenas em 2022, refletindo um momento pontual de crise hídrica.

Observa-se, portanto, que em 2023 o veículo de comunicação deu ampla cobertura às enchentes provocadas pelo transbordamento do Rio Sorocaba, às medidas de mitigação e ao acompanhamento de riscos de novas cheias. Desta maneira, é possível afirmar que o veículo de comunicação utiliza as enchentes ou as secas como principais critérios de noticiabilidade. Fenômenos ocasionados como consequências de grande intensidade de chuvas ou a falta dela.

Segundo dados solicitados e fornecidos pela Defesa Civil do Estado de São Paulo, o volume acumulado de chuvas em Sorocaba foi de 1.589 milímetros em 2023; 1.130 mm em 2022; e 760 mm em 2021 — menos da metade do valor de 2023. Isso sugere uma possível relação entre o aumento da cobertura jornalística sobre enchentes em 2023 e os altos índices pluviométricos, assim como o foco em secas em 2021, ano de menor volume de chuvas.

Outro achado interessante, este relacionado ao ano de 2023, é que as publicações sobre o rio ocorreram com mais frequência em fevereiro daquele ano — período em que o acumulado de chuva também foi maior em Sorocaba. Uma relação de causalidade, pois as enchentes, entre outros fatores, estão relacionadas ao aumento do nível do rio, quando há fortes precipitações (Ferranti, Profeta, 2024).

De certa maneira, pode-se dizer que a motivação do jornal Cruzeiro do Sul ao abordar o Rio Sorocaba está associada aos transtornos que a presença do manancial gera na população — seja para relatá-los, como no caso das enchentes e das secas — ou para anunciá-los. Assim, pode-se dizer que o rio é “representado como um problema, um incômodo, um empecilho à vida humana na cidade” (Ferranti, Profeta, 2024, p. 94).

Esse resultado é importante, pois mostra que o veículo de comunicação está engajado em noticiar o rio quando ele causa algum prejuízo, ou seja, não se “comporta” da maneira que “deveria”, saindo do seu leito e “invadindo” as suas margens. Já a sua importância ambiental não tende a aparecer nesses anos, a não ser no suplemento infantil, tampouco a sua capacidade de fomentar atividades de lazer e cultura na região.

Os dados obtidos é um convite a reflexão no sentido de compreender se esses textos cumprem uma função política -- algo questionável já que os materiais não contemplam uma mobilização social a fim de mudar atitudes, fiscalizar o poder

público e discutir medidas realmente eficazes para solucionar o problema de forma que não prejudique o meio ambiente, o compreendendo em sua totalidade, envolvendo o rio, a sua fauna e flora e as pessoas que vivem ao seu entorno.

Também é plausível questionar se os conteúdos podem ser considerados jornalismo ambiental, tendo em vista que a forma como as temáticas envolvendo o rio são abordadas e as fontes escolhidas, prevalecendo as instituições – uma iniciativa contrária a ideia de jornalismo ambiental propagada por Bueno (2007).

Comparativos

O foco principal do jornal *Cruzeiro do Sul*, entre os anos de 1991 e 1993, ao mencionar o Rio Sorocaba, foi a qualidade da água e a poluição. Em seguida, surge uma categoria relacionada ao mesmo tema, porém com uma abordagem distinta, tratando dos projetos para a despoluição do rio.

Qualidade da água e poluição

Figura 24 – Recorte de jornal sobre a poluição no Rio Sorocaba



Votorantim assiste a resistência do rio Sorocaba

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 6 jun. 1993.

Um exemplo da categoria “Qualidade da água e poluição” é a reportagem publicada em 6 de junho de 1993, que inicia descrevendo garças e pescadores às margens do Rio Sorocaba. As fontes incluem pescadores e um médico. Embora o

início sugira um enquadramento voltado ao lazer, o texto rapidamente evidencia problemas ambientais ao relatar o lixo que passa boiando e as percepções dos entrevistados sobre a poluição. Pescadores e adolescentes que estavam no local reconhecem a presença de animais que retornaram ao rio, mas também criticam o descarte inadequado de resíduos, relatam medo do consumo dos peixes e mencionam episódios como o resgate de um cágado ferido.

A matéria também incorpora a fala de um médico, que alerta para os riscos do consumo de peixes contaminados por esgoto doméstico e pela presença de metais pesados, destacando que tais substâncias são cumulativas e perigosas ao organismo humano. Ele reforça ainda que tomar banho no rio pode gerar problemas dermatológicos, gastroenterite e infecções bacterianas. Assim, a reportagem combina narrativas de vivência e lazer com informações de serviço à população, evidenciando tanto a relação social com o rio quanto os perigos decorrentes da sua poluição.

Figura 25 – Recorte de jornal sobre limpeza de córregos

Ação começa a evitar esgoto nos córregos

A Prefeitura começou a fazer o trabalho de retirada do esgoto doméstico do córrego da Vila Mineirão, através da instalação de emissários. O próximo é o da Água Vermelha. Com o trabalho, que depois irá para outros córregos, o Paço acredita que vai evitar a poluição das águas. O reflexo é o rio Sorocaba mais limpo.

Quem passa pelo córrego do Lageado e vê as águas sujas não pode imaginar que ele foi - um dia - limpo, piscoso e cheio de vida. Suas águas eram tão puras que desciam "cantando" sobre as pedras que lhe emprestaram o nome, segundo Antonieta Zennner de Carvalho, moradora da rua João Loureiro Cossete. O marido de Antonieta, há muitos anos, costumava pescar no Lageado, e os cascudos de quase um palmo forneciam uma carne tenra e saborosa, muito apreciada pela família. "Isto aqui era um cristal de limpo. Era bonito, cheio de vida, e tinha muitos peixes que o pessoal vivia pescando. Meu marido pescava muito aqui. Era cheio de pas-

tonieta: as rãs, que existiam em abundância e eram consumidas fritas. "Rã eu já não gostava de comer, mas os cascudos eram muito gostosos", diz.

Mas um dia, segundo Antonieta, a cidade deu de crescer, e o progresso acabou chegando às imediações da avenida Washington Luiz e da igreja de João de Camargo. O crescimento da cidade matou o resto de vida que sobrara do Lageado, segundo Antonieta, e hoje o córrego está morto.

Para ela, a culpa é da falta de educação do povo e também o descaso das autoridades. "Todos os dias vem alguém aqui e joga lixo e entulho no Lageado". Apontando uma pequena construção nos fundos do Hospital Leonor Mendes de Barros, ela denuncia: "Eu acho que o hospital deveria ser o primeiro a dar o exemplo. Aquela casa ali é de um vigia. O esgoto cai direto aqui, você está vendo".

O marceneiro aposentado Otávio Dias, 76, brincou muito no ribeirão Água Vermelha nos seus tempos de



Construção de emissário vai evitar esgoto no córrego do Mineirão

Situação bem diferente da verificada nos dias atuais: "Hoje nem tem jeito mais. Isto aqui está perdido, e eu não acredito que alguém consiga limpar o Água Vermelha", afirma, apontando

limpos e cheios de vida. Mas parece que as pessoas não ligam para conservar o que é bonito", afirma Otávio. E não tem dúvidas ao dizer o que não

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 15 ago. 1993.

Outro exemplo dessa categoria foi publicado em 15 de agosto de 1993, aniversário de Sorocaba. Na reportagem "Ação começa a evitar esgoto nos córregos", o jornal informa que a Prefeitura iniciou a instalação de emissários para retirar o esgoto doméstico do córrego da Vila Mineirão, na Zona Norte, com o objetivo de contribuir para a limpeza do Rio Sorocaba. O texto utiliza duas fontes testemunhais e começa com um tom saudosista, lembrando que córregos como o

Lageado já foram limpos e cheios de vida. A moradora Antonieta Zemuner de Carvalho conta que o marido costumava pescar no local e relembra que a área era rica em passarinhos e considerada agradável para morar há cerca de trinta anos.

Segundo Antonieta, o avanço da cidade nas imediações da avenida Washington Luiz e da Igreja de João de Camargo contribuiu para a degradação do córrego, que naquela ocasião estaria “morto”.

Figura 26 – Recorte de jornal com trecho da fala de uma das entrevistadas

Para ela, a culpa é da falta de educação do povo e também o descaso das autoridades. “Todos os dias vem alguém aqui e joga lixo e entulho no Lageado”. Apontando uma pequena construção nos fundos do Hospital Leonor Mendes de Barros, ela denuncia: “Eu acho que o hospital deveria ser o primeiro a dar o exemplo. Aquela casa ali é de um vigia. O esgoto cai direto aqui, você está vendo”.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 15 ago. 1993.

Ainda a título de exemplo, é interessante observar que o texto em 1993 era mais direto ao falar dos problemas. Além disso, nos dois últimos exemplos apresentados é possível observar que foi dado mais espaço às fontes testemunhais, que passavam pelo problema.

Já em entre 2021 e 2023 percebe-se que as fontes testemunhais, quando aparecem, são menos exploradas.

Ao procurar um texto semelhante na mesma categoria nos anos mais recentes, a fim de comparação, foi localizada a nota “Saae limpa córrego do trecho Lavapés”, de 2022.

Figura 27 - Recorte de jornal sobre limpeza de córrego



Saae limpa trecho do córrego Lavapés

O Saae de Sorocaba realizou a limpeza do córrego Lavapés, no trecho junto à avenida Carlos Sonetti, no Jardim Prestes de Barros. Os trabalhos tiveram início na primeira semana deste mês e foram

finalizados no fim de semana. O Lavapés corta a rodovia Raposo Tavares (SP-270), passa pela região do Parque Zoológico Quinzinho de Barros e da Vila Hortência, até desaguar no rio Sorocaba.



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 18 ago. 2022

Nessa ocasião, apenas uma nota foi publicada. Também não foi informado se o córrego estava poluído ou com quais sedimentos estava e como aquela situação estaria impactando o meio ambiente e a população.

Enchentes

Outro exemplo, este presente na categoria “enchentes” pode evidenciar o uso das fontes testemunhais em reportagens sobre problemas que atingem a população, também a fim de comparação com 1993.

O título da reportagem é: “chuvas levam transtornos a mais de 400 famílias”. A quantidade de pessoas que precisaram deixar suas casas na ocasião foi grande, segundo a reportagem.

Figura 28 – Recorte de jornal sobre chuvas intensas em Sorocaba

Chuvas levam transtornos a mais de 400 famílias

Sorocaba segue em situação de emergência desde sábado

Ana Claudia Martins

Mais de 400 famílias de diferentes bairros de Sorocaba foram afetadas pela chuva forte que atingiu a cidade na madrugada do último sábado (12). A Prefeitura de Sorocaba informou que, até ontem (15), já choveu 248 milímetros na cidade, ou seja, quase 30% a mais do que o total previsto para todo o mês (192 milímetros). Somente no sábado, a cidade registrou 85 milímetros de chuva em uma hora e meia — equivalente ao



Um muro desabou e interditou apartamentos neste condomínio

res tentavam voltar à norma-

A Prefeitura de Sorocaba

balharam no local desde as 3h de sábado, cuja ação emergencial implicou na interrupção momentânea de água em parte das zonas Sul e Leste da cidade”, segundo a autarquia.

Ainda durante o fim de semana, o Saae também realizou a limpeza emergencial dos córregos dos seguintes bairros: Mineirão, Santo André, Marly, Vila Formosa, Vila Haro, Parque dos Espanhóis, Água Vermelha, Parque Manchester, Itanguá, Jardim Pagliato e Central Parque, além da passagem na região das

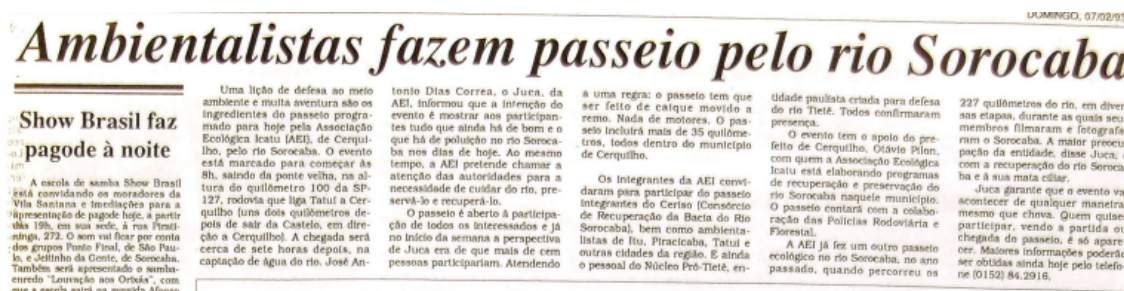
Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 15 mar. 2022

Nessa reportagem, apenas uma fonte testemunhal foi entrevistada. Erik Cravo da Silva disse: “Fomos para a casa da filha da minha esposa e a construtora do condomínio informou que irá pagar aluguel para os moradores, até que a gente possa voltar para os apartamentos”.

Com isso, é possível perceber que o espaço destinado a essas fontes mudou e nos anos mais recentes as suas histórias são menos exploradas.

A categoria Localização ocupa o terceiro lugar. Dessa forma, percebe-se que, desde a década de 1990, o Rio Sorocaba é mencionado como ponto de referência, mas outros aspectos do manancial eram mais evidenciados na época. Conteúdos sobre cultura, lazer, esporte e entretenimento também apareciam com mais frequência no passado (7,8%).

Figura 29 – Recorte de jornal sobre passeio de ambientalistas no Rio Sorocaba



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 7 fev. 1993.

Em 7 de fevereiro de 1993 era noticiado que ambientalistas faziam um passeio pelo Rio Sorocaba. O texto detalha informações básicas do evento, como hora e local e destaca que a maior preocupação da entidade organizadora do evento é com a recuperação do rio Sorocaba e à sua mata ciliar.

Entre 2021 e 2023, a categoria “cultura, esporte, lazer e entretenimento” não chegou a representar 3% do *corpus*. Isso sugere duas possibilidades: ou os eventos de cultura, lazer, esporte e entretenimento deixaram de ocorrer com a mesma frequência ou o *Cruzeiro do Sul* optou por não realizar mais a cobertura desses eventos. Se a primeira opção for a correta, nota-se que o veículo de comunicação também não incentiva essas ações.

Projetos de despoluição

Figura 30 – Recorte de jornal sobre projeto de despoluição do Rio Sorocaba

Projeto de despoluição está parado

O Conselho de Estado de Recuperação e Desenvolvimento do Rio Sorocaba — Ceriso, criado em novembro de 80, está praticamente parado à espera de recursos. A última reunião que contou com a participação de membros do Ceriso foi realizada em fevereiro deste ano, no Ipanema Clube e contou com apenas 29 pessoas. E não há definição de um novo encontro para discussão sobre o assunto, segundo informou ontem o assessor técnico da Prefeitura Municipal e ex-diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Márcio Fábio Rosa. Disse que a administração está tentando buscar recursos para viabilizar o consórcio paralelamente ao cronograma de atividades do Ceriso. "Não adianta nada estruturarmos o consórcio sem recursos", justificou.

A necessidade de obter recursos de imediato é comprovada, segundo Fábio Rosa, pelos problemas que começam a aparecer por causa do atraso de obras de despoluição do rio. Informou que o projeto elaborado para a despoluição do rio Sorocaba, de gastos inicialmente estimados em US\$ 25 milhões, que seriam destinados à construção de interceptores junto às sub-bacias do rio Sorocaba, aumentou para estimados US\$ 30 milhões, e diante da necessidade de ampliação do

projeto e deverá envolver agora perto de US\$ 40 milhões.

Outros problemas começaram a aparecer em função do atraso de obtenção de recursos para início das obras. Um deles, acrescentou, é a definição de um local para instalação de uma lagoa anaeróbica — que será utilizada para tratamento da água poluída do rio. Em 1984, quando a Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico — Cetesb — fez estudo a respeito, foi escolhido um ponto da cidade. Hoje, esta região está habitada e há necessidade de novos estudos. "O tempo vai passando e os problemas vão crescendo", comentou Fábio Rosa.

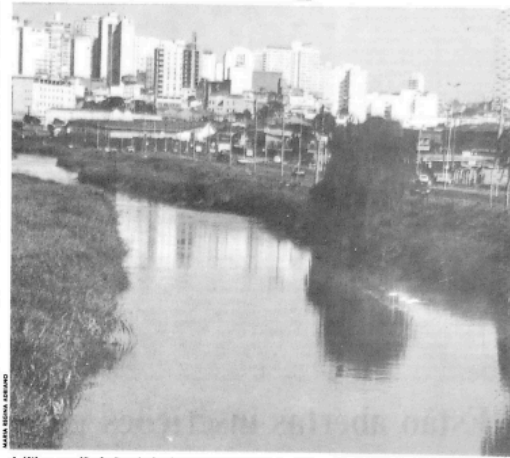
Adiantou, porém, que a Prefeitura Municipal tem "grandes esperanças" de obter ainda este ano verbas junto ao Governo Federal. Admitiu que, para isso, a cidade participará de uma verdadeira "briga de foice" com outras administrações municipais do país. Sorocaba é um entre os cerca de cinco mil municípios que aguardam verbas da União relacionadas com obras de melhorias do saneamento básico e que o Governo Federal "tem ilimitações". Acrescentou que não há outro tipo de recurso, no momento, para se tentar buscar. Os recursos que poderiam ser obtidos por exemplo, junto a setores

externos (bancos e instituições de proteção ao meio ambiente) "são difíceis enquanto o Brasil não solar acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", acentuou.

Na esfera federal, os recursos foram solicitados ao Ministério da Ação Social. Até o momento, porém, não há respostas. A Prefeitura acredita que se conseguir recursos federais para o projeto de despoluição do rio, conseguirá, como consequência imediata, criar um estímulo à participação de setores de iniciativa privada que têm interesse direto na despoluição. Na visão da administração municipal, viabilizar um empreendimento como esse não compete apenas ao poder público, mas também a todos segmentos que precisam do rio.

Em nome do Ceriso

O prefeito Antônio Carlos Panunzio, estará atuando como presidente do consórcio em uma reunião a ser realizada amanhã, em Ribeirão Preto, onde relatará a experiência que vem sendo desenvolvida em Sorocaba e região para despoluição do rio. A próxima reunião do Ceriso, de data ainda não marcada, deverá formalizar a constituição do "corpo" do consórcio, ou seja, da parte executiva.



A última reunião do Consórcio visando a despoluição do rio Sorocaba aconteceu no mês de fevereiro

Esgoto das residências é o maior poluidor

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 5 jun. 1991.

Em 5 de junho de 1991, o Cruzeiro do Sul publicou uma reportagem mostrando que o projeto de despoluição do Rio Sorocaba, criado em novembro de 1990, estava praticamente parado à espera de recursos, segundo um assessor técnico da Prefeitura.

A matéria também trouxe, como subtítulo, um levantamento da Cetesb indicando que os esgotos residenciais eram os maiores poluidores do rio, já que apenas 30% dos sedimentos lançados eram retirados. O jornal destacou números preocupantes: a bacia, antes abundante em peixes, recebia diariamente 25 mil quilos de esgoto doméstico dos 36 mil gerados e mais 10 mil quilos de esgoto industrial dos 165 mil produzidos.

O texto conclui que, somente em relação à poluição doméstica, o cenário da bacia era "tétrico". Posteriormente, entre 1991 e 1993, o jornal continuou acompanhando os desdobramentos do projeto de despoluição do rio.

Figura 31 – Recorte de título sobre o projeto de despoluição do Rio Sorocaba em Piedade

BACIA DO RIO SOROCABA Piedade entra na luta pela despoluição

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 4 ago. 1992.

Figura 32 – Recorte de título sobre o projeto de despoluição

do Rio Sorocaba em Tatuí

Despoluição do Sorocaba ganha a adesão de Tatuí

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 26 ago. 1992

**Figura 33 – Recorte de título sobre data de início do projeto de
despoluição do Rio Sorocaba**

DESPOLUIÇÃO DO RIO SOROCABA

Projeto definitivo será iniciado em 94

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 4 dez. 1993

Os projetos de despoluição e a temática relacionada a qualidade da água também apareciam nos editoriais naquela época.

Figura 34 – Recorte de editorial sobre a despoluição do Rio Sorocaba

CRUZEIRO DO SUL - PÁG. 2

Editorial

A despoluição em exame

A despoluição do rio Sorocaba encontra-se, presentemente, nos centros dos interesses tanto da sociedade civil quanto do governo municipal. É isso ao menos o que dá a entender o noticiário publicado a respeito nesses últimos dias. No sábado, ambientalistas ligados à campanha SOS Rio Sorocaba estiveram se reunindo com a finalidade de preparar o seu lançamento público a 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. Em paralelo o Ceriso - Consórcio de Despoluição e Recuperação da Bacia do Rio Sorocaba - noticia a realização, ainda no final deste mês, de uma reunião destinada a avaliar o trabalho até agora desenvolvido pela entidade, cujo atual presidente é o prefeito

Paulo Mendes.

O Consórcio, como sabemos, reúne hoje a maior parte dos municípios da bacia do Sorocaba, embora não tenha ainda conseguido de organismos internacionais, via governo de São Paulo, o aporte dos recursos indispensáveis ao detalhamento de suas propostas de trabalho e a efetiva implementação do projeto. De todo modo, não é pouco o que já se caminhou desde o momento em que a própria constituição do Consórcio era apenas uma possibilidade.

Por isso mesmo, talvez fosse interessante que, na mesma data da reunião, aproveitando-se a presença em Sorocaba de um expressivo número de prefeitos, se promovesse uma

breve mesa-redonda de caráter informativo, na qual o presidente e os demais diretores do Ceriso, acompanhados de seus assessores técnicos, expusessem publicamente os trabalhos já realizados e os prováveis cenários da futura atuação daquele organismo intermunicipal.

Já dissemos anteriormente que o Sorocaba reúne condições ideais para converter-se numa autêntica vitrine dos programas de despoluição. Trata-se de um manancial importantíssimo para municípios industriais e agrícolas em que o controle da contaminação das águas por resíduos industriais avançou muito. Resta resolver a questão dos esgotos domésticos, impressionante pelo volume de material a

reclamar tratamento mas que não envolve nenhuma complicação notável sob o ponto de vista tecnológico. Não bastasse tudo isso é empreendimento que, em havendo um financiamento internacional, pode ser concluído no prazo de um governo. Em outras palavras, trata-se de um projeto à espera de quem nele identifique o seu potencial político e saiba "vendê-lo" adequadamente.

Com a sociedade civil e os governos municipais da região interessados no assunto é impossível que não se encontrem meios e modos de superar esse que é, no fundo, apenas um obstáculo de marketing político.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 12 mai. 1993.

“A despoluição em exame” foi um editorial publicado em 12 de maio de 1993. O texto destaca que houve melhorias e dá sugestões de propostas que poderiam ser

adotadas durante as reuniões sobre a despoluição do rio, articulada pelo governo por meio de um consórcio na época.

Figura 35 – Recorte de editorial sobre passeio no Rio Sorocaba

Solidariedade ao rio

O movimento ecológico será a maior força política deste país — e do mundo — na medida em que consiga se transformar, também, num movimento popular.

A ausência de um respaldo de massa é a grande dificuldade que precisa ser vencida para conseguir-se a solução de questões que afetam diretamente a qualidade de vida de todos nós. O povo que se insurge contra a qualidade da água tratada que o Saac distribui, a partir da estação do Parque São Bento — não importando aqui considerar se com ou sem razão — não se deu conta, ainda, que o real problema não é o fato de água a eles fornecida ser captada naquela ponto do rio mas

sim o fato de o Sorocaba achar-se convertido num caudal de fezes e resíduos industriais. Por isso, as populações lutam contra os planos do Saac de usar a água tratada pela ETA do Parque São Bento para abastecer os bairros em que residem mas não se movimentam para cobrar a despoluição do rio, verdadeira origem dos problemas de saneamento que as afligem.

Vistas as coisas por esse prisma, o passeio ecológico realizado por um grupo de pescadores, que em botes e caiaques foram da ponte de Pinheiros até o município de Tatuí, foi uma das manifestações mais importantes pela recuperação do Soro-

caba que já tivemos na cidade nestes últimos anos.

É fácil para o empresário sem compromisso com a qualidade ambiental ou para o administrador público displicente, debochar do técnico em assuntos ambientais ou do ativista ecológico, pintando-os como indivíduos exóticos, que vêem ameaças inexistentes. A coisa muda de figura quando pessoas que não se utilizam do discurso técnico nem se enquadram na ecomilitância, deduzem, a partir de suas experiências de vida, a existência de um nexos causal entre o despejo de esgotos industriais e orgânicos no rio e o fato de ele haver deixado de ser o excelente ponto de pesca que foi, até

décadas passadas.

Quando, a partir de constatações como essa, as pessoas se dão conta que a poluição ambiental torna as suas vidas mais pobres, privando-as, por exemplo, de uma possibilidade de lazer, como a pesca fluvial, causas como a da recuperação do rio Sorocaba passam a ter uma outra dimensão, pois ganham um impulso que, até então, lhes faltava.

Veio em boa hora, pois, o passeio ecológico dos pescadores. A manifestação deles, em solidariedade ao rio, abre um capítulo novo e importante nas lutas pela melhoria da qualidade de vida e pela preservação do meio ambiente em nossa região.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 26 mar. 1991.

O editorial “Solidariedade ao rio”, publicado em 26 de março de 1991, exemplifica um posicionamento mais engajado e cobrador do *Cruzeiro do Sul* em relação às questões ambientais.

O jornal destaca a importância de um passeio ecológico realizado por pescadores em botes e caiaques, classificando-o como uma das manifestações mais significativas pela recuperação do Rio Sorocaba nos últimos anos. O texto também critica empresários sem compromisso ambiental e gestores públicos displicentes, ressaltando que o desdém em relação a técnicos e ativistas não se sustenta quando a própria população, a partir de suas vivências, percebe a relação direta entre o despejo de esgotos e a perda da qualidade ambiental do rio, que deixou de ser o ponto de pesca abundante de décadas anteriores.

Figura 36 – Recorte de editorial sobre problemas climáticos

CRUZEIRO DO SUL

3

SOROCABA • DOMINGO • 12 DE MARÇO DE 2023

o equilíbrio sem água,
principalmente, as
populações mais carentes

O primeiro trimestre de 2023 tem sido marcado por chuvas fortes e constantes em boa parte do Estado de São Paulo. Neste início de ano já foram registradas cenas impressionantes como as ocorridas no litoral norte e que resultaram em dezenas de mortes e muita destruição. A Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) também está na rota desses temporais. Semana após semana somos surpreendidos com precipitações pouco vistas nas últimas décadas. Com o crescimento urbano, muitas vezes desordenado, este aumento súbito na quantidade de chuva quase sempre acaba produzindo caos e muito prejuízo.

Foi o que se viu, na tarde de sexta-feira (10), em Sorocaba. Em instantes, as nuvens negras cercaram a cidade e, impiedosamente, descarregaram milhões de litros de água. O solo impermeabilizado pelo asfalto e pelas construções não conseguiu escoar todo esse volume e a água acabou acumulada em vários pontos da cidade.

Regiões importantes, como as que abrigam os dois maiores terminais de ônibus urbanos da cidade, foram as mais atingidas. O transporte público entrou em colapso. Muitas linhas de ônibus deixaram de circular ou tiveram seus trajetos interrompidos. Percursos que normalmente levam cerca de quinze a vinte minutos para serem percorridos tiveram seus tempos de deslocamento triplicados. Foram ho-

Em busca de soluções para o desequilíbrio climático

ras de preocupação e até de desespero para algumas pessoas.

Uma das imagens mais emblemáticas, registradas pelo jornal **Cruzeiro do Sul**, foi a da mulher ilhada em seu veículo, no meio da avenida Dom Aguirre, a poucos metros da ponte da rua XV de Novembro, no coração da cidade. Com o veículo encoberto pela água, ela viveu momentos de terror e de incerteza até que o resgate a salvasse. Uma história com final feliz na mesma semana em que uma senhora morreu afogada dentro do próprio veículo em Moema, um dos mais nobres bairros da capital paulista.

Por toda Sorocaba, os relatos de problemas circularam com a mesma velocidade que a chuva chegou. Motoristas que estavam próximos à praça da Bandeira, no Centro, também enfrentaram dificuldades com o acúmulo e água nas pistas. Sem ter para onde fugir, muitos passaram horas no ve-

ículo à espera de uma trégua dos céus. Pelo menos 12 bairros do município registraram pontos de alagamento.

De acordo com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), o nível do rio Sorocaba subiu 2,30 metros acima do normal. A vazão da represa de Ituparanga para o rio estava em 29,5 metros cúbicos por segundo. A Defesa Civil informou que, na sexta-feira à tarde, foram registrados volumes próximos de 70mm de chuva em alguns bairros. Isso equivale à quantidade esperada para quase uma semana de precipitações, segundo os meteorologistas.

Mesmo com toda a chuva, a boa notícia é que a cidade, apesar dos transtornos no trânsito, se mostrou preparada para enfrentar situações como esta. Não houve registros de desabrigamentos e nenhuma pessoa ficou desabrigada nem desalojada. Poucas horas depois que a chuva cessou, a vida da maioria dos cidadãos voltou à nor-

malidade. Resta saber quanto tempo essa trégua vai durar.

Ao mesmo tempo em que São Paulo enfrenta um verão muito chuvoso, os municípios do Rio Grande do Sul atravessam uma seca bastante severa. Mais de 370 municípios estão em situação de emergência por causa da estiagem, que começou em dezembro. Plantações correm o risco de sofrer perda total. O tamanho do prejuízo para a safra de soja e de arroz ainda nem pode ser calculado. O abastecimento de várias cidades está à beira do colapso e pouca coisa se pode fazer para resolver esse problema. A seca severa também atinge os Pampas argentinos, o que tem aprofundado a crise do país na exportação de grãos. O temor de inadimplência cresce e coloca em risco as metas acordadas pelos argentinos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esse desequilíbrio climático vem se intensificando ano a ano. As mais diversas regiões têm enfrentado, com uma frequência cada vez maior, os avisos e alertas da natureza. É claro que alguma coisa está fora do lugar em termos planetários. Corrigir o rumo dessa situação é vital para a agenda dos líderes de todo o mundo. O desafio é encontrar o equilíbrio sem afetar, principalmente, as populações mais carentes. Até lá, dias como o vivido na sexta-feira em Sorocaba terão que ser encarados como um preço justo a se pagar pelo progresso do País.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, 12 mar. 2023

O editorial “Em busca de soluções para o desequilíbrio climático”, publicado em 12 de março de 2023, diferencia-se dos textos dos anos 1990 por adotar um tom menos crítico. Embora relate a forte chuva, os problemas de escoamento e a imagem de uma mulher ilhada na Dom Aguirre, o jornal rapidamente afirma que Sorocaba “se mostrou preparada”, destacando a retomada da normalidade e a ausência de desabrigados. Apesar do título sugerir um debate sobre desequilíbrio climático, não há aprofundamento nem questionamento ao poder público; o texto encerra com reflexões gerais sobre mudanças climáticas e a afirmação de que eventos como o vivido na cidade seriam “um preço justo a se pagar pelo progresso”.

A partir dos resultados descritos, pode-se considerar que a cobertura do veículo sobre o Rio Sorocaba era mais política nos anos 1990, considerando os conceitos de jornalismo ambiental discutidos por Bueno (2007), em comparação com a cobertura atual, 30 anos depois. Isso porque, entre 1991 e 1993, as preocupações com a poluição e a despoluição do manancial eram amplamente debatidas pela mídia, incluindo reportagens, editoriais e artigos do próprio jornal.

Em relação a esse tema, também se aplica o critério de causalidade utilizado anteriormente no caso das chuvas. Naquele período, os debates sobre o meio ambiente ganhavam força, consequência da Conferência Rio-92, considerada um marco nas pautas ambientais. Vale destacar, ainda, que autoridades estaduais e municipais discutiam, naquela época, o projeto de despoluição do Rio Sorocaba – obras que viriam a ser iniciadas sete anos depois, no ano 2000.

Embora o objetivo deste trabalho não seja a análise do discurso, é relevante observar que o tom adotado nos conteúdos era predominantemente de cobrança às autoridades, exigindo medidas concretas para resolver os problemas ambientais. Essa postura também é perceptível nas escolhas das fontes utilizadas na época. Entre 1991 e 1993, o *Cruzeiro do Sul* utilizou 360 fontes em textos sobre o Rio Sorocaba. A maioria delas foi institucional (221), seguida por testemunhais (94). Já entre 2021 e 2023, foram utilizadas 797 fontes – mais do que o dobro. Dentre elas, 566 foram institucionais e 109 testemunhais.

Embora a lógica se mantenha – com as fontes institucionais em primeiro lugar e as testemunhais em segundo –, nos anos 1990 a diferença entre essas categorias era proporcionalmente menor. Ou seja, com o passar do tempo, o jornal passou a ouvir ainda mais as fontes oficiais, sobretudo o poder público, sendo, na maioria das vezes, informações enviadas por meio de nota que representa a instituição. Em alguns casos, há entrevistas com secretários de pastas, diretores de autarquias e prefeitos, especialmente o de Sorocaba.

Entre 1991 e 1993, 21 fontes especializadas foram ouvidas; já entre 2021 e 2023 o número foi um pouco maior: 28 – dados discrepantes em relação as fontes institucionais.

Os especialistas são professores de universidades das áreas de meio ambiental, engenheiros ambientais e especialistas em urbanismo. Eles aparecem para contrapor o poder público em matérias como enchentes, explicando as causas, destacando o desassoreamento como uma medida apenas mitigadora rápida e pontual ou para “traduzir” linguagens mais técnicas sobre a qualidade da água do rio.

No entanto, como explica Bueno (2007), o jornalismo ambiental só é efetivo quando as empresas e instituições são confrontadas por suas atitudes, essas, muitas vezes voltadas a ganhos econômicos em detrimento dos aspectos sociais e ambientais. Para que esse jornalismo seja realmente completo, é essencial ouvir

também a comunidade. Essa escuta ocorre por meio das fontes testemunhais, que estão presentes, mas em número muito inferior às institucionais.

Já Reigota (2007), ao discutir a educação ambiental, reforça a importância de ouvir os moradores, líderes comunitários, povos tradicionais, entre outros, – ou seja, aqueles que vivem diretamente a realidade dos territórios.

As fontes documentais aumentaram no período de 2021 a 2023 – com 94 aparições contra 24 entre 1991 e 1993. Curiosamente, os especialistas continuam sendo os menos ouvidos nas matérias sobre o Rio Sorocaba. Em um intervalo de 30 anos, o número de especialistas utilizados como fontes cresceu apenas em sete unidades.

Outro ponto relevante é a diversidade geográfica da cobertura nos anos 1990. Entre 1991 e 1993, 12 municípios foram mencionados como cidade principal nos textos. Já nos três anos mais recentes, 10 cidades tiveram esse destaque. Isso demonstra que, anteriormente, o jornal tinha uma abordagem mais abrangente regionalmente.

Por outro lado, a categoria *Fauna e Flora*, que aparece somente oito vezes entre 2021 e 2023 no suplemento infantil *Cruzeirinho* — com conteúdo produzido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sorocaba —, não foi identificada no *corpus* entre 1991 e 1993. Textos sobre o Rio Sorocaba, independentemente da temática, também não foram localizados nesse suplemento nos anos analisados da década de 1990. Esse achado indica que a cobertura tinha como critério de noticiabilidade o que estava sendo discutido naquele momento nos governos, a despoluição do Rio Sorocaba.

Pode-se observar também, que, ao longo dos anos, a cobertura do *Cruzeiro do Sul* deixa de ter aspectos mais políticos, no sentido empregado por Bueno (2007) ao abordar o jornalismo ambiental. Nos anos de 1991 a 1993, publicava textos com mais cobranças direcionadas ao poder público sobre a qualidade da água e despoluição do rio, além de ações de gestão ambiental. Além disso, havia maior presença de textos que destacavam usos sociais do rio, como manifestações populares e práticas de cultura e lazer. O destaque do manancial apenas como um ponto de referência aumentou em comparação com as duas últimas décadas, assim como os problemas que ele “ocasiona”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura jornalística do Cruzeiro do Sul sobre o rio Sorocaba, desenvolvida a partir dos *corpora* de 2021 a 2023 e de 1991 a 1993, a fins também de comparação, permitiu compreender como o jornal reconstrói, ao longo do tempo, os sentidos atribuídos ao manancial. Ao investigar 403 textos do recorte contemporâneo e 230 do período mais distante, foi possível observar padrões e lacunas deslocamentos que revelam o papel desempenhado pela imprensa local na mediação das questões ambientais que envolvem o rio.

Os resultados demonstram que, entre 2021 e 2023, a cobertura é marcada prioritariamente por acontecimentos associados aos efeitos imediatos da oscilação do nível do rio, especialmente enchentes, estiagem, riscos à população e transtornos urbanos. O rio aparece majoritariamente como problema, ameaça, ou como marcador espacial utilizado para localizar ocorrências na cidade.

Nesse sentido, o enquadramento adotado é predominantemente factual e centrado em eventos, sem se aprofundar nas questões ambientais, como a crise climática.

A ausência de profundidade, que contextualizam aspectos estruturais da crise hídrica, ações de preservação, gestão ambiental e impactos socioambientais, aproxima essa cobertura de um jornalismo que, apesar de informar, não mobiliza nem cobra autoridades ou empresas, por exemplo, elementos indispensáveis ao jornalismo ambiental, conforme proposto por Bueno (2006).

Essa constatação torna-se mais evidente pela análise das fontes: observa-se o predomínio de falas institucionais. Tampouco se identifica, na maioria dos textos, uma prática que possa ser compreendida como educação ambiental ou educação informal, já que não há incentivo à reflexão, à problematização ou à participação cidadã.

As análises de comparação também mostraram mudanças na cobertura com o passar dos anos. Entre 1991 e 1993, o jornal desempenhava um papel considerado mais político, tendo em vista que há maior número de textos com a presença de críticas ao poder público, cobranças por ações estruturais, acompanhamento sobre a despoluição do rio, e uma postura parcial, aparentemente favorável à preservação do Rio Sorocaba. Essa afirmação se baseia no conceito de função política empregada por Bueno (2007) e não no sentido político-partidário.

Dessa forma, é possível identificar, por meio dos números apresentados, uma neutralidade menor no passado em comparação com os anos mais recentes. Também é possível visualizar, por meio da quantidade de pautas voltadas ao tema, um jornalismo mais engajado e comprometido com o meio ambiente

Esse período coincide com o evento da Eco-92, que impulsionou debates ambientais e que parece ter, de certa forma, influenciado ou dialogado com a cobertura local. Assim, a comparação temporal revela que, o jornal Cruzeiro do Sul, foi mais crítico no início dos anos 1990 do que no período recente, mesmo em um cenário contemporâneo no qual os desafios ambientais se tornaram mais complexos e urgentes.

Esses achados reforçam a necessidade de refletir sobre como o jornalismo local, na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), pode ampliar sua abordagem sobre temas ambientais, ao adotar práticas que permitam ir além do registro de eventos e que favoreçam estratégias de engajamento e participação social, além de debates sobre causas, consequências e propostas perante a crise climática e aos problemas que se evidenciam, com ela, em torno do Rio Sorocaba.

Compreende-se que a pressuposta queda do viés político (como explicado no sexto parágrafo dessas considerações), observada nos últimos anos, pode limitar o potencial educativo e transformador da cobertura, especialmente em uma região que possui relação histórica, geográfica e cultural tão forte com o rio.

A análise também revela lacunas importantes que justificam a etapa futura desta pesquisa: a produção de conteúdos jornalísticos experimentais voltados ao uso educacional. A intenção é abordar temas ambientais para fins didáticos, alinhando jornalismo e educação ambiental.

Por fim, este estudo demonstra que o rio Sorocaba, enquanto fenômeno natural, cultural e social, pode ser noticiado de diferentes formas e diferentes visões ao longo dos anos. Afinal, a mídia escolhe o enquadramento ao falar dele.

Espera-se que esta pesquisa encontre os jornalistas e editores de jornalismo de Sorocaba para que a forma de fazer jornalismo, principalmente sobre meio ambiente, possa ser repensada e realizada a partir das técnicas do jornalismo ambiental. O objetivo é mostrar também que o jornalismo ambiental não se faz apenas com técnicas, mas com sensibilidade e preocupação perante a crise climática.

Como disse Bueno, (2007, p. 38), “não adianta trocar a camisa, nesse caso, talvez seja necessário esfolar a pele”.

Para dar continuidade as pesquisas relacionadas ao Rio Sorocaba na área da comunicação, interessados na temática podem utilizar os corpora apresentados para desenvolver uma análise de discurso dessas reportagens. Também seria viável utilizar esses dados e, a partir deles, realizar entrevistas com a população da cidade, de diferentes idades, para captar a visão das pessoas em relação ao rio.

Seria um achado interessante compreender a influência do veículo de comunicação perante os cidadãos sorocabanos. Se há diferenças de pensamento e comportamento em relação ao rio das pessoas que consumiram as notícias sobre o manancial na década de 1990 e das pessoas que somente consumiram as notícias sobre o rio após 2020, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. **Desastres climáticos aumentaram 250% em quatro anos, mostra estudo**. [Brasília, DF], 11 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-12/desastres-climaticos-aumentaram-250-em-quatro-anos-mostra-estudo>. Acesso em: 27 nov. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Rio Tietê continua vulnerável apesar de redução da mancha de poluição**. [Brasília, DF], 23 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-09/rio-tiete-continua-vulneravel-apesar-de-reducao-da-mancha-de-poluicao>. Acesso em: 27 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Água no mundo**. [Brasília, DF]. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cooperacao-internacional/agua-no-mundo>. Acesso em: 26 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **ANA aborda gestão de recursos hídricos no Brasil em reunião da Plataforma Ação pela Água e Oceano do Pacto Global da ONU**. [Brasília, DF], 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-aborda-gestao-de-recursos-hidricos-no-brasil-em-reuniao-da-plataforma-acao-pela-agua-e-oceano-do-pacto-global-da-onu>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Recursos hídricos no Brasil**. [S. l.: s. n.], [s.d.].

ALMEIDA, Aluísio. **História de Sorocaba – I Volume 1822-1889**. Sorocaba: GRÁFICA GUARANI, 1951.

ALMEIDA, Aluísio. **História de Sorocaba**. São Paulo: Cupulo, 1969.

ALMEIDA, Aluísio. **História de Sorocaba**. Sorocaba: Prefeitura Municipal, 1972.

ANDERSSON, Norberto Luiz Marques. **A dimensão da sustentabilidade socioambiental no processo de ensino-aprendizagem**. Santa Maria, 2019.

Disponível em:
<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Norberto-Luiz-Marques-Andersson.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

ARQUIVO METEOROLÓGICO Sorocaba. In: METEOBLUE. Sorocaba. Disponível em:
https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/weatherarchive/sorocaba_brasil_3447399?fcstlength=1y&year=2023&month=9. Acesso em: 9 set. 2024.

ARQUIVO METEOROLÓGICO Sorocaba. In: METEOBLUE. Sorocaba. Disponível em:
https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/weatherarchive/sorocaba_brasil_3447399?fcstlength=1y&year=2022&month=1. Acesso em: 7 dez. 2025.

AGOSTINI, Nilo. A dimensão sociopolítica da saúde mental na sociedade brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*. [S. l.: s. n.], [2019]. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pp/a/FnhYy5MG7QRL4z4YCc3FnNq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BBC NEWS BRASIL. **Mudança climática: como o Brasil se tornou um 'país de desabrigados' por causa das chuvas**. [S. l.], 15 maio 2024. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cr5423pgvd9o>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BONADIO, Geraldo; FRIOLI, Adolfo. **Sorocaba Ilustrada**. Sorocaba: Fundação Ubaldino Amaral, 2004.

BONAMIM, Giuliano. Mapa de 1941 revela antigo percurso do rio. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 22 mar. 2014. *Cidades*, p. 5.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ficha de tramitação - PL 4426/2024**. Brasília, DF. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2277279&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: Explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/11897/8391>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, v. 27, n. 44, p. 85-101, 2. sem. 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA. **Projeto da Marginal Direita do Rio Sorocaba é tema de reunião pública na Câmara**. Sorocaba, SP, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://www.camarasorocaba.sp.gov.br/newsitem.html?id=67ae054a2eec7c46f3684cc3>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CAMARGO, Vinicius. Qualidade da água do rio Sorocaba cai para ruim, indica relatório elaborado pela Cetesb. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 23 mar. 2022. Cidades, p. 7.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. RJ: José Olympio, 1996.

CHEVALLARD, Yves. Sobre a teoria da transposição didática: algumas considerações introdutórias. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/2338>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CHUVA deixa rastro de destruição e morte. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 21 jan. 2024. Cidades, p. 5.

CNN. **Mundo chega a 8 bilhões de habitantes em 2022, diz ONU**. [S. l.], 2022.

CNN BRASIL. **Alagamentos, destruição e 183 mortes: relembre a tragédia das chuvas no RS que marcou 2024.** [S. l.], 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/alagamentos-destruicao-e-183-mortes-relembre-a-tragedia-das-chuvas-no-rs-que-marcou-2024/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

CNN BRASIL. **ONU: 80% dos pobres do mundo vivem em regiões expostas a riscos climáticos.** [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/onu-80-dos-pobres-do-mundo-vivem-em-regioes-expostas-a-riscos-climaticos/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CONAMA. **[Documento não identificado]**. [S. l.]. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?id=450&option=com_sisconama&task=arquivo_download. Acesso em: 27 nov. 2025.

CONSANI, Marciel. **Educomunicação: o que é e como fazer.** 1. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 7 dez. 2025.

COMSCORE. **Retrospectiva digital 2024: definindo o rumo para 2025.** Edição Brasil. São Paulo: Comscore, 2025. Disponível em: <https://www.comscore.com>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CRUZ, Bruna Botti. **Hierarquia ambiental e a ictiofauna de riachos de cabeceira da bacia do rio Sorocaba (SP-Brasil).** 2013. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1524?show=full>. Acesso em: 20 fev. 2025.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. **A importância do ato de ler.** [S. l.], 2014. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

EXAME. **Marina Silva aponta os 7 pilares da sustentabilidade.** [S. l.], 2025. Disponível em: <https://exame.com/mundo/marina-silva-aponta-os-7-pilares-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Observando os Rios**. [S. l.]. Disponível em: <https://sosma.org.br/iniciativas/observando-os-rios>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GAZETA DO POVO. **Maior chuva em 24 anos inunda 400 casas em Sorocaba**. [S. l.], 05 jan. 2003. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maior-chuva-em-24-anos-inunda-400-casas-em-sorocaba-dua6eqx3z4o0jwb6xlvsi5am/>. Acesso em: 26 maio 2025.

G1 CAMPOS GERAIS E SUL. **Quem são as vítimas que morreram no tornado no Paraná**. [Curitiba], 8 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2025/11/08/quem-sao-vitimas-morreram-tornado-parana.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2025.

G1 CAMPOS GERAIS E SUL. **Tornado no Paraná é reclassificado para F4**. [Curitiba], 26 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2025/11/26/tornado-parana-reclassificado-f4.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2025.

G1 POLÍTICA. **Brasil bate recorde de desabrigados por mudanças climáticas em 2024, diz governo**. [Brasília, DF], 18 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/18/brasil-bate-recorde-de-desabrigados-por-mudancas-climaticas-em-2024-diz-governo.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2025.

G1 SÃO PAULO. **100 anos de Billings: Represa multiuso tem transporte aquático, produção de energia e água esverdeada; mudanças climáticas são desafio**. São Paulo, 27 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/03/27/100-anos-de-billings-represa-multiuso-tem-transporte-aquatico-producao-de-energia-e-agua-esverdeada-mudancas-climaticas-sao-desafio.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2025.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. **Despejo de esgoto sem tratamento no Rio Sorocaba afeta processo de despoluição, alertam especialistas**. Sorocaba, SP, 29 abr.

2024. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2024/04/29/despejo-de-esgoto-sem-tratamento-no-rio-sorocaba-afeta-processo-de-despoluicao-alertam-especialistas.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GERETTI, Mayco. Protestos contra enchentes são políticos, diz prefeito de Sorocaba (SP). *G1*, Sorocaba, SP, 12 jan. 2012. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/01/protestos-contras-enchentes-sao-politicos-diz-prefeito-de-sorocaba-sp.html>. Acesso em: 25 abr. 2025.

GOEDERT, Rafael. **Água e símbolos cristãos: o batismo como rito de renascimento**. [S. l.: s. n.], 2004.

IBGE. **Cidades e Estados: Sorocaba**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sorocaba.html>. Acesso em: 1 jun. 2025.

IDOSO morre após ser levado por enxurrada em Sorocaba. *Band*, 11 mar. 2015. Disponível em:
<https://www.band.com.br/videos/sp-idoso-morre-apos-ser-levado-por-enxurrada-em-sorocaba-15403346>. Acesso em: 25 abr. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Preservação**. [S. l.]. Disponível em:
<https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/principais-areas-afetadas/preservacao/#>. Acesso em: 26 nov. 2025.

JACINTO, Daniele. Cruzeiro do Sul completa 116 anos de compromisso com a notícia e o leitor. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 12 jun. 2019. Caderno Cidades, p. 4.

JACOBI, Pedro Roberto. **Governança da água no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2012.

JORNAL DA USP. **Crise hídrica ou de falta de gerenciamento hídrico?** São Paulo, 2025. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/artigos/crise-hidrica-ou-de-falta-de-gerenciamento-hidrico/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Como se orientar politicamente no Antropoceno**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade**. São Paulo: Cortez, 2016.

MALUF, Renata; AQUINO, Adriana. A crise hídrica e a cobertura jornalística. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2015.

MANFREDINI, Fábio Navarro; GUANDIQUE, Manuel Enrique Gamero; ROSA, André Henrique. **A história ambiental de Sorocaba**. Sorocaba: Unesp - Câmpus Experimental de Sorocaba, 2015. E-book. Disponível em: <https://www.sorocaba.unesp.br/Home/Eventos191/historia-ambiental-editora-ebook.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MANGA, Rodrigo. **Prefeito anuncia Mar... em cidade do interior de SP**. In: INSTAGRAM. [S. l.], out. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DBrk9t1PYco/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARANDINO, Martha. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? *Ciência & Educação*, Bauru, SP, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cmjvH7v4mFZMsdjV5bWLJfM/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MARCHETTI, J.; SANTOS, M. M. dos. **A água no organismo humano**. [S. l.: s. n.], 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

MÍDIA KIT 2024 *Jornal Cruzeiro do Sul*. [S. l.: s. n.], [2024]. Disponível em: <https://bit.ly/3VPV5nW>. Acesso em: 9 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil 2021**. [Brasília, DF], 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/177803-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2021>. Acesso em: 26 nov. 2025.

OS SUCESSOS de domingo na V travessia de Sorocaba a nado. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 22 mar. 1969. p. 7.

PROFETA, Guilherme Augusto Caruso. Do museu à reportagem à sala de aula: a transposição didática de reportagens baseadas em fontes museológicas. *Comunicação & Educação*, [S.l.], v. 28, p. 49-63, 2023b. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v28i2p49-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/212294>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PROFETA, Guilherme Augusto Caruso. Humano versus não-humano em representações da natureza no Antropoceno: microensaio e entrevista com a ilustradora holandesa Iris Compier. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 14, n. 27, p. e026002, 2026. DOI: [10.22484/2318-5694.2026v14id6108](https://doi.org/10.22484/2318-5694.2026v14id6108). Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/6108>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PROFETA, Guilherme Augusto Caruso. **Jornalismo de CT&I na formação de professores: o uso do jornalismo científico como recurso didático**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2021. Disponível em: <https://uniso.br/mestrado-doutorado/educacao/teses/2021/guilherme-augusto-caruso-profeta.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

PROFETA, Guilherme Augusto Caruso. Práticas educativas voltadas ao letramento científico: mapeamento da utilização do jornalismo de CT&I como material didático numa universidade comunitária de São Paulo. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, SP, v. 24, p. e022031, 2022. DOI:

10.22483/2177-5796.2022v24id4916. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/4916>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PROFETA, Guilherme Augusto Caruso. Quem fala sobre a crise da biodiversidade na grande imprensa?: Análise de conteúdo voltada à reflexão sobre educação ambiental. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, SP, v. 11, n. 24, p. e023018, 2023a. DOI: 10.22484/2318-5694.2023v11id5253. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/5253>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PROFETA, Guilherme. Em publicação de Oxford, professor da Uniso explora relação entre Paulo Freire e a Educação Ambiental. *Uniso Ciência*, Sorocaba, v. 3, n. 6, p. 7-12, dez. 2020. Disponível em: <https://uniso.br/unisociencia/r6/oxford-educacao-ambiental-paulo-freire.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PUC-RIO. **[Documento não identificado]**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/66993/66993.PDF>. Acesso em: 26 nov. 2025.

RANGEL, L.; GOMBERG, E. **Religiões afro-brasileiras e água como elemento sagrado**. [S. l.: s. n.], 2016.

REDE BRASIL SUSTENTÁVEL. **O que é sustentabilidade**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://redebrasilsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2023/10/O-que-e-sustentabilidade-v7.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos; v. 292).

RIBEIRO, Wagner Costa. **Água e sociedade no século XXI**. [S. l.: s. n.], 2015.

ROCHA, Fabrício. Há 96 anos, enchente causada por chuva torrencial isolou Sorocaba de cidades vizinhas e deixou moradores sem serviços por quase uma semana. *G1*, Sorocaba, SP, 31 jan. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2025/01/31/ha-96-anos-enchente-ca-usada-por-chuva-torrencial-isolou-sorocaba-de-cidades-vizinhas-e-deixou-moradores-sem-servicos-por-quase-uma-semana.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SAAE SOROCABA. **Tradicional descida de barco do Rio Sorocaba acontece no dia 22 de março.** Sorocaba, SP, [2024]. Disponível em: <https://www.saaesorocaba.com.br/tradicional-descida-de-barco-do-rio-sorocaba-acontece-no-dia-22-de-marco/#:~:text=A%20atividade%20faz%20parte%20do..sp.gov.br>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SCINOCCA, Marcel. Sem licença ambiental, projeto da Marginal Direita do Rio Sorocaba continua sob investigação do Ministério Público. *G1 Sorocaba e Jundiaí*, Sorocaba, SP, 5 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2024/11/05/sem-licenca-ambiental-p-rojeto-da-marginal-direita-do-rio-sorocaba-continua-sob-investigacao-do-ministerio-publico.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SILVA, Caroline Ferreira da. **Distribuição de elementos potencialmente tóxicos no rio Sorocaba subsequente à sua recuperação.** 2023. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia e Monitoramento Ambiental) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/2b1c797b-23c9-43b7-ba19-664e8e144365/content>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SMITH, Welber Senteio. **Os peixes do rio Sorocaba: a história de uma bacia hidrográfica.** Sorocaba, SP: Editora TCM, 2003.

SOBERANIA E CLIMA. **Diálogos Soberania e Clima Especial.** [S. l.], 2025. Disponível em: <https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-Marco-2025-Portugues-04-6-19.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SOROCABA (Município). **Prefeitura de Sorocaba, Saae e Governo do Estado iniciam nova fase de desassoreamento do Rio Sorocaba na Praça Lions.** Notícias Sorocaba, Sorocaba, 10 maio 2024. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-de-sorocaba-saae-e-governo-do-estado>

[-iniciam-nova-fase-de-desassoreamento-do-rio-sorocaba-na-praca-lions/](#). Acesso em: 24 abr. 2025.

SOROCABA (Município). SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO. **Programa de despoluição do Rio Sorocaba**. [Sorocaba, SP]: SAAE. Disponível em: <https://www.saaesorocaba.com.br/programa-de-despoluicao-do-rio-sorocaba/>. Acesso em: 1 mai. 2025.

SORRILHA, Fabiana Blaseck. Rio Sorocaba tem floresta urbana em trecho que Manga quer construir marginal. *Portal Porquê*, Sorocaba, 22 abr. 2024. Disponível em: <https://www.portalporque.com.br/sorocaba-regiao/rio-sorocaba-tem-floresta-urbana-e-m-trecho-que-manga-quer-construir-marginal/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. 1. ed. Florianópolis: Insular Livros, 2020. (Coleção Teorias do Jornalismo, v. 2).

TRAQUINA, Nélon. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

UNESCO. **The United Nations World Water Development Report**. Paris, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378890>. Acesso em: 26 nov. 2025.

USP. Laboratório de Sustentabilidade. **Conceituação**. São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/conceituacao/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

VICHETE, William Dantas et al. Planejamento sustentável de sistemas de drenagem urbana considerando as incertezas devido às mudanças climáticas. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**, 2024, [S. l.]. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/joc.7731>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANEXO

PAUTA JORNALÍSTICA
Tema: Foi o rio que invadiu a cidade ou a cidade que invadiu o rio?
<p>Abordagem: “Chuvas causam alagamentos em Sorocaba”, “Enchentes começam a fazer parte da rotina de moradores de diversos bairros”, “Alagamentos chegam mais cedo neste ano”, “Sorocabanos avaliam os estragos causados pelas chuvas”. Esses são apenas alguns dos centenas de títulos de matérias publicadas pelo jornal Cruzeiro do Sul, o principal veículo impresso de comunicação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), sobre enchentes ocorridas em Sorocaba nos últimos anos. As reportagens evidenciam uma realidade que os sorocabanos já conhecem: quando chove, dependendo da intensidade de precipitação, algumas vias da cidade alagam, principalmente aquelas às margens do Rio Sorocaba, como as avenidas Dom Aguirre e 15 de Agosto. O objetivo da reportagem é compreender o fenômeno que ocorre por trás dos alagamentos. Entender se, de fato, o rio invade as ruas da cidade ou se a cidade que nos últimos anos invadiu o espaço do rio. Trazer um contexto histórico sobre o manancial no município, mudanças sofridas ao longo dos anos e um panorama atual. Fazer também um comparativo do modelo que Sorocaba está seguindo com o que já foi visto em outras cidades, como Paris. O local passou por uma reforma urbana conduzida por Haussmann no século XIX, que transformou a cidade por meio de grandes avenidas, remoções em massa e deslocamento da população pobre para as periferias, visando otimizar a circulação de mercadorias, capital e o controle social. Modelo de modernização que influenciou outras cidades, inclusive Sorocaba, cujo desenvolvimento econômico e urbano esteve ligado ao comércio de tropeiros e às transformações do período imperial.</p>
<p>Fontes:</p> <p>Renan Angrizani - doutor em Ciências Ambientais e coordenador do Curso de Engenharia Ambiental da Uniso</p> <p>Paulo Celso da Silva - doutor em geografia e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso.</p> <p>Roger dos Santos - historiador, doutor em Educação e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uniso.</p> <p>Nobel Penteado de Freitas - doutor em Ciências Biológicas e coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Uniso.</p>
OBS: Texto da matéria foi escrito, mas passa por ajustes e deve ser finalizado.

PAUTA JORNALÍSTICA
Tema: Por que pessoas permanecem nas áreas alagáveis?

Abordagem: Todos os anos, durante as chuvas de verão, áreas de Sorocaba são alagadas. Na região do Parque das Águas diversas casas ficam cheias d'água. Muitas vezes, quando os moradores estão se recuperando, o mesmo ciclo acontece novamente. As enchentes também ocorrem no Parque Vitória Régia, no Jardim Faculdade e outros pontos do município. No Parque das Águas, a Prefeitura já construiu uma bacia de contenção. Inclusive, o próprio parque foi criado para alagar, mas não tem dado conta de tanta água. Na avenida Dom Aguirre, por exemplo, no trecho que fica mais próximo ao Jardim Faculdade, a Prefeitura construiu um muro à margem do rio para evitar alagamento, mas se o volume de água for grande, isso não é o suficiente.

A ideia da matéria é entender como as pessoas chegaram até essas áreas alagáveis. A partir de quando essas enchentes começaram a ocorrer em determinados pontos e por que a população continua nessas áreas.

Conversar com especialistas sobre quais medidas devem ser tomadas para possíveis alternativas a longo prazo e questionar com a prefeitura e estado se serão realizadas. Entender se há medidas que podem ser feitas também pela população e como colocar em prática.

Fontes: População que vive em áreas alagáveis no município; especialista em ciências ambientais; especialista em ciência social; Prefeitura de Sorocaba; Estado de São Paulo.

PAUTA JORNALÍSTICA

Tema: Há projetos relacionados ao Rio Sorocaba, enchentes, crise hídrica em Sorocaba?

Abordagem: A pesquisa de mestrado da jornalista Vanessa Ferranti identificou a presença de apenas dois textos entre os anos de 2021 e 2023 relacionados a projetos de lei voltados ao Rio Sorocaba no jornal Cruzeiro do Sul.

Verificar se projetos de lei sobre o Rio Sorocaba, enchentes, crise hídrica foram protocolados nos últimos anos em Sorocaba. Quantos? Foram aprovados? E aplicados?

Fontes: Documentos da Câmara de Sorocaba; vereadores que protocolaram projetos relacionados ao tema; se não houver, questionar os vereadores porque não há projetos nessa esfera; Prefeitura de Sorocaba.

Perguntar para a população quais projetos seriam interessantes nesse sentido no município; se já fizeram alguma cobrança, se levaram ao poder público algum projeto nesse sentido; verificar se há exemplos de projetos de outras cidades que poderiam ser implementados em Sorocaba.

PAUTA JORNALÍSTICA

Tema: Quem defende o Rio Sorocaba? E por quê?

Abordagem: Existe um grupo de pessoas engajadas em defender o Rio Sorocaba, em Sorocaba. Um deles é o Fórum Evolução Sustentável; dois membros desse

grupo, inclusive, participaram da COP 30. Há também artistas que escrevem músicas e poemas sobre o rio e participam dos protestos, como Marcia Mah. Em um desses eventos, Roni Puglia, veterinário e diretor de escola se vestiu de “Veio do Rio”.

Quem são essas pessoas que defendem o Rio Sorocaba? Qual é a ligação delas com o Rio e o que as motivam? O que a luta delas já trouxe de resultados? De que forma que elas dialogam com os poderes? São atendidas? Ouvidas?

Fontes: Os próprios personagens.

PAUTA JORNALÍSTICA

Tema: Relação do Rio com os povos originários.

Abordagem: Os povos indígenas fazem parte da história de Sorocaba. Há registro que muitos foram escravizados pelos Bandeirantes e ocorreu um apagamento e esvaziamento dessas memórias no município.

Quando Sorocaba começou a ser habitada, há registros, como mostra Smith (2023), de que essa ocupação ocorreu de forma desordenada, inclusive, em áreas de várzes do Rio. O autor sugere que povos indígenas podem ter evitado se fixar nessas áreas justamente por compreenderem os riscos de alagamento.

Dados do Censo Demográfico de 2022 mostravam que Sorocaba tem 794 indígenas.

Onde estão? Contar a história deles e sua relação com Sorocaba; compreender a importância do rio e do futuro dele por meio do conhecimento dos povos originários da região.

Fontes: Povos originários.

PAUTA JORNALÍSTICA

Tema: O Rio Sorocaba e as outras cidades por onde ele passa.

Abordagem: Foi visto na pesquisa que as reportagens sobre o rio têm foco no município de Sorocaba, o que é natural por ser a sede do veículo de comunicação e polo da Região Metropolitana. No entanto, o Rio Sorocaba passa por outras cidades. Nasce e Ibiúna, passa por Votorantim, Sorocaba, Iperó, Boituva, Tatuí, Cerquilha, Jumirim e Laranjal Paulista, onde deságua no Rio Tietê.

Como o rio é tratado nesses municípios?

Há lazer envolvendo o rio nessas cidades? O grupo Rionidos, por exemplo, é de Laranjal Paulista e se reúne para fazer passeios de barco.

Se a Marginal Direita for concretizada, essas cidades serão impactadas de alguma maneira?

Fontes: Historiador; moradores dessas outras cidades que tenham relação com o rio; engenheiro ambiental para falar sobre um possível impacto da marginal direita em outras cidades.

PAUTA JORNALÍSTICA

Tema: Como a crise climática está impactando o rio e o município e a região.

Abordagem: Sorocaba é um município que enche de água quando chove muito e ao mesmo tempo bastante quente. A crise climática impacta diretamente o município? Como? O rio é impactado também? Há medidas locais que podem ser feitas em relação a crise, ou, como Bruno Latour diz: mutação climática. É uma questão também de saúde pública?

Fontes: Especialistas em diversas áreas, como engenheiros ambientais, cientistas sociais e políticos; médicos.